UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Adolescentes em conflito com a Lei: relações entre o
comportamento delituoso e o de uso de substâncias psicoativas**

ELVIO LUCIANO BONO

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte
das exigências para a obtenção do título de mestre em
Ciências, Área: Psicologia.

Ribeirão Preto - SP

2015

ELVIO LUCIANO BONO

**Adolescentes em conflito com a Lei: relações entre o
comportamento delituoso e o de uso de substâncias psicoativas**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte
das exigências para a obtenção do título de mestre em
Ciências, Área: Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marina Rezende Bazon

Ribeirão Preto - SP

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FFCLRP – Departamento de Psicologia

Universidade de São Paulo

Bono, Elvio Luciano

Adolescentes em conflito com a lei: as relações entre o comportamento delituoso e o de uso de substâncias psicoativas. Ribeirão Preto, 2015.

173 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Marina Rezende Bazon

1. Adolescentes em conflito com a lei, 2. Uso de substâncias, 3. Análise de *clusters*.

Nome: Bono, Elvio Luciano

Título: Adolescentes em conflito com a lei: as relações entre o comportamento delituoso e o de uso de substâncias psicoativas.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de mestre em Ciências, Área: Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,

Nilson Bono

e

Nanci Luciano Bono

A meu irmão,

Elton Bono

AGRADECIMENTOS

A todos adolescentes com os quais eu trabalhei e aos que participaram desta pesquisa, cujos destinos eu não sei, mas que, com certeza, mudaram o meu.

À Professora Ruth Estevão, por ter acendido em mim a luz da curiosidade científica e que continuamente me serve como modelo para que eu persista.

À minha orientadora Marina Bazon, pela dedicação e paciência. Com ela aprendi que fazer ciência é muito mais transpiração do que inspiração e que só se chega ao mínimo de qualidade com o fôlego de um maratonista. É preciso treinar!

Ao Dr. Paulo César Gentile, Juiz da Vara da Infância e Juventude de Ribeirão Preto, não somente por ter autorizado a realização desta pesquisa, mas com quem pude, por um tempo, aprender muitas coisas; entre elas a rara habilidade em aliar competência e humildade.

Ao Dr. Erikson Furtado, de quem pude, em raros momentos, apreender um pouco de seu avançado conhecimento científico aplicado às necessidades humanas.

A todos meus amigos do GEPDIP, que com certeza foram “torcedores” para que este estudo desse certo. Em especial a André Komatsu, o qual disponibilizou seu próprio estudo para que eu pudesse me inspirar.

Sem dúvida, agradeço a todos meus amigos (seria impossível nomeá-los), que me apoiaram e souberem entender minha ausência no bar.

Agradeço em especial a minha família em Araçatuba, meus pais e irmão, além da minha família do grupo “Voti Vêi” que passaram de amigos a irmãos.

À Camila Andrade, que compartilhou comigo os momentos mais tortuosos desse trabalho e que forneceu todas as condições necessárias para que ele se desenvolvesse, e a toda sua família, da qual eu também passei a fazer parte.

I. O problema

*O t é grande, e o p é pequeno
E por isso nos orgulhamos
O que significa nos não ponderamos
Apenas a hipótese nula rejeitamos
Ou o qui-quadrado é grande, e o p quase nulo
Resultados como esse servem bem
E se for preciso uma eleição?
Não se preocupe, estamos a mil!
A mensagem aprendemos bem!
Significância! Já sei de cor!*

II. As implicações

*A moral da nossa pequena história?
Que nos mortais somos frágeis
Mas, que quando obtemos um p próximo de zero,
Tornamo-nos heróis com glória.
Mas avisam, então, cuidado, a morte!
Podemos nós, talvez, evitar nossa sorte?
Substituindo esse desejo pela rejeição da hipótese nula
Relatando do tamanho do efeito o porte.
Isso pode não nos garantir a glória
Mas pelo menos conta-se uma história
Que é justo o tipo de encanto
Que faz avançar o nosso campo.*

(Robert Rosenthal , 1991)

RESUMO

Bono, E. L. (2015). **Adolescentes em conflito com a lei: relações entre o comportamento delituoso e o de uso de substâncias psicoativas**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

A maioria dos jovens emite alguns comportamentos antissociais; uma minoria, porém, irá manifestar tais procedimentos de modo mais frequente, o que pode representar um risco à persistência e ao agravamento dos mesmos, ao longo do tempo. Dentre os comportamentos antissociais encontram-se as condutas delituosas e o uso de substâncias. Estudos apontam que o uso de substâncias em meio aos adolescentes infratores é maior do que na população em geral de adolescentes e acontece de forma mais preocupante. O presente estudo, ao utilizar dados de uma amostra de 120 adolescentes em conflito com a lei, objetivou caracterizar os comportamentos delituosos bem como os de uso de substâncias, buscando verificar as associações existentes entre eles. Os adolescentes foram recrutados no contexto da custódia inicial, após a elaboração do Boletim de Ocorrência, e convidados a participar do estudo. Seus pais/responsáveis foram contatados e solicitados a autorizarem a participação dos filhos na pesquisa, seguindo as normativas éticas. Para a coleta de dados, foram empregados: Roteiro de Entrevista Sociodemográfica; a Entrevista Estruturada de Delinquência Autorrevelada; DUSI-R (*Drug Use Screening Inventory*). Análises descritivas e, posteriormente, Análises de *Clusters* foram realizadas. Para observar as diferenças internas e externas estatisticamente significativas entre os subgrupos, utilizaram-se os testes estatísticos apropriados. Resultados obtidos indicaram que os adolescentes revelaram ter cometido outros delitos além daquele pelo qual estavam custodiados, a maioria não violentos. Com relação às substâncias psicoativas, 84% dos adolescentes referiram ter feito uso e 70%, uso no último mês. Em relação aos que referiram uso das mesmas, as drogas mais usadas na vida e no mês foram a maconha e o álcool. Destaca-se que a maioria dos jovens que referiu uso de substância no último mês, apresentou uso bastante frequente de maconha (mais de 20 vezes). O padrão do uso de substâncias dos adolescentes, em termos médios, pode ser descrito do seguinte modo: início do uso aos 12 anos de idade e utilização simultânea de mais de uma substância distinta. A frequência de uso no último mês entre estes foi alta, praticamente, diário. Observou-se, contudo, que a maioria dos adolescentes apresentou padrão de uso considerado não problemático (abstinente e uso experimental) e que as dificuldades associadas ao uso se concentraram na relação com os pares e na escola. As análises de *clusters* em termos de engajamento infracional, levando em conta os parâmetros idade de cometimento do primeiro delito, número de delitos diferentes cometidos e frequência total dos cometidos na vida, concorreram para o estabelecimento de três agrupamentos. Estes se diferenciaram no tocante aos padrões de uso de substâncias, denotando-se relação positiva entre maior engajamento infracional e padrão de uso mais problemático. Os agrupamentos formados também se diferenciaram externamente em função dos constructos mensurados pelo DUSI-R, sendo que em oito dos dez constructos investigados pelo instrumento, observaram-se diferenças com significância estatística. Diferentes relações droga-crime foram notadas; não é possível estabelecer com exatidão a direção de tais relações. De todo modo, notou-se no presente trabalho as diferenças em meio aos infratores nas duas variáveis focadas, o que impõe reflexões sobre a necessidade de intervenções especializadas e diferenciadas.

Palavras-chave: adolescentes em conflito com a lei; uso de substâncias; análise de *clusters*.

ABSTRACT

Bono, E. L. (2015). **Juvenile Offenders: relationship between criminal behavior and the use of psychoactive substances.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Most young emits some antisocial behaviors; a minority, however, will manifest these behavior often, which may pose a risk to the persistence and aggravation of these, over time. Among the antisocial behaviors are criminal and use of substances behaviors. Studies show that substance use among the young offenders is higher than in the general population of adolescents and happens more worryingly. The purpose of this study was characterizing the offending behavior and the substance use, using data from a sample of 120 juvenile offenders. The adolescents were recruited in the context of initial custody, after the police report. They were invited to participate and their parents/guardians were contacted and asked to authorize their participation in the research, following the ethical standards. To collect data, we used: Sociodemographic Interview; Self-Report Delinquency Interview; DUSI-R (Drug Use Screening Inventory). Descriptive analyzes and subsequently Clusters tests were performed. To observe the internal and external statistical differences between subgroups, we used appropriate tests. Results revealed that teenagers have committed other offenses beyond that for which they were held in custody, most nonviolent. With regard to psychoactive substances, 84% reported having used and 70% use in the last month. Cannabis and alcohol was the substances with a higher prevalence of lifetime use and use in the month. The most adolescents who reported substance use in the past month, has quite frequent use of cannabis (more than 20 times). The pattern of substance use on average was: initial use to 12 years of age and simultaneous use of more than one distinct substance. The frequency use in the last month among these was substantially high, with everyday use. However, most adolescents have usage pattern considered abstinent and experimental and the major problems related to substance use was the relationship with “peers” and “school”. The criminal engagement, taking into account the age of initiation of offenses, number of different offenses committed and overall frequency of crimes committed in life, contributed to the establishment of three clusters. The clusters was significantly diferentes in the substance use patterns, indicating a positive relationship between greater infraction engagement and standard more problematic use. The clusters also differed externally in the marjority of the DUSI-R constructs - eight of the ten constructs investigated by the instrument showed statistical differences. Different drug-crime relationships were noted; however, we can not be established with accuracy the direction of these relationship. Anyway, it was noted in this study the differences among the offenders in the two focused variables, which require some reflection on the need for for specialized and differentiated interventions.

Keywords: Juvenile Offenders; Substance Use; Cluster Analysis

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições dos delitos investigados no presente trabalho, por meio da Entrevista Estruturada de Delinquência Autorrevelada, de acordo com o Código Penal brasileiro	76
Quadro 2 –. Descrições e Mecanismos de Ação das substâncias investigadas no presente estudo.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização dos adolescentes em relação a variáveis sociodemográficas	73
Tabela 2 - Médias e desvios padrão da idade de início da atividade delituosa, do número de delitos distintos já realizados e do volume de delitos na vida	93
Tabela 3 - Frequência e porcentagem de adolescentes que revelaram ter cometido, pelo menos uma vez, cada comportamento delituoso investigado	93
Tabela 4 - Médias e desvios padrão da idade em que realizou pela primeira vez cada comportamento delituoso	94
Tabela 5 - Porcentagens de adolescentes que referiram uso na vida e uso no último mês das substâncias investigadas	95
Tabela 6 - Porcentagem de adolescentes que referiram uso no último mês por categoria de frequência de uso de substância	95
Tabela 7 - Médias e desvios padrão da idade do início do uso de substâncias, número de substâncias distintas utilizadas simultaneamente e volume do uso de substâncias no último mês.....	96
Tabela 8 - Médias e desvios padrão da idade de início do uso de cada substância	96
Tabela 9 - Porcentagem de adolescentes em cada padrão de uso de substâncias de acordo com o Domínio I(b) do instrumento DUSIR.....	97
Tabela 10 - Médias de pontos nos Domínios I (b) ao X do DUSI-R, relacionados a problemas associados ao uso de substâncias na amostra total	97
Tabela 11 - Médias e desvios padrão da idade do primeiro delito (precocidade), do número de delitos distintos cometidos na vida (diversidade) e total de delitos cometidos na vida (volume), por <i>cluster</i>	98
Tabela 12 - Caracterização dos adolescentes em relação a variáveis sociodemográficas, por <i>cluster</i>	100
Tabela 13 - Número e porcentagem de adolescentes que usaram no mês as substâncias investigadas, por <i>cluster</i>	101
Tabela 14 - Médias e desvios padrão da idade do início do uso de substâncias, número de substâncias distintas utilizadas simultaneamente e frequência do uso de substâncias no último mês, por <i>cluster</i>	102
Tabela 15 - Porcentagem de adolescentes, por <i>cluster</i> , segundo os padrões de uso de substâncias aferidos a partir dos índices obtidos no Domínio I (b) do instrumento DUSI-R	102
Tabela 16 - Comparação das médias dos problemas associados ao uso de substâncias entre os <i>clusters</i>	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comparação das médias das dificuldades associados ao uso de substâncias entre os <i>clusters</i>	104

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
1.1 O uso de substâncias psicoativas e os padrões de uso	30
1.2 O uso de substâncias psicoativas em meio a adolescentes infratores e os padrões de uso.....	40
 2 AS RELAÇÕES ENTRE O COMPORTAMENTO INFRACIONAL E O DO USO DE SUBSTÂNCIAS: APORTES CIENTÍFICOS.....	49
2.1 Os Modelos Teóricos.....	49
2.2 Investigações empíricas atuais: revisão da literatura.....	57
2.2.1 Estudos centrados em variáveis	59
2.2.2 Estudos centrados em pessoas (agrupamentos por características)	62
 3 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA	67
 4 MÉTODO	71
4.1 Aspectos Éticos	71
4.2 Participantes	72
4.3 Instrumentos	74
4.4 Constructos mensurados na presente investigação	80
4.5 Contexto da investigação e procedimentos de coleta de dados	86
4.6 Procedimentos de análise dos dados.....	90
 5 RESULTADOS	93
 6 DISCUSSÃO	105
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
 8 REFERÊNCIAS	148

ANEXO

1 INTRODUÇÃO

A adolescência pode ser compreendida como um período em que diversas alterações físicas, psicológicas e sociais se processam, na transição da infância à idade adulta. Em tal contexto, condutas “divergentes” ou “antissociais” são manifestas, enquanto uma expressão comportamental orientada pela busca de autonomia. Pequenos delitos e contravenções, como realizar trotes telefônicos, dirigir sem habilitação, experimentar substâncias psicoativas, constituem eventos comuns a esta etapa do desenvolvimento. Tais comportamentos, tido como experimentais, podem ser considerados um aspecto normativo do desenvolvimento do adolescente. Nessa perspectiva, autores descrevem a trajetória dos comportamentos antissociais, ao longo das diferentes fases do desenvolvimento, como uma curva em forma de “U inverso”, sendo o momento de pico, para a maioria, a adolescência, uma vez que a prevalência de uma grande variedade de comportamentos desta natureza atinge os índices mais altos nesta fase da vida (Morgado & Vale-Dias, 2013; Sapienza & Pedromônico, 2005).

Estudos baseados no método da delinquência autorrevelada, que possibilita a obtenção de informações diretamente junto aos jovens, ultrapassando, assim, os vieses inerentes aos dados oficiais, mostram que a porcentagem de adolescentes entre os 15 e 19 anos que apresentam comportamentos delituosos é alta, na maioria das sociedades; observa-se, no entanto, um declínio na emissão destes comportamentos por volta dos 20 anos (Loeber, Farrington, & Petechuk, 2013). Um estudo brasileiro, com esse tipo de abordagem, revelou que entre 163 adolescentes de escolas públicas do município de Ribeirão Preto-SP, 77% tinham emitido ao menos um comportamento delituoso, reafirmando a normalidade da conduta antissocial, especificamente a de violação das leis, nessa etapa da vida (Komatsu & Bazon, 2015).

Outro importante dado normalmente destacado nos estudos implementados com esse tipo de abordagem é o de que, embora ocorra uma significativa relação idade-comportamentos delituosos, observam-se importantes variações na amplitude de tempo no qual os comportamentos delituosos são emitidos, na escalação (e na desescação) de tais comportamentos, em termos de frequência e de gravidade, principalmente em função da idade de início de sua manifestação (Loeber et al., 2013). A partir destes parâmetros, denotou-se, por exemplo, que a maioria dos adolescentes viola a Lei de alguma forma, de modo ocasional,

mas que uma minoria o faz durante mais tempo, com alta frequência e gravidade (Doherty, Green, & Ensminger, 2008).

A partir destas constatações, um dos desafios que se apresentou aos estudiosos do tema foi o de identificar as razões pelas quais o comportamento delituoso para uma maioria dos adolescentes é reabsorvido. Ou seja, desaparece ao final desta etapa desenvolvimental, e o porquê de o comportamento, para uma minoria, persistir, e caracterizar o que na literatura tem sido denominado como delinquência distintiva ou persistente (Farrington, 2008; Le Blanc, 2004, 2008; Le Blanc & Bouthillier, 2003b; Le Blanc & Morizot, 2000; Loeber, et al., 2013).

Estudos longitudinais e prospectivos produziram conhecimentos em quantidade e em qualidade significativas, que foram paulatinamente integrados em teorias criminológicas, lidando concomitantemente com as características dos indivíduos (pessoais) e do ambiente, envolvendo aspectos da família, dos pares, do entorno – escola, vizinhança e comunidades. E, também, fatores situacionais, associados ao desenvolvimento do comportamento antissocial e, especificamente, à trajetória do comportamento delituoso, em diferentes idades, observando também os efeitos de alguns eventos da vida sobre as trajetórias (por exemplo, casar-se, obter um emprego) (Farrington, 2008; Le Blanc, 2004, 2008; Thornberry, 2004). De forma geral, essas pesquisas confirmaram a grande variabilidade nos padrões de conduta delituosa, em meio àqueles que infracionam e, por conseguinte, a variabilidade no conjunto de fatores associados a tais padrões, em um tempo determinado, e ao longo do tempo (Thornberry, 2004).

Os fatores associados às condutas delituosas, referem-se, de um lado, a aspectos sociodemográficos. Destacam-se, nesse plano, condições socioeconômicas desfavoráveis, dependência da assistência social, acesso precário a serviços públicos relativos à educação, à saúde e à higiene (Morgado & Vale-Dias, 2013), associados a condições degradantes de moradia, geralmente situadas em contextos marcados por baixo controle social, fraca rede de apoio social, além de isolamento entre moradores, com alta rotatividade residencial, e altas taxas de violência e criminalidade (Herrenkohl, Lee, & Hawkins, 2012; Murray, Irving, Farrington, Colman, & Bloxsom, 2010; Shader, 2009)

De outro lado, os fatores destacados referem-se a aspectos interacionais ou relacionais, atinentes à vida em família, à escola e aos pares de idade. Em relação às questões familiares, os pesquisadores subdividem tais fatores em distais e proximais. Os distais dizem respeito à constituição familiar, sublinhado o fato de a mesma se caracterizar por um número elevado de filhos, à empregabilidade dos pais/responsáveis e, ainda, aos modelos que estes adultos representam, ao se considerar o fato de eles consumirem drogas e praticarem violência e

outros atos antissociais, e até mesmo sua condição de saúde mental, com depressão materna como uma constância nesse plano (Loeber, Burke & Pardini, 2009; Shader, 2009). Ainda como fatores distais, destaca-se a separação dos pais e/ou a prisão de algum dos cuidadores, produzindo, conseqüente, monoparentalidade (Murray et al., 2010). Os fatores proximais, considerados por alguns pesquisadores como sendo modulados pelos fatores distais, são aqueles que impactam diretamente os processos relacionados à emissão das condutas delituosas. Dentre eles, podem ser sublinhados os fatores: pobre supervisão promovida pelos pais, implementação de disciplina punitiva somente, propositura de regras inconsistentes, baixo apoio emocional oferecido aos filhos e conflitos parentais. (Loeber, et al., 2009; Murray et al., 2010; Shader, 2009; van der Laan, Blom, & Kleemans, 2009).

Quanto à afiliação a pares de idade, o risco refere-se ao fato de o adolescente associar-se majoritariamente a outros que apresentam comportamentos antissociais. Considerando o tempo que passam juntos, se os pares, de forma geral, aprovam condutas antissociais, apresentam comportamento antissocial e/ou condutas delituosas, estabelecem um vínculo forte ou de lealdade. A partir daí, exercem pressão, uns sobre os outros, para a implicação em atividades antissociais, a variável tem um peso importante na sustentação de uma trajetória de delinquência persistente (Bernat, Oakes, Pettingell, & Resnick, 2012; Herrenkohl, et al., 2012; Olate, Salas-Wright, & Vaughn, 2012; Shader, 2009).

No que concerne às questões escolares, destacam-se como fatores o baixo desempenho escolar, as dificuldades de aprendizagem, baixo compromisso ou respeito para com as proposições escolares e, conseqüentemente, a fraca vinculação escolar (Bernat, et al., 2012).

No plano das características pessoais, estudos indicam alguns fatores associados. Primeiramente, destaca-se a impulsividade em níveis elevados. Na maioria das vezes, o constructo impulsividade é definindo como sendo uma frágil habilidade para controlar o comportamento e planejar ação (o futuro) e capacidade rebaixada para considerar as conseqüências do agir e adiar gratificações, além da agitação motora. Denota-se, também, nesse quadro, a busca reiterada por sensações fortes (atreladas a viver riscos) (Shader, 2009). O comportamento hiperativo e aqueles relacionados aos problemas de concentração são indicados na literatura como importantes fatores de risco, assim como a inteligência, definida em grande parte dos estudos como a habilidade para raciocinar e pensar, geralmente mensurada através dos testes de Q.I. (Quociente de Inteligência). Tal índice, em média, apresenta-se mais baixo nos infratores persistentes (Bernat, et al., 2012; Herrenkohl, et al., 2012; Ward, Day, Bevc, Sun, Rosenthal, & Duchesne, 2010).

Ainda no plano individual, outro fator associado a condutas delituosas persistentes, talvez o mais largamente discutido na literatura, é o comportamento de uso de substâncias psicoativas, como o álcool e algumas substâncias ilícitas (Morgado & Vale-Dias, 2013; Murray et al., 2010; van der Laan, et al., 2009).

Todavia, é preciso sublinhar que o comportamento relativo ao uso de substâncias entre os adolescentes, tal qual os delituosos, também pode ser considerado dentro do espectro de comportamentos antissociais, normalmente presentes nesta fase da vida. No Brasil, algumas das pesquisas sobre este fenômeno, junto a adolescentes da população geral, assumem a forma de levantamentos realizados com escolares e em domicílios. Nesta esteira, destacam-se dados de relatórios decorrentes de dois importantes levantamentos nacionais. Em um deles, o “Primeiro Levantamento Nacional de Álcool e Drogas” (LENAD-2007), foram entrevistadas mais de 3.000 pessoas, sendo 761 adolescentes com a idade entre 14 e 19 anos de idade. Os resultados revelaram que aproximadamente a metade dos adolescentes referiu uso de álcool nos últimos 12 meses, com a idade média de início da manifestação deste comportamento 15,8 anos. Dos que referiram uso de álcool, 11,3% foram identificados como abusadores atuais e/ou dependentes. Em relação à amostra total, encontrou-se que quase 3% dos participantes haviam usado pelo menos alguma substância ilícita no último ano; menos de 2% relataram uso de maconha no ano, 1,1% uso de solventes, como lança-perfume, e 0,5% uso de cocaína/crack (Madruga, Laranjeira, Caetano, Pinsky, Zaleski, & Ferri, 2012).

Já o sexto “Levantamento Nacional Sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada”, realizado no ano de 2010, em 27 capitais brasileiras, envolveu 50.890 alunos, distribuídos em aproximadamente 900 escolas. Os resultados evidenciaram que mais de um quarto dos estudantes, ou seja, 25,5% referiram uso de alguma substância ilícita, 10,6% relataram uso no último ano e 5,5% mencionaram uso no mês. Do total da amostra, 9,9% dos estudantes da rede pública e 13,6% dos da rede privada relataram uso no ano de substância ilícita no ano (Carlini et al., 2010). No documento, indica-se ainda que as substâncias mais citadas, utilizadas nos últimos 12 meses pelos estudantes, seriam bebidas alcoólicas (42,4%) e tabaco (9,6%). Em relação às substâncias ilícitas, as mais utilizadas nos últimos 12 meses seriam inalantes (5,2%), maconha (3,7%), ansiolíticos (2,6%), cocaína (1,8%) e anfetaminas (1,7%) (Carlini, Noto, Sanchez, Carlini, Locatelli & Abeid, 2010).

Estudos transversais e longitudinais, com amostras representativas de adolescentes, sublinham ser possível notar, nesta etapa do desenvolvimento, uma “escalada” ou o aumento no uso de diferentes classes de drogas (álcool, tabaco, maconha, cocaína), denotando-se um

pico deste comportamento situado no período entre 18 e 20 anos. Observa-se, posteriormente, um declínio na frequência do uso bastante acelerado (Hawkins, Graham, Maguin, Abbott, Hill & Catalano, 1997; Kandel & Yamaguchi, 1993; King & Chassin, 2007). Por exemplo, Kandel e Yamaguchi (1985), com base em dados de importante amostra de adolescentes, demonstraram que, do total, 20% haviam iniciado o uso de álcool aos 10 anos e mais de 50% até os 15 anos de idade. Para ambos os subgrupos, o uso desta substância manteve-se em ascensão até próximo aos 18 anos, quando, então, notou-se importante estabilização do comportamento e posterior declínio, aproximadamente aos 23 anos. Estes autores verificaram uma alta porcentagem de adolescentes com idade de início aos 13 anos, com o pico de uso aos 18, estabilização por volta dos 23 anos e declínio acentuado perto dos 24 anos. A maioria teria iniciado o uso da cocaína em torno dos 16 anos e tal comportamento teria, também, para a maioria, diminuído acentuadamente a partir dos 24 anos de idade. De acordo com os autores, tais dados demonstram que embora haja iniciação e escalada na frequência de uso no período da adolescência, para uma parcela importante não se observa aumento no uso até a fase adulta, e muitos deixam de usar substâncias quando jovens adultos.

Equivalente ao que já se sabe com relação aos comportamentos delituosos, o modo como cada indivíduo usa substâncias psicoativas não é uniforme. Os padrões comportamentais variam em meio aos usuários, bem como para um mesmo indivíduo ao longo da vida, assim como das consequências associadas ao comportamento (Landry, Tremblay, Guyon, Bergeron & Brunelle, 2004). Embora muitos se engajem em um uso experimental de substâncias, somente alguns desenvolverão sérios problemas relacionados ao uso na adolescência e na fase adulta (Kandel & Yamaguchi, 1993). De acordo com a maioria dos estudos de abordagem desenvolvimental, grande parte dos consumidores irá se limitar a um uso experimental das substâncias.

Nesse panorama, a literatura especializada indica, contudo, que em meio aos adolescentes, os infratores, ou seja, os adolescentes judicilizados pelo cometimento de atos infracionais, representam um grupo em que a prevalência do uso de substâncias é significativamente superior (se comparada à da população geral de adolescentes) e os padrões de uso, em geral, muito mais preocupantes (Braverman et al. 2011).

Não são abundantes as investigações no contexto sociocultural brasileiro tendo por objeto a relação entre conduta delituosa e de uso de álcool e outras drogas, na adolescência. Assim, o debate desta temática específica e a difusão de um conhecimento mais especializado, em âmbito nacional, não acontecem com facilidade, o que favorece a veiculação e a cristalização de concepções baseadas no senso comum, de que há uma interação simplista

entre as duas problemáticas, ao prevalecer a visão de que as drogas causam – linearmente – os comportamentos delitivos. Tal perspectiva ofusca proposições mais complexas e, portanto, mais realistas da problemática, ao se considerar a grande heterogeneidade que parece marcar tanto a “delinquência juvenil”, quanto o uso de substâncias, na adolescência.

Tal visão simplista tende a orientar a proposição de políticas públicas também simplistas; no âmbito da prevenção da “delinquência”, concorre para que se defenda de modo quase que exclusivo a repressão às drogas; no âmbito da elaboração e da implementação dos programas de execução de medidas socioeducativas dirigidas aos adolescentes em conflito com a Lei. A visão simplista concorre para a concentração de esforços para oferecer tratamentos de drogas, desprezando-se o fato de que a própria relação drogas-crime/delinquência é em si complexa. E pode variar de um indivíduo a outro e, até, para um mesmo indivíduo, a depender da fase e/ou da etapa desenvolvimental em que se encontre (Brochu, Cousineau, Provost, Erickson & Fu, 2010).

Assim, a implementação de estudos interessados nesta relação, que aprofunde o conhecimento sobre tais fenômenos e suas inter-relações, justifica-se em termos sociais e científicos (Manita, 2000). Estes podem contribuir para que se possam fazer avaliações diferenciais das duas problemáticas, separadamente e em conjunto, e, com base nisso, propor intervenções adaptadas às principais características, necessidades e dificuldades dos adolescentes que apresentam co-ocorrência de uso de álcool/drogas e comportamento delitivo. Parafraseando a argumentação feita em nota publicada pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT, 2007, p. s/n): *“a compreensão das ligações entre droga e criminalidade não tem um mero interesse teórico, apresentando implicações profundas em termos de ordem pública, uma vez que determina o modo como a sociedade responde à criminalidade relacionada à droga”*.

Visando, então, contribuir para o entendimento da complexidade desta relação, o presente estudo, de corte transversal e caráter exploratório, ao utilizar dados de uma amostra de adolescentes em conflito com a lei, com idades entre 12 e 18 anos, pretende caracterizar os comportamentos de uso de substâncias, bem como os comportamentos delituosos, para verificar as associações existentes entre eles.

1.1 O uso de substâncias psicoativas e os padrões de uso

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o comportamento de uso de substâncias pode ser definido como a utilização de álcool e outros psicofarmacos, também

denominados substâncias psicoativas. Ainda de acordo com a mesma referência, substâncias psicoativas são aquelas que, quando tomadas ou administradas, afetam os processos mentais, por exemplo, cognição ou afeto. Este termo e seu equivalente, “drogas psicotrópicas”, são os mais neutros e descritivos, à medida que englobam toda classe de substâncias, lícitas e ilícitas, de acordo com as leis do país, estado ou região do mundo, de interesse para a política de drogas. Seu significado não subentende que produzem necessariamente dependência de qualquer tipo (disponível em <www.who.int/substance_abuse/terminology>, acesso 10/02/2013).

Vale notar que há diferentes substâncias psicoativas. O *Diagnostic and Estatistical Manual of Mental Disorder – IV* (DSM-IV-TR, 2002) as categoriza em 10 classes: álcool, anfetaminas, maconha, cocaína, alucinógenos, inalantes, tabaco, opióides, penicilina, sedativos, hipnóticos e ansiolíticos. Cada uma tem propriedades e efeitos únicos e, portanto, diferentes potenciais nocivos. O potencial nocivo pode ser mensurado de diferentes formas; no entanto, uma parte importante de pesquisadores o classifica em função do risco à dependência e aos danos físicos ao usuário (Beck, 1993). Considera-se que algumas substâncias apresentam baixo potencial de causar dependência, a saber, os alucinógenos; outras têm alto potencial de causar dependência como a cocaína inalada e a fumada (conhecida como *crack*). Algumas podem ser estimulantes do sistema nervoso central, como é o caso da cocaína; outras produzem efeitos contrários, ao atuar como depressivos do sistema nervoso central como, por exemplo, a maconha; outras, ainda, produzem efeitos simultâneos, como do tabaco e do álcool (Beck, 1993).

Nessa linha, de acordo com a OMS, o uso de substâncias psicoativas pode ser classificado em: *abusivo*, ao remeter a um padrão de comportamento que aumenta o risco de consequências físicas, mentais e sociais prejudiciais ao próprio usuário; *nocivo*, quando já se verifica dano real instalado na vida do indivíduo, que pode ser físico (ter contraído hepatite), mental (apresentar episódios depressivos) e social (estar em conflitos com familiares); e a *dependência*, referente a casos em que se observa forte desejo de usar a substância, dificuldade de controle do uso, persistência no uso, aumento da tolerância e, por vezes, um estado de abstinência física, na ausência do consumo. Assim, torna-se prioritário ao indivíduo envidar esforços para a busca e o uso da substância, em detrimento dos esforços para a realização de outras atividades e obrigações, apesar das consequências nefastas para a vida (disponível em <www.who.int/substance_abuse/terminology>, acesso 10/02/2013).

Ainda, a OMS, por meio da *Classificação Internacional de Transtornos Mentais e Comportamentais*, na sua 10ª versão (CID - 10, 1993), indica três categorias de consequências

causadas pelo uso de substâncias psicoativas. Em primeira instância, as consequências decorrentes da *intoxicação aguda*, associada claramente ao uso recente e de quantidade elevada da substância, produzem distúrbios no nível da consciência, cognição, percepção, afeto e comportamento (disponível em <www.who.int/substance_abuse/terminology>, acesso 10/02/2013). Em uma segunda instância, as consequências associadas ao *uso nocivo*, responsável por danos físicos e psicológicos que, por sua vez, afetam negativamente as relações interpessoais do usuário (em um período de pelo menos um mês ou repetidamente dentro de um período de 12 meses). Em última instância, as consequências relacionadas à *síndrome de dependência*, diagnosticada quando três ou mais das seguintes manifestações ocorrem em conjunto, durante pelo menos um mês ou, por período inferior a um mês, mas repetidamente, ao longo de 12 meses): (1) forte desejo ou senso de compulsão para consumir a substância; (2) prejudicada capacidade de controlar o comportamento de consumo, que se evidencia no uso de quantidades maiores ou por um período mais longo ao pretendido, ou pelo desejo ou esforços infrutíferos para reduzir ou controlar o uso da substância; (3) estado de abstinência fisiológico, mediante redução ou cessação do uso da substância, ou uso com intenção de aliviar ou evitar sintomas de abstinência; (4) alta tolerância aos efeitos da substância, de tal modo que existe uma necessidade de aumento significativo das quantidades para atingir a intoxicação ou o efeito desejado; (5) prazeres ou interesses pessoais abandonados ou reduzidos em virtude do uso da substância, sendo que uma grande parte do tempo passa a ser gasto em atividades voltadas à obtenção, ao uso e/ou para recuperar-se dos efeitos; (6) uso persistente da substância, apesar da clara evidência de consequências nocivas (disponível em <www.who.int/substance_abuse/terminology>, acesso 10/02/2013).

Pelo DSM-IV-TR (2002), o *abuso ou uso nocivo de substâncias*, refere-se a um “padrão de uso disfuncional de uma substância, levando a um comprometimento ou desconforto clinicamente significativo, manifesto pela presença de um ou mais dos seguintes sintomas: (1) Uso constante da substância, resultando no fracasso em cumprir obrigações no trabalho, na escola ou em casa; (2) Uso constante da substância em situações fisicamente comprometedoras; (3) Problemas legais constantes, relacionados ao uso da substância; (4) Uso contínuo da substância apesar de ter um problema social ou interpessoal persistente ou constante, que seria exacerbado pelos efeitos da substância”.

Pela mesma referência, a *dependência* caracteriza um “padrão de uso disfuncional de uma substância, levando a um comprometimento ou desconforto clinicamente significativo, manifesto por três (ou mais) dos seguintes sintomas, ocorrendo durante qualquer tempo, em um período de 12 meses: (1) Tolerância definida por um dos seguintes critérios - a.

necessidade de quantidades nitidamente aumentadas de substâncias, para atingir intoxicação ou o efeito desejado; b. efeito nitidamente diminuído com o uso contínuo da mesma quantidade da substância; (2) Abstinência manifesta por um dos seguintes critérios - a. síndrome de abstinência característica da substância; b. uso da mesma substância (ou de outra bastante parecida) para aliviar ou evitar sintomas de abstinência; (3) Uso de grandes quantidades da substância ou por período maior do que o intencionado; (4) Desejo persistente ou esforço, sem sucesso, de diminuir ou controlar a ingestão da substância; (5) Emprego de longos períodos de tempo em atividades necessárias para obter a substância, para consumi-la e para recuperar-se de seus efeitos; (6) Tendência a reduzir ou abandonar atividades sociais, recreacionais ou ocupacionais por causa do uso da substância; (7) Uso continuado da substância, apesar do conhecimento do fato de ter um problema físico ou psicológico recorrente, causado ou exacerbado pela substância”.

Vale frisar, de acordo com Tarter e Vanyukov (1994), que os critérios apresentados pelos principais sistemas de classificação são genéricos e não abarcam, adequadamente, a heterogeneidade das características da população que usa substâncias psicoativas, e concorrem para o risco de rotulação desta, por meio do emprego de rótulos como “dependentes” e “não dependentes”, que dificilmente apreende as nuances do fenômeno. Para estes autores, o uso de substâncias deve ser observado de maneira multidimensional, ou seja, observando-se diversas esferas da vida, pois esta ofereceria indicadores para qualificar mais precisamente o quão problemático pode ser considerado o uso de qualquer substância para um determinado indivíduo.

Em efeito, não há, ainda, consenso quanto aos critérios taxonômicos a serem empregados para definir as diversas formas de uso de substâncias, coexistindo, assim, diferentes opiniões entre os pesquisadores da área. Nas últimas décadas, tem-se despendido esforços, no meio científico, para distinguir o uso de substâncias em diferentes níveis, ou seja, diferentes padrões de uso. Os modos de mensurar as formas de uso, e assim estabelecer padrões, variam entre pesquisadores. Em geral, têm sido baseados na aferição da quantidade, da frequência e no tipo de substância utilizada. Assim, alguns pesquisadores usam termos como baixo uso/abstinentes, uso experimental, uso frequente e uso regular, para denominá-los (Zapert, Snow, & Tebes, 2002). Shedler e Block (1990), por exemplo, com base na informação sobre a frequência do uso de maconha, definiram o grupo de abstinentes como sendo aquele formado por quem nunca havia usado qualquer substância; o grupo de uso experimental pelos que haviam usado poucas vezes na vida, uma ou duas vezes, e nenhuma

outra substância além da maconha; o grupo de uso frequente por aqueles adolescentes que usavam a maconha uma vez na semana ou mais, além de outras substâncias.

Há ainda pesquisadores que acrescentam o fator “número de diferentes substâncias usadas”, para distinguir padrões comportamentais, porque se dispõe de evidências que ser usuário de múltiplas substâncias se associa, em geral, a mais problemas, quando se compara a usuários de somente um tipo de substância. Maddahian, Newcomb e Bentler (1985), em estudo longitudinal, por meio do qual acompanharam por quatro anos adolescentes nas idades de 14 a 18 anos, identificaram quatro categorias de usuários: abstinentes, usuários de álcool somente, usuários de múltiplas substâncias lícitas (por exemplo, álcool e tabaco) e usuários de múltiplas substâncias ilícitas. Briere, Fallu, Descheneaux e Janosz (2011), em seu turno, observaram que adolescentes que usavam simultaneamente álcool e maconha apresentavam maior número de problemas físicos, interpessoais e psicológicos, quando comparados àqueles que usavam uma ou outra das substâncias. Os autores argumentam que a interação entre substâncias pode constituir-se em um risco particular, pelo efeito aditivo gerado, que pode, por sua vez, suscitar consequências imprevisíveis.

Outros pesquisadores indicam a importância de se considerar a “idade de início do uso das substâncias”. Grant e Dawson (1997), por exemplo, com base em dados de uma amostra nacional americana, com cerca de 27.000 participantes com mais de 18 anos de idade, realizaram pesquisa objetivando investigar a associação entre a idade de início do uso de álcool e posterior consumo abusivo ou dependência desta substância. Os resultados mostraram que, do total da amostra, mais de 40% dos participantes que reportaram o início do uso de álcool antes dos 15 anos de idade foram diagnosticados como dependentes em algum momento de suas vidas, enquanto 10% dos que reportaram o início após os 18 anos de idade o foram. Estes autores concluem que a prevalência de dependência do álcool diminui em função do aumento da idade de início do uso. Hanna e Grant (1999) analisando dados de uma amostra representativa da população americana, composta por mais de 40.000 pessoas, com idade média de 18 anos, observaram que entre aquelas que haviam iniciado o uso de tabaco antes dos 13 anos de idade, havia um maior número de episódios depressivos, comparados àqueles que haviam iniciado após os 17 anos. Notaram, também, uma prevalência de dependência de outras substâncias e de uso abusivo naqueles com início mais precoce.

Nessa mesma direção, estudos com delineamento longitudinal e prospectivos denotam que a “idade de início do uso de substâncias” parece desempenhar um importante papel na produção do risco, uma vez que, tal qual para o comportamento delituoso, quanto mais cedo o uso se inicia, maior a probabilidade de uso de substâncias no futuro e maior o potencial de uso

abusivo e de aparição de maiores problemas relacionados ao consumo (McGue, Iacono, Legrand, Malone, & Elkins, 2001). King e Chassin (2007) observaram que, mesmo controlando outros fatores de risco, ambientais e comportamentais, a idade de início do uso de substância, especialmente se até 13 anos de idade, funcionava como fator de risco significativo para posterior dependência. Eles indicam que os adolescentes que reportaram o início do uso de substâncias antes dos 13 anos se mostraram mais suscetíveis a exibir maiores níveis de sintomas de transtornos externalizantes e a experimentar mais conflitos familiares, além de maior susceptibilidade de dependência a outras substâncias, na idade adulta.

Em outras investigações, focalizam-se, também, as “idades de início de cada substância”; em geral, nota-se certa progressão sequencial do uso no desenvolvimento. É o caso da relevante pesquisa de Kandel (1985) que, ao acompanhar estudantes do Ensino Médio de escolas do Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos, conseguiu descrever quatro estágios de progressão do comportamento de uso de substâncias. Iniciou com as lícitas, como cerveja ou vinho, indo em seguida para o uso de cigarros e bebidas com maiores concentrações de teor alcoólico, na sequência a maconha e, posteriormente, outras substâncias ilícitas. Segundo a autora, aproximadamente um terço dos adolescentes que fumava e usava álcool avançou para o uso de maconha. Enquanto 27% dos usuários de maconha avançaram para o uso de outras substâncias ilícitas, somente 1% dos que não usavam maconha e 4% dos que usavam substâncias lícitas (álcool e tabaco) o fizeram. Conclui-se, assim, que o uso de maconha constitui uma etapa crucial no caminho do uso de outras substâncias ilícitas.

Dados de outros estudos corroboraram tais resultados (Kandel & Yamaguchi, 1993), ainda que esse tipo de apontamento deva ser tomado com cautela, pois outras pesquisas indicam que os estágios de progressão nem sempre seguem a mesma sequência. Golub e Johnson (1999), por exemplo, observaram que em uma amostra de presidiários o uso de maconha iniciou-se antes mesmo do uso de álcool e tabaco. Há quem indique que a sequência descrita por Kandel varie de acordo com os grupos raciais. Alguns estudiosos norte-americanos demonstram ser o uso de cigarro prevalente entre brancos, que apresentam tal comportamento mais precocemente, quando comparados a negros (White, Nagin, Replogle, & Stouthamer-Loeber, 2004). Outros sugerem que a sequência do uso de substâncias pode depender de fatores culturais, bem como da disponibilidade de drogas e dos tipos de sanções aplicadas ao usuário (Ellickson & Morton, 1999).

Em estudos mais recentes, classificados como *estudos de trajetória*, realizados com a intenção de se distinguir padrões de comportamento de uso de substâncias, em meio a adolescentes, outro aspecto passou a ser observado: a “mudança no tempo”. Em outras

palavras, nesses defende-se a necessidade de se observar a “escalação” ou “agravamento” do uso em termos do tipo de substância e de frequência, bem como a velocidade desta mudança, ou seja, de se observar o agravamento do uso em um determinado espaço de tempo. Zapert (2002), utilizando-se da técnica de análise de *cluster*, identificou em uma amostra de 764 adolescentes norte-americanos, com idades entre 12 e 17 anos de idade, seis grupos diferentes, nomeados: *abstinentes* (34,4% da amostra), composto por aqueles que não remeteram ao uso de qualquer substância; o grupo de *uso experimental de álcool* (25,3% da amostra), formado pelos adolescentes que aludiram uso esporádico de álcool, ao longo do último ano; o grupo denominado *baixa escalada* (5,2% da amostra), formado pelos que demonstraram elevados níveis iniciais de uso de substâncias, mas não apresentaram um padrão de gradual agravamento no uso, até o final da adolescência; os *iniciantes precoces* (6% da amostra) formados por aqueles que reportaram altos níveis de uso inicial de substâncias, em idades mais precoces, e moderados níveis de agravamento do uso, até o final da adolescência; o grupo denominado *iniciantes tardios* (20,7% da amostra), formado por adolescentes que alegaram o início de uso em idades mais elevadas e com níveis mais baixos, porém apresentaram rápida escalada, em agravamento, até o final da adolescência; e, finalmente, o grupo dos *escaladores* (8,3% da amostra) formado pelos adolescentes que haviam iniciado precocemente o uso, no entanto de maneira moderada, porém apresentaram rápida escalada em frequência no uso de diferentes substâncias até o final da adolescência.

Nelson, Van Ryzin e Dishion (2014), em ampla revisão da literatura envolvendo estudos de trajetória do uso de substâncias, do início da adolescência à fase adulta, denotaram a identificação de diversas trajetórias que se diferenciam em termos de idade de iniciação, em frequência de uso, em tipos de substâncias utilizadas e no tocante à presença ou não de uma progressão, tanto no que diz respeito aos tipos de substância (por exemplo, ir do álcool ao uso de substâncias ilícitas), quanto no referente à frequência do uso, ao longo do desenvolvimento. Em geral, segundo estes mesmos estudiosos, os pesquisadores classificam as trajetórias levando em conta a existência de adolescentes que usam substâncias com frequência baixa ou que são abstinentes, sendo que tal comportamento se mantém estável até a fase adulta; a existência de adolescentes, com início geralmente mais tardio, e apresentam rápida “escalada”, em termos de tipos de substâncias e de frequência de uso; e aqueles com uso crônico, que iniciam mais precocemente e apresentam uma progressão acentuada nos tipos de substâncias e na frequência, ao longo do desenvolvimento, mantendo a frequência de uso estável. Esses três padrões de trajetórias são descritos em meio a usuários de álcool, de maconha, de tabaco e de múltiplas substâncias e, em todos os casos, o grupo de baixo

uso/abstinentes tem sido o mais numeroso, enquanto o grupo formado por usuários crônicos é sempre o menor número, quando se trabalha com amostras da população.

Tarter (1990), ao reconhecer que o caminho para que se estabeleça um padrão de uso problemático de substâncias psicoativas é único para cada indivíduo, propõe a observação de indicadores didaticamente agrupados em dimensões ou domínios da vida que, inclusive, podem se alterar a depender dos períodos específicos do desenvolvimento. Tais dimensões, de acordo com o autor, são essenciais à etiologia do problema referente ao uso de substâncias, bem como à manutenção deste no tempo. Este prisma contrapõe-se às tradicionais formas de classificação, por vezes unidimensionais.

Nessa perspectiva, este autor (Tarter, 1990) desenvolveu um instrumento para a avaliação da gravidade do uso de substâncias em adolescentes, especificamente, o *Drug Use Screening Inventory* (DUSI). Com esta ferramenta, podem-se investigar a frequência do uso de 13 substâncias, no último mês, as drogas de preferência e os problemas decorrentes, associados ao uso. Na sequência, o instrumento propõe que se explore a existência de problemáticas nos seguintes domínios: *uso de substâncias*, no qual se buscam informações sobre o uso de substâncias nos últimos 12 meses e sobre a intensidade do envolvimento com tais substâncias; *transtornos psiquiátricos*, em que se observam os níveis de ansiedade, depressão e comportamentos antissociais; *comportamentos*, no qual se investigam o isolamento social e os problemas de comportamento; *saúde*, no qual se investigam acidentes, prejuízos e doenças associadas; *competência social*, no qual se verificam as habilidades e as interações sociais; *sistema familiar*, no qual se investigam a existência de conflitos familiares, o nível de supervisão dos pais e a qualidade de relacionamento na família; *escola*, no qual se buscam conhecer aspectos da vida escolar e o desempenho acadêmico; *trabalho*, no qual se observa a motivação para o trabalho; *relacionamentos com os pares*, no qual se investigam a rede social, o envolvimento com gangues e a qualidade de relacionamento com os amigos; *lazer e recreação*, no qual se busca saber a qualidade das atividades no tempo livre.

Defende-se que no processo de avaliação do uso de substâncias em adolescentes baseie-se não só na aferição de “padrões de uso”, tais quais definidos pelo DSM-IV (2002), por exemplo, mas também no de “gravidade de uso”, empregando, para tanto, uma abordagem multidimensional, que enfatize, além do uso em si, o sofrimento psicológico, as relações familiares, as relações com os amigos, com a escola, com o trabalho, e assim por diante, pautando-se no pressuposto de que cada indivíduo relaciona-se com a substância de maneira única (Fisher & Harrison, 1992).

De acordo com Tarter (1990), ao avaliar a “gravidade do comportamento de uso de substâncias”, tendo em mente as diferentes dificuldades indicadas nas dimensões da vida enunciadas, é possível estimar mais especificamente a intensidade do problema e direcionar de maneira mais adequada as intervenções de ajuda aos jovens, nas áreas que demandam mais atenção, além de propor mais criteriosamente o nível de cuidado a ser oferecido ao jovem (atendimento ambulatorial, internação hospitalar etc). O autor explica:

“Do ponto de vista do tratamento, esta conclusão ressalta a necessidade de intervenção individualizada e não um programa em que as pessoas recebem o mesmo tipo e intensidade de intervenção. Do ponto de vista da etiologia, esta conclusão reforça descobertas recentes que apontam para a importância do meio ambiente não compartilhado. Do ponto de vista da taxonomia, esta conclusão põe em questão a validade do sistema DSM e o valor do uso de rótulos como o alcoolismo, dependência etc.” (p. 47).

Com base nesta abordagem, pode-se observar perfis ou tipologias de consumo que não necessariamente se enquadram em critérios diagnósticos, mas indicam problemas de natureza biopsicossocial, associados ao uso de substâncias, sugerindo, assim, níveis diferenciados de risco, tais como: consumo problemático, emergenciais ou que não representam problemas óbvios (Landry et al., 2004).

De Micheli e Formigoni (2002), nessa perspectiva, identificaram diferentes padrões de uso, baseando-se na identificação de problemas associados. Classificaram um grupo como sendo de uso experimental, composto pelos adolescentes que tiveram de uma a duas respostas afirmativas em uma escala de 10 itens relativos a problemas decorrentes do uso de qualquer substância, tal qual “ter gasto muito dinheiro para comprar drogas”, “ter sofrido acidente após o uso de drogas”, entre outras. Outro grupo formado por adolescentes que apresentaram de 3 a 7 respostas afirmativas na mesma escala foram classificados como abusivos, e os que relataram mais de 7 respostas afirmativas, foram classificados como dependentes.

Em síntese, defende-se que a avaliação do comportamento dos usuários de substâncias psicoativas, especialmente o de adolescentes, apoie-se em uma ferramenta que dê importância a todas as áreas afetadas por tal comportamento (Claro, De Oliveira, Paglione, Pinho, Pereira & Vargas, 2012). É importante frisar que alguns indivíduos apresentam complicações relacionadas ao uso de substâncias, por um longo período, sem nunca preencherem os

critérios da dependência oferecidos pelas avaliações mais tradicionais (Ribeiro; Laranjeiras; Messas, 2004).

Salienta-se que as dimensões ou domínios estabelecidas por Tarter como importantes, para o agrupamento de indicadores de problemas, são similares às elencadas com base em estudos sobre fatores de risco para esse comportamento na adolescência e às elencadas em estudos sobre consequências associadas ao uso. Por exemplo, as “relações com os pares”, um dos domínios propostos pelo autor, tem sido amplamente reconhecido em pesquisas sobre abuso de substâncias por jovens, à medida que os dados apontam, reiteradamente, que ter amigos que apresentam comportamentos antissociais e usam substâncias é fator que aumenta as chances de uso de substâncias para um adolescente. Na mesma direção, ter amigos que aprovam e apresentam expectativas positivas relativas ao uso também é apontado como fator que pode agravar o padrão de uso de substâncias já estabelecido (Brook, Lee, Finch, Koppel, & Brook, 2011; Latimer & Zur, 2010; Ybrandt, 2010). A quantidade de amigos com as atitudes mencionadas, em comparação à quantidade de amigos pró-sociais, parece também ser um ponto importante (Abadi, Shamblen, Thompson, Collins, & Johnson, 2011; Donovan & Molina, 2011; Gagnon, Fallu, Briere, & Janosz, 2011; Hemphill, Heerde, Herrenkohl, Patton, Toumbourou & Catalano, 2011; Hicks, Iacono, & McGue, 2010; Hong, Huang, Sabri, & Kim, 2011; Pilatti, Godoy, Brussino, & Pautassi, 2013).

Os estudos atinentes à dimensão “escola”, em seu turno, indicam que ter baixo desempenho, notas ruins, baixo compromisso/baixa expectativa com relação à própria escolarização e frágil vinculação com esta instituição constituem importantes fatores de risco, bem como razões de manutenção do uso de substâncias. Os fatores estressores no ambiente escolar também são destacados como, por exemplo, relacionamento conflituoso com professores e punições escolares (Donovan & Molina, 2011; Gagnon, et al., 2011; Hemphill, et al., 2011; Hicks, et al., 2010).

Em relação aos aspectos da “vida em família”, a exemplo dos estudos em delinquência juvenil, as investigações indicam a existência de fatores proximais e distais, sendo que os proximais têm sido privilegiados. Nesse plano, por exemplo, a qualidade da relação pais-filhos é destacada; observa-se que famílias nas quais os pais/responsáveis apresentam baixo envolvimento e compromisso com a vida de seus filhos, com baixa efetividade comunicativa com pouca ou nenhuma supervisão e monitoramento do comportamento dos filhos, propiciando, assim, baixa identificação ou baixa vinculação destes à família, constituem-se em ambientes favorecedores à manifestação do comportamento de uso de substâncias (Gagnon, et al., 2011; Hemphill, et al., 2011; Hong, et al., 2011; Latimer & Zur, 2010).

Em nível individual, os estudos têm indicado que quadros de ansiedade, depressão, e retraimento social, perspassados por queixas somáticas, aumentam a propensão para o uso de diferentes substâncias (Eschmann, Zimprich, Metzke & Steinhausen, 2011; Hayatbakhsh, Najman, Bor, O'Callaghan, & Williams, 2009; Hong, et al., 2011). Além disso, o fato de ter sido diagnosticado com Transtorno de Conduta, Transtorno Desafiador-Opositivo e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, também aumenta a probabilidade de posterior uso de substâncias psicoativas (Brook, Brook, Rubenstone, Zhang, & Saar, 2011; Chartier, Hesselbrock, & Hesselbrock, 2010; Lee, Winters & Wall, 2010; Yi et al., 2011). Nessa direção, de acordo com a literatura, apresentar problemas de comportamento externalizantes na infância, especialmente a agressividade, parece tornar os indivíduos mais propensos à apresentação do comportamento de uso problemático de substâncias, ao mesmo tempo em que tais comportamentos também parecem atuar como fator mantenedor do uso já instalado, em adolescentes (Hayatbakhsh, et al., 2009). Cumpre sublinhar que a característica agressividade é descrita, muitas vezes, como uma discapacidade para controlar o próprio comportamento, ao envolver a impulsividade, a tendência a assumir riscos e a desinibição e/ou extroversão (Hayatbakhsh, et al., 2009).

Ademais, outras variáveis, além destas contempladas nas dimensões relativas aos fatores de risco, no modelo proposto por Tarter (1990), são destacadas como importantes à avaliação do problema, por outros autores. Algumas são de caracterização sociodemográficas como, por exemplo, ser do sexo masculino e ser jovem (Brook, et al., 2011). Pesquisadores têm mostrado consistentemente que jovens do sexo masculino são mais propensos que os do sexo feminino ao uso de álcool e outras drogas, em todos os grupos raciais (Hong, et al., 2011).

É interessante notar que boa parte dos fatores de risco reunidos nas diferentes dimensões propostas por Tarter (1990), como associados ao comportamento de uso problemático de substâncias, coincide com aqueles associados ao risco de conduta infracional, persistente (Maruschi, Estevão & Bazon, 2012; Hoge & Andrews, 2005).

1.2 O uso de substâncias psicoativas em meio a adolescentes infratores e os padrões de uso

Conforme o mencionado, a prevalência de usuário de substâncias psicoativas em meio a adolescentes infratores é sempre elevada, destoando daquela observada na população geral.

Por exemplo, o primeiro levantamento Norte Americano sobre as “Necessidades de Investimento e Serviços para Jovens sob Custódia” encontrou que 74% dos jovens sob custódia teriam feito uso de álcool e 85% teriam utilizado alguma substância ilícita, ao passo que tais porcentagens em meio aos adolescentes da população seriam, respectivamente, de 56% e 40% (Sedlak & McPherson, 2010).

Outro importante estudo realizado junto a 482 adolescentes, em nove centros de detenção do Estado do Mississippi, Estados Unidos, mostrou que 72,6% dos jovens judicializados usavam diariamente tabaco, enquanto somente 4,7% dos estudantes do Estado o faziam. Com relação ao consumo de maconha, o comportamento na vida foi referido por 36,3% dos estudantes do Ensino Médio e por 75,3% dos jovens encarcerados, sendo as porcentagens de 5,7% e 10,7%, respectivamente, as apresentadas por cada grupo, com relação ao uso de cocaína (Robertson, Dill, Husain, & Undesser, 2004).

Estudo australiano com 273 adolescentes custodiados também identificou ser bastante comum o uso de substâncias na amostra. Os resultados indicaram que 98% deles já haviam usado álcool e 18% faziam o uso diário desta substância. O uso de maconha no transcorrer da vida foi referido por 87% e o uso diário por 59% da amostra. Estas foram as substâncias utilizadas em maior proporção pelos jovens investigados, seguidas da heroína, anfetaminas e dos sedativos (Kinner et al, 2014).

No Brasil, alguns estudos desta natureza também foram realizados. Na cidade de Porto Alegre, um estudo anterior abrangeu toda a população institucionalizada na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM/RS), quer por medida de proteção, seja por medida socioeducativa. Foram entrevistadas crianças e adolescentes (n=382), com idades entre 10 e 20 anos, sobre diferentes temáticas, dentre as quais o uso de substâncias. Os resultados apontaram ser a maconha, a cocaína e os solventes as drogas ilícitas mais utilizadas por sujeitos da amostra, sendo que 80,9% revelaram o uso experimental de uma ou outra destas substâncias. A autora do estudo enfatizou ser esta uma taxa muito mais elevada que a apresentada em meio a estudantes. Dentre as drogas ilícitas consumidas, a maconha ocupou o primeiro lugar (69,2%), seguida pela cocaína (54,6%), solventes (49,2%), ansiolíticos (13,4%), alucinógenos (8,4%), anorexígenos (6,5%) e barbitúricos (2,4%) (Ferigolo et al., 2004).

Com o objetivo de analisar a possível relação entre a primeira experiência do uso de drogas e o primeiro ato infracional em meio a adolescentes em conflito com a lei, estudo realizado em duas unidades de internação em cidades do interior do Estado de São Paulo (Ribeirão Preto e Sertãozinho, respectivamente) apontou que a quase totalidade (95%) dos

adolescentes entrevistados (n=150) havia experimentado álcool, tabaco e maconha. As drogas mais utilizadas foram, em ordem de prevalência, maconha, álcool, tabaco. As duas primeiras associaram-se significativamente ao roubo, furto, tráfico de drogas, porte de arma e porte de drogas. Quanto aos dados relativos à idade de início do "uso de drogas" e à da "prática de ato infracional", de acordo com os relatos dos próprios adolescentes, os resultados mostraram que eles teriam iniciado o consumo de álcool, tabaco e maconha em média aos 12 anos, enquanto as práticas de infrações teriam tido início por volta dos 13 anos de idade (Martins & Pillon, 2008).

Pacheco e Hutz (2009), em outro estudo realizado na cidade de Porto Alegre, compararam um grupo de infratores (n=148) adolescentes, do sexo masculino, cumprindo medida socioeducativa em regime de internação, com um grupo de não infratores (n=163), estudantes do Ensino Fundamental e Médio em escolas públicas. Os investigadores observaram que no grupo dos adolescentes infratores 87,4% usavam algum tipo de droga, enquanto 30,9% dos estudantes indicaram o consumo de alguma substância.

Um estudo mais recente e abrangente foi implementado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2012. Nele, realizou-se um levantamento com intuito de traçar um panorama da situação dos adolescentes em conflito com a lei em 320 unidades de internação, nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal, entrevistando-se 1.898 adolescentes privados de liberdade pelo cometimento de ato infracional. Os resultados demonstraram que aproximadamente 75% dos participantes referiram fazer uso de substâncias ilícitas no momento da apreensão, confirmando a prevalência superior àquela observada na população em geral, a qual gira em torno dos 3%. De forma geral, a droga mais consumida seria a maconha, seguida da cocaína, embora na região Nordeste, destacar-se-ia o uso de crack, ocupando esta o segundo lugar entre as mais utilizadas nessa região do país (CNJ, 2012).

Além da prevalência de uso de substâncias entre os adolescentes em conflito com a lei, quando comparados aos adolescentes da população em geral, os pesquisadores também têm identificado outras especificidades deste comportamento neste segmento específico. A saber, na população de adolescentes, as substâncias lícitas (por exemplo, álcool e tabaco) são sempre as mais referidas, segundo dados de estudos nacionais e internacionais (Carlini, et al., 2010; Grant & Dawson, 1997; Hawkins, et al., 1997; Madruga et al., 2012; Tarter & Vanyukov, 1994), enquanto na população de adolescentes em conflito com a lei, a droga mais citada, a maconha, é ilícita (CNJ, 2012; Martins & Pillon, 2008; Robertson, et al., 2004; Sedlak & McPherson, 2010).

Pesquisas indicam, também, que a trajetória do comportamento de uso de substâncias é diferenciada na população de adolescentes em conflito com a lei, no tocante à sequência dos tipos de substâncias. Golub e Johnson (1999), por exemplo, indicam que na população de adolescentes infratores o uso de maconha parece anteceder ao uso de todas as outras substâncias, o que não condiz com os dados da maioria dos estudos realizados com adolescentes da população geral, os quais indicam a iniciação do uso de substâncias pelas lícitas, como o álcool (Kandel & Yamaguchi, 1993; Kandel & Yamaguchi, 1985). Além disso, outras pesquisas apontam que jovens em conflito com a lei tendem a iniciar o uso de substâncias em idades mais precoces, se comparados àqueles que não têm problemas com a Justiça (Dembo & Schmeidler, 2003), e a usar as substâncias de modo mais frequente (Jessor, Donovan, & Costa, 1991).

Ademais, dispõe-se também de investigações empreendidas para observar a presença de problemas relacionados ao uso de substâncias, focalizando mais propriamente os padrões de comportamento, com especial interesse em um padrão mais problemático. Salienta-se, contudo, que os estudos nesta linha, que procuram identificar as prevalências do uso problemático de substâncias entre os adolescentes em conflito com a lei, podem variar substancialmente em termos de critérios utilizados para definir o que distingue um padrão do outro. Bem como, em termos de locais em que os participantes são recrutados, que pode ser em ambientes de internação, em contexto de execução de medidas judiciais em meio aberto e em “portas de entrada” do Sistema de Justiça, o que concorre para muita variação nos resultados encontrados (Chassin, 2008). Um estudo com 1.829 adolescentes custodiados em uma unidade de internação na região metropolitana de Chicago, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas, baseadas no DSM-IV, obteve como resultado o dado de que, mesmo excluindo o diagnóstico de transtorno de conduta antissocial, aproximadamente 60% dos adolescentes preencheram critérios para algum outro transtorno psiquiátrico. O transtorno mais comum foi o relacionado ao uso de substâncias e, na sequência, os transtornos de ansiedade, os afetivos e os de déficit de atenção e hiperatividade. Entre os problemas relacionados ao uso de substâncias, os relacionados ao uso de maconha apareceram em primeiro lugar, seguidos daqueles envolvendo o uso de álcool (Teplin, Abram, McClelland, Dulcan & Mericle, 2002).

Estudo com adolescentes infratores, com média de idade de 17 anos, recrutados em uma unidade de internação da Turquia, mostrou que 38% dos jovens tinham histórico de abuso de substâncias. As drogas mais utilizadas, excluindo-se o álcool e o tabaco, seriam: a

maconha (72,5%), os solventes (21,3%) e os sedativos (7,5%) (Copur, Turkcan, & Erdogmus, 2005).

Amostra de jovens infratores de uma cidade alemã, com, em média, 19 anos idade, com múltiplas infrações, foram entrevistados via questionário para identificar a prevalência de transtornos mentais. Os dados indicaram ser os transtornos de conduta e de personalidade antissocial prevalentes, seguidos de transtornos por uso de substâncias, entre estes, a dependência de maconha e o abuso de álcool (Kohler, Heinzen, Hinrichs, & Huchzermeier, 2009).

Em estudo em três províncias canadenses, com 149 jovens infratores custodiados, em média de idade de 16 anos, acusados de múltiplos delitos, realizaram-se entrevistas para obter informações e identificar a prevalência de transtornos mentais. Os resultados indicaram que as necessidades mais comuns em saúde mental seriam relativas a problemas com o uso de álcool e outras substâncias, seguidos daqueles associados à raiva-irritabilidade e à ansiedade-depressão. A dependência de maconha (85% dos jovens) foi a problemática prevalente, seguida daquela associada ao álcool. Na sequência, observou-se a preponderância de sintomas agressivos relativos ao transtorno de conduta, transtorno desafiador opositivo, seguidos de déficit de atenção e hiperatividade, sintomas de transtornos do humor e de ansiedade, os de estresse pós-traumático e os depressivos como ideação suicida. Ao todo, 91,9% dos participantes teriam completado os critérios para o diagnóstico de algum transtorno de ordem mental (Gretton & Clift, 2011).

Estudo austríaco, realizado na cidade de Viena, com 275 jovens custodiados, em média de idade de 16 anos, revelou que os transtornos psiquiátricos mais presentes no grupo seriam o de conduta, o desafiador opositivo, a dependência de substâncias (especialmente a dependência de álcool), o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e os transtornos afetivos. O uso de substâncias foi preditivo para infrações relacionadas às drogas, e a dependência de álcool previu infrações com uso de violência ou ameaça (Plattner et al., 2012).

No Reino Unido, estudo com 219 adolescentes custodiados (com média de idade de 16 anos), utilizando um instrumento de avaliação multidimensional, identificou que 169 deles apresentavam problemas relacionados à educação; 153 tinham comportamentos de riscos, incluindo uso de substâncias; 151 apresentavam comportamentos violentos; 93 transtornos psiquiátricos e 89 problemas relacionais. No mesmo estudo, identificaram-se, pela aplicação de um instrumento de diagnóstico baseado no DSM-IV, altas taxas de problemas com álcool (78%) e de abuso de outras substâncias (73%) (Lennox, Bell, O'Malley, Shaw & Dolan, 2013).

Pesquisa com adolescentes infratores chineses, também com idade média de 16 anos, recrutados em centros de detenção localizados em três diferentes províncias do país, verificou que entre os transtornos psiquiátricos prevalentes estavam os de conduta, os por uso de substâncias e o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (Zhou et al., 2014).

No Brasil, alguns trabalhos com a mesma perspectiva também foram realizados. No estado do Rio de Janeiro, Andrade e colegas (2011), em investigação sobre prevalência de transtornos psiquiátricos em meio a adolescentes submetidos a medidas socioeducativas, após entrevistarem 116 jovens (99 meninos e 17 meninas) com idades entre 12 e 19 anos, observaram que 39% dos meninos apresentaram indicadores de abuso/dependência de substâncias ilícitas (Andrade, Assumpção Junior, Teixeira & Fonseca, 2011).

Bartieri e Andrade (2011), no Estado de São Paulo, objetivaram verificar a existência de diferenças no consumo de álcool entre agressores sexuais seriais e não seriais em uma amostra de 218 sujeitos que constituíram três grupos: agressores sexuais de uma só vítima (n=149), duas vítimas (n=25) e três ou mais vítimas (n=24). As diferenças, contudo, não se verificaram. Porém, o uso de álcool mostrou-se importante fator relacionado nos três grupos. Os autores sugerem que o abuso de bebidas pode levar à perda da capacidade de tomar decisões em determinadas situações e que características de personalidade como impulsividade podem aumentar a propensão à emissão de tais comportamentos antissociais.

Nardi, Cunha, Bizarro e Dell’Aglia (2012), por sua vez, ao utilizar o banco de dados de uma pesquisa nacional sobre fatores de risco e de proteção a que estão expostos jovens escolares brasileiros, observaram que ter sido “preso” (detido), associou-se significativamente ao comportamento de uso de cocaína e de maconha, no último ano. Outra associação importante, segundo os autores, foi encontrada entre a venda de drogas e o uso de cocaína e de maconha no último mês. Ainda, ter tido alguma problema com a Justiça também se associou significativamente com o uso de tais substâncias.

Em um levantamento de informações em prontuários de um Programa Municipal de atendimento a adolescentes que cumpriam Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, na cidade de Santa Cruz do Sul (RS), com o objetivo de observar os perfis dos atendidos, evidenciou-se que dos 40 adolescentes atendidos, 29 usavam abusivamente alguma substância lícita e/ou ilícita (maconha, cocaína, crack e álcool). Os pesquisadores, após análises qualitativas, sugerem que a prevalência do uso de drogas pode estar ligada à necessidade de lidar com situações de violência e à vulnerabilidade familiar (Cruz, Welzbacher, Freitas, Costa & Lorini, 2010)

Sublinha-se, todavia, que as prevalências relativas a transtornos relacionados ao uso de substâncias, enquanto indicativo de um padrão mais problemático do consumo de drogas, em meio aos adolescentes infratores, diferencia-se substancialmente das prevalências de atinentes ao uso, de forma geral, sendo estas, via de regra, taxas muito mais altas. Disso depreende-se que, embora as taxas de adolescentes em conflito com a lei apresentando o comportamento de uso de substâncias psicoativas sejam altas, há uma importante heterogeneidade, no interior do grupo, com relação aos padrões de usos. Pode-se, assim, afirmar que uma proporção significativa de infratores não preenche critérios diagnósticos para transtorno, de modo ser possível considerar o comportamento neste grupo como problemático, sempre (Chassin, 2008).

Dentro desta perspectiva, Potter e Jenson (2003) realizaram estudo visando identificar diferentes padrões de comportamento de uso de substâncias em uma amostra de adolescentes detidos no Estado do Colorado, nos Estados Unidos. Os dados encontrados mostraram a existência de três grupos distintos: um primeiro grupo, composto por 32 adolescentes (22% da amostra), apresentando maior frequência no uso de substâncias “sintéticas” (por exemplo, o êxtase), reportando, surpreendentemente, menores taxas de cometimento de delitos. Um segundo grupo, composto por 62 adolescentes (43% da amostra), apresentando maiores incidências no uso de cocaína e de maconha, em relação ao primeiro grupo, reportando maiores taxas de cometimento de delitos, especialmente o tráfico de drogas. E o terceiro grupo, composto por 49 adolescentes (34% da amostra), apresentando menor frequência no uso de todas as classes de substâncias, quando comparado aos outros dois grupos, reportando, por sua vez, menores taxas do cometimento de delitos, de forma geral.

Vaughn, Freedenthal, Jenson e Howard (2007), em estudo a uma amostra representativa de adolescentes detidos pelo cometimento de atos infracionais, nos EUA, conduziram pesquisa semelhante, tendo, por sua vez, encontrado a existência de quatro subgrupos. Um grupo menor, composto por 81 adolescentes (11% da amostra), reportou uso frequente de diferentes classes de substâncias, apresentando alta prevalência de transtornos relacionados a este uso; um segundo grupo elencado por 197 jovens (27,2% da amostra), também mencionou alta frequência de uso, apresentando níveis moderados de problemas relacionados; um terceiro, constituído por 250 adolescentes (34% da amostra), relatou frequência de uso moderado e os transtornos relacionados também foram identificados como moderados; um quarto grupo compreendeu 195 jovens (27% da amostra) e neste reportou-se baixa frequência de uso e baixa gravidade de problemas relacionados. Os autores concluem, então, que uma minoria (11%) dos participantes reporta altos níveis de problemas

relacionados ao uso de substâncias, ainda que, na amostra total, a prevalência de quem faça uso de substâncias seja elevada.

Pesquisas buscando identificar, especificamente, subgrupos de adolescentes em conflito com a lei com base em seus padrões de uso de substâncias e em níveis de engajamento infracional são relativamente raras, na literatura, de modo geral (Vaughn et al., 2007). Destaca-se, aqui, a investigação de Kohler et al. (2009), na qual, em meio a 149 jovens custodiados em uma cidade alemã, três grupos apresentando distintos padrões de comportamento, com relação ao uso de substâncias e à prática de delitos foram identificados. Um primeiro compreendeu os (n=38) que relataram maiores frequências no uso de diferentes substâncias e a maior porcentagem de poli usuários; este grupo seria também aquele composto pelos infratores apresentando as maiores taxas de cometimento de delitos. Um segundo grupo compreendeu os adolescentes (n=45) classificados apresentando uso moderado de substâncias, em comparação ao primeiro e ao terceiro grupo, pois estes apresentaram frequências medianas de uso de substâncias, bem como de cometimento de delitos. Um terceiro grupo compreendeu os jovens (n=26) com baixíssimas frequências de uso de substâncias, apesar de a maioria poder ser considerada poliusuária, mas com comportamento delitivo menos frequente.

Em outro estudo com 315 adolescentes detidos e processados pela Corte do Estado da Florida, Estados Unidos, novamente observou-se a existência de grupos distintos no tocante aos padrões comportamentais atinentes ao uso de substâncias, bem como com relação à quantidade de delitos cometidos. Estes grupos foram assim identificados: (a) moderado nível de delitos e de uso de substâncias (n=235); (b) alto nível de delitos e alta frequência do uso de substâncias (n=16); (c) usuários moderados de maconha e de cocaína, apresentando baixos níveis de delitos praticados (n=36); (d) usuários de substâncias autorreveladas, com baixos níveis de delitos e baixa frequência do uso de substâncias (n=28). Estes grupos, posteriormente, diferenciaram-se, também, em termos de características sociodemográficas, experiências educacionais e aspectos familiares (Dembo & Schmeidler, 2003).

Os resultados disponibilizados por todos estes trabalhos chamam a atenção para o fato de os adolescentes em conflito com a lei apresentarem padrão de uso de substâncias diferenciado do da população em geral, mas também, e principalmente, para o fato de o grupo não ser homogêneo. Tais constatações impõem a necessidade de mais investigações e sugerem o desenvolvimento de avaliações e intervenções diferenciais neste campo, adequadas às necessidades de cada jovem, de modo a aumentar a probabilidade de eficácia nesta área.

Montgomery, Vaughn, Thompson e Howard (2013) enfatizam: os pesquisadores que estudam melhores intervenções para adolescentes em conflito com a lei reconhecem a importância de observar a heterogeneidade do grupo, mas salientam ser bastante limitado o número de pesquisas informando estas características. Com isso, tem-se que as práticas de intervenção ainda ignoram tais especificidades, tendendo-se a considerar as problemáticas “prática de atos infracionais” e “uso de substâncias” como homogêneas. Ademais, tende-se a estabelecer ligações simplistas e lineares entre essas, o que, em última análise, produz intervenções não especializadas e incoerentes aos achados científicos das últimas décadas.

2 AS RELAÇÕES ENTRE O COMPORTAMENTO INFRACIONAL E O DO USO DE SUBSTÂNCIAS: APORTES CIENTÍFICOS

Muitas investigações específicas sobre a(s) relação(ões) entre o comportamento infracional e o de uso de substâncias foram implementadas, em diferentes disciplinas científicas, com as suas mais variadas tradições metodológicas, como é o caso da Criminologia, da Sociologia, da Psicologia e da Psiquiatria, delineando-se uma área de interesse particular, nomeada por alguns pesquisadores como “droga-crime”. Com isso, hoje, se dispõe de um volume considerável de publicações específicas e, em alguma medida, de algum conhecimento que pode ser considerado consolidado.

É possível, inicialmente, afirmar que várias hipóteses sobre a relação entre essas variáveis foram tecidas. A primeira delas seria a de que os comportamentos delituosos antecederiam ao de uso de substâncias. Nessa direção, Choquet, Menke e Manfredi (1991) sugeriram que os indivíduos com nível elevado de agressividade são mais propensos a ser fumantes regulares, usuários de substâncias ilícitas e a fazer uso arriscado de álcool. Uma segunda teoria seria a de que o uso de substâncias antecederia aos comportamentos delituosos. Fagan (1993), por exemplo, propôs que a frequência e a gravidade do uso de substâncias podem aumentar a probabilidade do cometimento de infrações mais graves. Finalmente, uma terceira hipótese proporia que a relação entre estas variáveis seria espúria. Nessa esteira, ter-se-ia o fato de o uso de drogas durante a adolescência ser ilegal; conseqüentemente, tal comportamento poderia ser também entendido como uma forma de delinquência, sendo ambos os comportamentos – os delituosos e o de uso de substâncias – causados pelo mesmo conjunto de fatores de risco (Hirshi & Gottfredson, 1994; Jessor et al., 1991).

2.1 Os Modelos Teóricos

Conforme elucida Brochu (1995), as explicações para a relação “droga-crime” remetem, grosso modo, aos *modelos causais* e aos *modelos de causas comuns*. Os proponentes dos causais se subdividem entre os que afirmam ser o uso de substâncias psicoativas preditor de comportamentos antissociais e delitivos, e os que alegam ter esta relação o sentido contrário. Já os proponentes dos modelos de causas comuns se subdividem

entre aqueles que dizem que o mesmo conjunto de fatores de risco causam tanto as condutas delituosas quanto o uso de substâncias, e os que apontam que traços latentes de personalidade, nomeadamente o “baixo autocontrole”, subjazem a causa de todos os comportamentos antissociais.

No espectro dos modelos causais, destaca-se primeiramente o Modelo Tripartite, proposto por Paul J. Goldstein. Conforme apontam pesquisadores (Ford, 2005a; Menard & Mihalic, 2001; Wagner, 1996), esse modelo propõe ser o consumo de drogas um fator precedente e causal do comportamento de cometimento de delitos/infrações. Pelo Modelo de Goldstein (1985), defende-se uma lógica de causalidade essencialmente linear entre droga-crime (Brunelle, 2000), embora se argumente que a ação da droga, enquanto determinante da delinquência, possa se dar por meio de três diferentes mecanismos: o psicofarmacológico, o econômico-compulsivo e o sistêmico. Nessa perspectiva, a principal via pela qual o consumo de substância causaria a atividade delituosa remeteria a mecanismos psicofarmacológicos, que se referem ao papel da intoxicação na manifestação dos comportamentos agressivos. Explica-se que o consumo agudo ou crônico de substâncias psicoativas pode suscitar agressões e violência, ou seja, os fatores psicológicos e farmacológicos combinados podem fazer com que o indivíduo aja fora do normal. Nesta explicação, a intoxicação constitui-se em fator determinante da perpetração de delitos, os quais raramente aconteceriam se as substâncias não tivessem sido consumidas. Salienta que as substâncias mais relevantes neste âmbito seriam, provavelmente, o álcool, os estimulantes e os barbitúricos, enquanto as menos relevantes seriam os opiáceos e a maconha. Todavia, a irritabilidade causada pela retirada destas poderia levar a comportamentos violentos, também.

Goldstein (1985) alerta que o uso de drogas pode ter efeito psicofarmacológico reverso e “amenizar” tendências à violência. Em alguns casos, as pessoas com perfil para agir violentamente podem lançar mão das drogas como um recurso de automedicação, com intuito de controlar seus impulsos.

Outro mecanismo por meio do qual o consumo de drogas causaria a atividade delituosa seria o econômico-compulsivo. Este se refere ao fato de a dependência de uma substância dispendiosa impelir seus consumidores a cometerem delitos visando à obtenção de dinheiro necessário para financiamento de sua dependência (Goldstein, 1985). Diferentemente do mecanismo psicofarmacológico, que atribui a criminalidade a um impulso, resultado da intoxicação, o que produz, neste caso, o comportamento delitivo é a dependência elevada de uma droga que precisa ser consumida a qualquer preço.

Já o mecanismo denominado sistêmico refere-se ao sistema no qual ocorre o manuseio, a distribuição e o consumo de drogas que, por necessidade de organização, a considerar seu caráter ilícito, torna-se altamente violento. A violência seria resultado de ações de traficantes em disputa por territórios, pela manutenção das relações de “hierarquia do tráfico”, por retaliação, na eliminação de informantes, punição pela venda de droga adulterada e falhas nos pagamentos. Além disso, os ambientes em que prevalece uma subcultura criminal, nos quais circulam drogas ilícitas, podem promover uma menor sensibilidade à violência ou maior tolerância a comportamentos violentos (Murray et al., 2008).

Mesmo que o foco deste autor tenha sido, especificamente, os crimes violentos, o quadro teórico é facilmente generalizável a outros tipos de delitos/infrações (Goldstein, 1985; Hendrickson & Gerstein, 2005).

Têm-se, também, estudos ancorados em *modelos causais* que afirmam ser o uso pesado de álcool e outras drogas uma consequência natural de um estilo de vida criminoso e violento. A partir desta perspectiva, concebe-se que adolescentes infratores são naturalmente atraídos e tornam-se vulneráveis ao uso de substâncias, porque tal comportamento “encarna” uma imagem pouco convencional, uma imagem criminal, encaixável à sua própria visão do mundo. Este modelo assume serem os indivíduos agressivos mais propensos que os não-agressivos a “selecionar” ou serem “atraídos” para situações sociais em que o uso de drogas é normal ou incentivado. Salienta-se que o comportamento divergente/delituoso geralmente associa-se à filiação a um grupo de pares e acontece em um contexto social que aumenta a propensão ao uso de substâncias (Becker et al., 2012; Wagner, 1996).

No escopo das proposições referentes a *modelos de causas comuns*, tem-se como exemplo os estudos que sugerem ser as duas variáveis comportamentais elementos reacionados a uma orientação geral do desvio. Dito de outra forma, o uso de drogas e a delinquência não são causalmente associados, mas sim partilham causas comuns (Ford, 2005b). Uma das principais razões para a proposição desta hipótese seria o fato de uma grande quantidade de trabalhos indicar que os comportamentos de risco tendem a se agrupar.

Por exemplo, os adolescentes que começam a usar o álcool de modo mais frequente durante os anos da adolescência, também são mais propensos a relatar outros comportamentos antissociais, como brigas, roubos ou vandalismo, práticas sexuais de risco, o absentismo escolar, o baixo empenho escolar, resultando em baixo desempenho, comportamentos delituosos, agressividade e direção imprudente (Childs, Dembo, Belenko, Sullivan & Cochran, 2011; Le Blanc & Bouthillier, 2003; Loeber & Ahonen, 2013; Menard & Mihalic, 2001). Em suma, os proponentes dos modelos de causas comuns argumentam que o uso de

substâncias psicoativas e os comportamentos delituosos só aparecem causalmente relacionados porque ambos os comportamentos são resultado de uma terceira causa, psicológica ou social, subjacente (Wagner, 1996).

Efetivamente, numerosos estudos indicam que alguns fatores de risco parecem prever ambos os comportamentos problemáticos. Entre tais elementos destacam-se: pobres relações familiares, baixo nível socioeconômico, vulnerabilidade da família para comportamentos problemáticos, consumo problemático de drogas por parte dos pais, pobre desempenho escolar, problemas de comportamento antecedentes, disposição geral à não-conformidade e altas taxas de desemprego (Carvalho & Seibel, 2009; Felson, Savolainen, Aaltonen & Moustgaard, 2008; Green, Doherty, Stuart & Ensminger, 2010; Kirschbaum, Grigoleit, Hess, Madea & Musshoff, 2013; Pedersen & Skardhamar, 2010; Silva et al., 2009).

Um exemplo, nesse espectro é o da Teoria Geral do Desvio (Jessor, et al., 1991). Este modelo é sistêmico e psicossocial e derivou, inicialmente, dos conceitos básicos de “valor e expectativa”, presentes nas proposições da Aprendizagem Social e no de “anomia”. Sua premissa fundamental é a de que todo comportamento é resultado da interação do indivíduo com seu ambiente. Comportamento-problema aqui é entendido como fonte de preocupação para outras pessoas ou indesejável, em relação às normas sociais e/ou leis da sociedade convencional e suas instituições de autoridade. Este normalmente provoca algum tipo de resposta de controle social, às vezes mínima, como uma declaração de desaprovação, às vezes extrema, como o encarceramento.

O quadro teórico inclui três principais sistemas de variáveis explicativas: o sistema “percepção do ambiente”, o sistema “personalidade” e o “comportamento”. Cada um é composto por variáveis de “instigação” – que suscitam o engajamento em problemas comportamentais – ou variáveis de “controle” – que previnem o envolvimento em comportamentos problemas. Estas definições são análogas aos conceitos de fatores de risco e de proteção. O equilíbrio entre “instigações” e “controles” determina dentro de cada sistema o grau de propensão ao comportamento-problema, cujo nível global de propensão nos três sistemas, reflete o que Jessor e colegas chamaram de “grau de convencionalidade - não convencionalidade psicossocial” de cada adolescente (Jessor, et al., 1991).

Dentro desta perspectiva, a relação entre comportamento de uso de substância e delitivo pode ser concebida como resultado de uma propensão geral aos comportamentos antissociais, entendendo tal propensão como traço único e contínuo. Desta forma, os dois comportamentos são fruto de uma explicação análoga, mesmo que haja uma provável heterogeneidade destes, a depender do momento de vida do indivíduo. Dentro disso, a relação

“droga-crime” alterar-se-ia em função apenas da intensidade de cada um destes comportamentos no tempo.

Ainda no espectro das proposições teóricas relativas à existência de uma causa única para as duas problemáticas em questão, um dos referenciais mais populares parece ser o do Autocontrole, formulado por Gottfredson e Hirshi, em 1990. A Teoria do Autocontrole defende a ideia de que todos os infratores se diferenciam dos não infratores em características e atributos relacionados à personalidade, ainda que esta seja desenvolvida a partir da relação com as dimensões sociais (família, escola, pares e sociedade). Em última análise, os autores afirmam que a principal característica, fonte desta diferenciação, é o “autocontrole”, o qual cria condições psicológicas para o indivíduo conseguir evitar os comportamentos antissociais, quaisquer que sejam as circunstâncias nas quais se encontre. A principal noção subjacente a tal proposição é a de que as pessoas diferem em relação às suas vulnerabilidades para ceder às “tentações” momentâneas (contingências), dependendo do grau de autocontrole que possuem. Autocontrole remete, então, às características individuais que explicam a propensão para se engajar em diferentes atos antissociais (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Tais autores colocam que existem duas fontes de evidências a apoiar a concepção de que um traço latente, no caso, o baixo autocontrole, causa/determina comportamentos antissociais. A primeira é a significativa associação estatística entre diversas modalidades de comportamentos – infracionais, desviantes e imprudentes. Considerando que os atos são comportamentos heterogêneos, que ocorrem em uma variedade de situações e requerem diferentes conjuntos de condições, pode-se, então, supor que o comum entre eles repousa em características da pessoa que os comete (Hirshi & Gottfredson, 1994).

A segunda fonte de evidência refere-se à estabilidade dos comportamentos delituosos/infracionais, desviantes e imprudentes no repertório dos indivíduos, ao longo do tempo. De acordo com os autores, os indivíduos que cometem um ato em determinado ponto do tempo, provavelmente cometerão os mesmos mais tarde, em diferentes momentos. Esta estabilidade é atribuível a uma característica pessoal persistente (traço de personalidade), podendo-se pensar que a diferença entre a quantidade de atos cometidos em um ponto do tempo e em outro decorre da diferença no grau com que tal característica se faz presente para determinada pessoa (Hirshi & Gottfredson, 1994).

Em síntese, nesta perspectiva teórica, pessoas com baixo autocontrole tenderiam a ser impulsivas, imediatistas, insensíveis, voltadas à ação (em detrimento da reflexão), pouco verbais e ativas na busca de atividades de risco. Considerando serem estes traços identificados

em idades precoces, com tendência a persistir ao longo do curso da vida, os autores acreditam ser este um importante constructo na explicação do crime e de comportamentos análogos.

Um terceiro modelo tem, contudo, se imposto, mais recentemente, tomando por base os dados decorrentes de estudos que adotam uma *perspectiva desenvolvimental*. Este se afirma como alternativa aos modelos explicativos causais e aos de causas comuns. Apesar de não contrariar a proposição de que as explicações para a maioria dos comportamentos antissociais podem compartilhar os mesmos fatores de risco (modelo de causas comuns), esta perspectiva faz a crítica à concepção sobre a estabilidade destes fatores no tempo (aspecto não questionado em teorias tradicionais). Os estudos nesta linha observam especificamente a heterogeneidade das relações entre condutas delituosas e o uso de substâncias psicoativas, conduzindo pesquisas com delineamento longitudinal. Assim, observam-se trajetórias de vida, o que possibilita afirmar que esta relação pode variar muito ao longo do tempo. Por exemplo, na adolescência o uso de álcool é ilegal e tal comportamento pode refletir a vontade de transgredir a lei. Já na idade adulta, o consumo de álcool é perfeitamente legal; portanto, o seu consumo não, necessariamente, reflete uma necessidade de “quebrar as leis”, nesta etapa. Álcool na adolescência e uso de maconha (e até mesmo o uso de drogas mais pesadas) pode refletir nada mais do que experimentação ou irresponsabilidade, enquanto o uso adulto das mesmas pode refletir uma rejeição mais “endurecida” das normas legais e sociais (Menard & Mihalic, 2001).

Na perspectiva Desenvolvimental, a tese principal é a de que a “*ligação droga-crime compreende-se e explica-se quando estes comportamentos associados são inseridos na história de vida dos indivíduos que os manifestam, caracterizada por um estilo de vida divergente*” (Brochu, 1995). A partir dos estudos das trajetórias de consumidores de drogas, alguns pesquisadores (Brochu, 1995; Brunelle, 2000; Agra, 1998) argumentam em favor de descrever transformações que podem ocorrer na relação entre uso de drogas e cometimento de infrações/crimes, ao longo do tempo, para um mesmo indivíduo.

A relação droga-crime é geralmente concebida como parte de um síndrome geral dos comportamentos antissociais, em que uma grande gama destes co-ocorrem e se correlacionam através de constructos latentes, indicando serem eles um fenômeno análogo. Porém, aqui, entende-se este fenômeno como desenvolvimental, pois, embora fortemente correlacionados, haveria uma sequência diferenciada de iniciação destes comportamentos, ou seja, cada forma de comportamento em particular pode se iniciar em diferentes pontos do desenvolvimento do indivíduo, induzindo diferentes cronologias de persistência, agravamento e **desitência** (Le Blanc & Bouthillier, 2003).

Desta forma, os proponentes desta perspectiva teórica argumentam que mesmo havendo razões para acreditar que os comportamentos delituosos e de uso de substâncias sejam resultado de causas comuns, estes também apresentaram especificidades caracterizadas por diferentes trajetórias desenvolvimentais, podendo ser esta relação mutável no curso da vida. Em outras palavras, os adolescentes podem exibir, em momentos particulares do desenvolvimento, específicas formas de comportamentos antissociais, tais como: somente comportamentos delituosos ou somente uso de substâncias; moderado volume de atos infracionais e alta frequência do uso de substâncias ou ainda baixa frequência de uso de substâncias e importante volume de atos delituosos, e assim por diante.

Nessa direção, algumas proposições específicas destacam-se na literatura. Brochu (1995), com o objetivo de encontrar um modelo explicativo que fizesse referência à complexa relação entre consumo de drogas e delinquência/criminalidade, integrou diferentes contribuições de estudos já implementados e elaborou o Modelo Integrativo. Este busca abarcar as transformações dinâmicas desta relação, as quais dependem das características das pessoas, em diferentes momentos (ou estágios) de vida, sendo que o estilo de vida divergente constitui a concepção central deste Modelo.

O autor descreve três estágios de progressão em que as relações aparecem, nomeadamente: *os estágios de ocorrência, de reforço mútuo* e o *econômico-compulsivo*. O *Estágio de Ocorrência* é caracterizado por um consumo irregular e geralmente de pequena quantidade. Tal consumo de drogas acontece em função do contato com outros usuários; o dinheiro é disponível e proveniente de um trabalho ou de proventos oriundos de diversas ocasiões ilegais. Pessoas com um estilo de vida fortemente divergente adquiririam dinheiro, preponderantemente, por meio de atividades ilegais. Neste estágio é possível que o comportamento seja coerente a um *Modelo Causal Inverso*, pelo qual se propõe que as atividades ilegais (delinquência/criminalidade) favorecem o uso de drogas entre as pessoas envolvidas: a delinquência fornece dinheiro; amigos fornecem contatos e apoio social para o consumo.

No segundo *Estágio, o de Reforço Mútuo*, o consumo é regular e a prática de atividades ilegais se acentua, envolvendo geralmente a participação no tráfico de drogas, e provavelmente tal indivíduo, talvez, nunca cometesse delitos se não estivesse consumindo produtos onerosos. Tais delitos parecem quase inevitáveis, especialmente para alguém que oriundo de uma classe socioeconômica desfavorecida. Este estágio apresenta uma ligação bidirecional entre a busca do dinheiro e o consumo regular: a droga é, simultaneamente, a causa e a consequência da delinquência. Não é uma questão de ligação causal, mas um

processo circular entre consumo de drogas e prática de delitos. O processo de reforço mútuo produz o efeito de prolongar as trajetórias de consumo e de prática de infrações.

Por fim, para a pessoa que experiencia o problema de dependência, a obtenção da droga exige todo dinheiro disponível. Aqui a delinquência está a serviço do consumo: este é o *Estágio Econômico-Compulsivo*. Neste momento, a atividade delituosa pode diversificar-se e apresentar um grau de maior gravidade, dependendo do estilo de vida que o consumidor tinha antes de se tornar dependente. Em suma, o nível de envolvimento com condutas divergentes, antes do início da dependência, é um preditor importante da implicação do usuário de drogas dependente em atividades ilícitas (delinquência).

Assim, um consumo isolado de drogas não apresenta efeitos em longo prazo; é a repetição do comportamento que leva o consumidor a apresentar uma problemática que descreve uma trajetória no tempo. Ademais, é importante observar que os estágios de progressão propostos por Brochu, de acordo com as proposições do autor, alterar-se-iam de tempos em tempos, a partir de modificações em trajetórias pessoais.

Adotando uma abordagem de caráter desenvolvimental, Agra (1998), em seu turno, promoveu, em 1992, um programa de investigação empírica sobre a relação existente entre droga e crime, em Portugal, intitulado “*Droga-Crime: Estudos Interdisciplinares*”. Os estudos foram divididos tendo em vista os seguintes objetos: as dimensões individuais, os contextos ecossociais, as trajetórias divergentes, a criminalização do fenômeno “droga” e os comportamentos droga-crime. Com isso, o autor identificou três padrões de funcionamento divergentes: o estilo toxicomaniaco, o estilo delinquente e, a partir dos estudos da população carcerária, o estilo droga-crime. Neste último, o autor propôs, ainda, uma tipificação baseada em três categorias: o *delinquente-toxicodependente*, o *especialista droga-crime* e o *toxicodependente-delinquente*.

Os dados obtidos pelo autor indicaram ser o padrão *delinquente-toxicodependente* o relativo ao grupo majoritário, concentrando mais da metade da população estudada no meio prisional. Os indivíduos desse grupo teriam em comum a característica de terem se iniciado na atividade delituosa, de natureza aquisitiva, antes de fazer uso de drogas, continuando este percurso após iniciar o consumo. Tal atividade delitiva que “emerge por volta dos 11 anos, é um contínuo que vai desde o absenteísmo escolar até os comportamentos infracionais (pequenos furtos)” (Agra, 1998). O primeiro contato com as drogas, geralmente as leves, ocorreria antes dos 16 anos, e relacionar-se-ia mais propriamente à integração na “cultura divergente”. Ou seja, o consumo seria mais um elemento do sistema de vida divergente, integrando o rol de atividades gerais do grupo de pares infratores. Em suma, estes indivíduos

afirmam-se na prática de delitos, e as atividades delituosas compõem um modo habitual de vida, surgido antes do uso ocasional de drogas. Estes tendem a especializar-se na delinquência aquisitiva e praticam ocasionalmente e secundariamente delitos associados ao mercado ilícito de drogas (Agra, 1998).

Quanto ao padrão denominado *especialista droga-crime*, os indivíduos assim descritos teriam iniciado o uso de drogas antes dos 17 anos, devido ao contato mais ou menos frequente com a “cultura divergente” ou com consumidores regulares de droga. No que diz respeito à prática de delitos, esta apareceria entre os 17 e 18 anos, geralmente ligada a furtos e roubos, mas, principalmente, ao próprio tráfico de drogas. Em resumo, pode-se dizer que este tipo especializar-se-ia no tráfico de drogas antes de atingir um estado de dependência ou de consumo moderado de drogas (Agra, 1998).

Por fim, o padrão *toxicodependente-delinquente* refere-se a um grupo de indivíduos que inicia o uso de drogas, geralmente leves, entre os 14 e os 16 anos. Os delitos aparecem mais tarde e estão ligados à manutenção do consumo. É neste grupo que mais se faz sentir o controle social, inicialmente por meio das clínicas de tratamento e, posteriormente, por intervenção judicial. Em suma, os sujeitos neste rol não seriam especialistas em comportamento delituoso/criminal; a prática de delitos é a forma de encontrar meios para atingir o único fim que buscam, ou seja, a aquisição da droga para o consumo próprio (Agra, 1998).

2.2 Investigações empíricas atuais: revisão da literatura

Empreendeu-se um levantamento da produção científica voltada, especificamente, à investigação da relação entre os comportamentos de uso de substâncias e os de violação da lei, na adolescência, com vistas à necessidade de apoiar-se no conhecimento produzido e consolidado nesse campo. Para tanto, utilizaram-se as palavras-chave “*crime** and “*drug**” and “*adolescen**”; nas bases de dados “Pubmed”, “Web of Science” e “PsychInfo”, estipulando-se como limite para a pesquisa, o período compreendido entre o ano de 2008 até o final do primeiro semestre de 2015.

Dessa forma, chegou-se a um total de 1.045 publicações, tendo-se procedido à leitura de todos os resumos a elas associados. Optou-se, entretanto, por excluir 826 por se tratarem de teses, dissertações, livros e capítulos de livros, ou por serem artigos relativos a estudos que

não tinham por objeto a relação entre comportamentos infracionais e uso de substâncias. Estes, em sua maioria, observavam somente uma ou outra das variáveis, citavam o uso de substâncias e outros comportamentos antissociais como parte de testes empíricos de teorias, relatavam investigações sobre modelos de intervenção ou sobre validação de instrumentos, consistiam em estudos de vertente biológica - neuropsicológicos, toxicológicos pós-morte, por exemplo -, ou consistiam em estudos voltados à discussão de políticas públicas na área.

Assim, trabalhou-se, por fim, com um total de 49 publicações, todas relativas a artigos referentes a estudos de algum modo preocupados em elucidar a relação entre os comportamentos em foco. Todos foram acessíveis na íntegra, podendo-se, assim, proceder à leitura completa de seu conteúdo, análise e síntese. Na sequência, optou-se por uma forma de distinção dos estudos, com base nas análises estatísticas utilizadas, assim como sugere Bergman e seus colegas (1997). Estes estudiosos indicam haver duas abordagens distintas quando se observam as relações entre os diversos comportamentos antissociais: as centradas nas variáveis (tais quais as observadas em estudos baseados em análises correlacionais) e as centradas nas pessoas (como as verificadas em estudos baseados em formação de agrupamentos ou *clusters*). Em seguida, os trabalhos foram analisados e agrupados tendo por critério as semelhanças de suas proposições.

Pode-se, de antemão, afirmar que as pesquisas na área diferem, também, em termos de substâncias psicoativas focalizadas na investigação; alguns estudos focalizam exclusivamente o álcool, por exemplo, ao passo que outros focam diferentes substâncias ao mesmo tempo. As pesquisas também são diferentes no tocante à metodologia empregada: algumas privilegiam uma abordagem de corte transversal, outras remetem a investigações longitudinais. Diferem-se, também, quanto aos participantes das pesquisas, podendo ser estes adolescentes estudantes, moradores de rua ou jovens judicializados. Em poucos casos, encontram-se definições claras do que venha a ser o uso de substâncias, comportamentos violentos, antissociais, disruptivos e delitivos para os pesquisadores. Em outras palavras, não se observam definições sobre qual padrão de uso de substâncias, por exemplo, é focalizado na investigação, e entende-se que estes apresentam importante variação de acordo com a gravidade de problemas relacionados. O mesmo ocorre com relação aos comportamentos antissociais, observando-se pouca preocupação dos pesquisadores em estabelecer os comportamentos efetivamente compreendidos na pesquisa, podendo a expressão, em alguns casos, abarcar uma ampla gama de comportamentos, incluindo os delitivos, tipificados juridicamente. Tais delineamentos concorrem para a produção de um amplo leque de

informações, baseados em resultados e em discussões heterogêneas, sendo as comparações dos estudos difíceis, o que amplia os limites às pretensas generalizações dos resultados.

2.2.1 Estudos centrados em variáveis

Um número importante de pesquisas se concentra na relação específica entre o *uso de álcool* e *violência*. Estas, de forma geral, demonstram uma relação positiva entre estas duas variáveis (Dietze et al., 2013; Gatti, Soellner, Braker, Verde, & Rocca, 2015; Murray et al., 2008).

Nesta esteira, estudos observam serem determinados padrões de consumo de álcool importantes preditores da violência, ainda mais ao se tratar de adolescentes, os mais propensos a ingerir uma quantidade maior de doses em uma única ocasião. O tipo de intoxicação relacionado à ingestão de altas doses é agudo, na maioria das vezes, fato descrito na literatura como *binge drink* (Bye & Rossow, 2010; Lightowlers, 2011). Por ser a intoxicação um fator relevante à emissão de comportamentos violentos, parece mesmo se relacionar mais a delitos impulsivos, e menos a delitos que exigem planejamento/premeditação (Boden, Fergusson, & Horwood, 2013; Felson, et al., 2008).

Os estudos nesta área também discutem que variações contextuais e intrapessoais são importantes para o cometimento dos atos em si, não se podendo atribuir somente à intoxicação os comportamentos antissociais. No que concerne às características do contexto, destacam-se os níveis de criminalidade no bairro ou a violência entre pares; no plano pessoal, as atitudes favoráveis à violência ou a impulsividade seriam fatores mediadores entre os efeitos do álcool e os comportamentos antissociais. Nessa direção, alguns pesquisadores mostram que os usuários crônicos de álcool, os ditos “bebedores pesados”, ainda que livres dos efeitos de uma intoxicação aguda, também apresentam um risco aumentado ao envolvimento em agressão, seja por conta do humor prejudicado por anos de bebida, seja por causa dos contextos sociais em que geralmente encontram-se, para a ingestão da bebida, nos quais prepondera a aceitação cultural da violência (Green et al., 2011). Ademais, para alguns, o uso de álcool funcionaria como uma “desculpa” para a emissão de comportamentos delitivos, segundo a proposição de alguns pesquisadores (Popovici, Homer, Fang & French, 2012; White, Fite, Pardini, Mun & Loeber, 2013).

Alguns estudos, por sua vez, voltaram-se à pesquisa dos *diferentes efeitos fisiológicos e comportamentais ocasionados pelo consumo de diferentes substâncias psicoativas, buscando verificar como esses se associam a diferentes comportamentos antissociais* (Goldstick et al., 2015; Hoeve, McReynolds, Wasserman & McMillan, 2013; Seffrin & Domahidi, 2014; Temple & Freeman, 2011). Há quem indique estar o consumo de crack (cocaína fumada) mais associado ao roubo, à ameaça de morte, às discussões verbais e ao tráfico, enquanto o de álcool associa-se de maneira mais significativa a desfechos violentos (Carvalho & Seibel, 2009).

Adolescentes que apresentam o comportamento de *binge drink* frequente seriam mais propensos à formação de gangues, enquanto usuários de opiáceos se envolveriam mais em ações com vistas à obtenção da droga, como os crimes contra o patrimônio, visando à obtenção de dinheiro; já os usuários de estimulantes, nomeadamente o extêse, entre outros sintéticos, apresentariam comportamento pouco agressivo (Swahn, Bossarte, West, & Topalli, 2010). O uso de maconha, em seu turno, estaria mais relacionado aos crimes relacionados à droga, como posse, porte e tráfico. No entanto, de acordo com alguns pesquisadores, não se encontra qualquer evidência de associação entre o consumo dessa substância e o cometimento de crimes em geral (De Looze, Janssen, Elgar, Craig, & Pickett, 2015; Hunter, Miles, Pedersen, Ewing & D'Amico, 2014; Maniglio & Innamorati, 2014; Pedersen & Skardhamar, 2010).

Outros estudos, além de demonstrar a correlação positiva entre uso de drogas e comportamentos delituosos, buscam elucidar a direção desta relação, enfatizando que *a apresentação contínua, na infância, de problemas de comportamento externalizantes, bem como a manifestação precoce de comportamentos antissociais, são preditores significativos de consumo problemático de álcool e outras drogas* (Patock-Peckham & Morgan-Lopez, 2010). Becker e colegas (2012), por meio de seus estudos de metanálise de investigações longitudinais junto a estudantes do Ensino Médio, indicam ser o comportamento antissocial um preditor de uso de maconha. Os autores destacam um estudo realizado com 429 jovens no qual se demonstrou que o aumento dos comportamentos antissociais aos 11 anos previu o aumento do consumo de álcool aos 16 anos, para meninos e meninas.

Há, porém, na literatura, apontamentos na direção oposta, indicando ser *o uso de drogas preditor do comportamento delituoso*. Ou seja, sugerem que o consumo precoce de drogas prediz uma variedade de problemas de comportamentos posteriores, incluindo atos delituosos relacionados às drogas e à delinquência em geral. Além disso, os estudos indicam que quanto mais precoce a idade de início, não somente a do uso de drogas, mas também a de outros comportamentos antissociais, maior é a força de predição de tais comportamentos com

relação ao cometimento de infrações graves (Gordon, Kinlock & Battjes, 2004; Slade et al., 2008; Torok, Darke & Kaye, 2012). Outros pesquisadores sugerem que os crimes violentos, tais como assalto e roubo, aumentam no período da toxicodependência, e indicam a facilitação do comportamento criminal pelo de uso de substâncias (Brunelle et al., 2013; Torok, et al., 2012).

No entanto, a maioria dos estudos citados acima, que se preocuparam em verificar se o uso de drogas pode levar a comportamentos delituosos, evidenciaram a inexistência de uma relação causal entre estas variáveis. Alguns estudiosos chamam, contudo, a atenção para o fato de o uso precoce de drogas duplicar as chances de um indivíduo ter, também, problemas com drogas na idade adulta, bem como a de sofrer condenações penais (Gordon, et al., 2004; Odgers et al., 2008).

Ao tratar especificamente de adolescentes infratores, os estudos indicam que os usuários de drogas no momento da apreensão apresentam maiores índices de reincidência (Colins et al., 2011; Fernandez, 2012; Hakansson & Berglund, 2012; Malouf, Stuewig & Tangney, 2012; Walters, 2014).

Outro tema densamente discutido na literatura é o da relação entre *consumo de álcool e outras drogas e violência entre parceiros íntimos*. Os estudos que abordam tal relação demonstram, de forma geral, serem os agressores mais propensos que os não agressores ao consumo de álcool. Ainda, indicam ser a agressão entre homem-mulher muito mais provável de acontecer nos dias em que os parceiros estão bebendo (Hove et al., 2010). Os pesquisadores estimam que entre 50% e 74% das agressões sexuais são cometidos por homens que fizeram uso de álcool pouco antes (Chermack et al., 2008; Swartout & White, 2010; Young, King, Abbey, & Boyd, 2009).

Há também que se destacarem as investigações em torno das possíveis relações entre *transtornos mentais, consumo de drogas e crime*, ou seja, os estudos que examinam a ligação entre transtornos psiquiátricos em geral e comportamentos antissociais em adolescentes infratores. Nestes, o abuso e a dependência de drogas lícitas e ilícitas aparecem prevalentes, com taxas superiores aos outros transtornos, como déficit de atenção e hiperatividade e transtornos de humor (Plattner et al., 2012; Teplin et al., 2012).

2.2.2 Estudos centrados nas pessoas (agrupamentos por características)

Nesse campo, algumas pesquisas se valem de outra abordagem metodológica, enfatizando a importância de observar a heterogeneidade de relações entre variados comportamentos antissociais nos adolescentes. Em outras palavras, tais investigações afirmam a importância de centrar a atenção nas pessoas, no conjunto de suas características, ***utilizando técnicas estatísticas para o agrupamento de indivíduos, considerando semelhanças e dessemelhanças em termos de padrões de comportamentos.***

Neste contexto, destaca-se, inicialmente, o trabalho de Childs e Sullivan (2013). Estes autores utilizaram questões sobre uso de drogas e delinquência junto a uma amostra de 1.124 adolescentes de bairros do subúrbio de Chicago, Estados Unidos, e identificaram quatro grupos denominados como: (1) grupo de menor risco, (2) experimentadores, (3) usuários de drogas e infratores e (4) de alto risco, com comportamentos diversos. O grupo de menor risco (1) foi composto por adolescentes que apresentavam os menores índices de cometimento de todos os delitos e de uso de qualquer tipo de substância, bem como outros comportamentos de risco. Os “experimentadores” (2) apresentaram níveis médios de uso de maconha e de álcool, comparáveis aos de “alto risco”, e níveis muito baixos de uso de outras drogas (cocaína, por exemplo). No entanto, apresentavam altos níveis de atividades sexuais, se comparados aos grupos “menor risco” e “usuários de drogas e infratores”. O grupo “usuários de drogas e infratores” (3) relataram níveis relativamente altos de uso de substâncias e também níveis significativamente mais altos de violência e crimes contra propriedade. O grupo “alto risco, com comportamentos diversos” (4) se diferenciou no tocante às taxas de uso das substâncias, de delinquência e de parceiros sexuais, sendo estas as mais elevadas.

Montgomery et al. (2013) conduziram um estudo com 723 adolescentes infratores, recrutados em 27 centros de reabilitação no Estado americano do Missouri, utilizando instrumentos que avaliavam o consumo de drogas e fatores associados. Identificaram dois grandes grupos. O primeiro, denominado (1) “baixo consumo de substâncias”, formado por adolescentes mais jovens, afro-americanos, advindos de famílias que recebiam mais assistência pública, com baixos índices de impulsividade e, relativamente, mais baixo consumo de drogas. Já o (2) segundo grupo, denominado “alto consumo de substâncias”, formado por adolescentes mais velhos (com em média 17 anos), caucasianos, advindos preponderantemente de famílias que dependiam menos da assistência pública,

caracterizaram-se por apresentar mais alto consumo de drogas e, além disso, mais traços de psicopatia.

Dembo et al. (2012) realizaram estudo, junto a uma amostra de 100 jovens, para compreender a associação entre transtornos mentais e consumo de substâncias psicoativas em adolescentes envolvidos com o Sistema de Justiça e participantes de programas de reabilitação, no contexto americano. Duas classes foram identificadas e se diferenciaram em aspectos relativos aos fatores de risco: (1) adolescentes de alto risco e (2) adolescentes de menor risco. Os de alto risco relataram maior número de atos infracionais cometidos, sintomas de déficit de atenção, maior exposição a eventos traumáticos, porém, poucos problemas relativos ao uso de drogas. O de menor risco apresentou menor número de cometimentos de atos infracionais, e também baixa frequência de uso de drogas, porém maiores índices relativos a sintomas depressivos e outros transtornos de humor.

Hasking et al. (2011) observaram tipologias do comportamento antissocial, com base em 51 itens de autorrelato. A amostra por eles estudada foi composta por 548 jovens com idades entre 12 e 17 anos, recrutados em escolas, em Gold Coast, Austrália. Três diferentes grupos foram identificados e denominados da seguinte forma: (1) “quebradores de regras”, (2) “delinquência menor” e (3) “delinquência maior”. Os “quebradores de regras” apresentavam em comum o uso de álcool e outros problemas comportamentais. O grupo “delinquência menor”, formado por jovens que apresentavam formas mais variadas de atividades antissociais, quando comparados aos adolescentes do primeiro agrupamento, além de maior número de episódios de intoxicação por uso de álcool e maior frequência no uso de tabaco. Apesar deste padrão diversificado de atividades antissociais, os adolescentes nesse grupo não se envolviam em crimes considerados graves pelos autores (danos à propriedade, incêndio, roubo, furto e crimes relacionados a drogas), passíveis de sanção judicial. O terceiro grupo, em seu turno, denominado “delinquência maior”, composto por jovens que participavam de uma ampla gama de comportamentos antissociais, com delitos graves, e uso mais frequente de álcool. Neste grupo, destacou-se, ainda, a referência a atividades sexuais promíscuas em grande frequência.

Sullivan, Childs e O'Connell (2010), ao utilizar dados de 2.549 adolescentes, coletados em 38 escolas públicas americanas, por meio de questionários com questões relativas a diversos comportamentos antissociais, incluindo venda e uso de substâncias ilícitas, bem como sobre sintomas de transtornos psiquiátricos, identificaram quatro agrupamentos distintos: (1) “adolescentes de alto risco, sexualmente não ativos”, (2) “adolescentes de alto risco”, (3) “adolescentes abastêmios” e (4) “adolescentes experimentadores”. O primeiro grupo

reuniu adolescentes com alta probabilidade, relativamente aos outros, de envolvimento em comportamentos antissociais diversos, como beber e dirigir, portar arma e oferecer ou vender drogas. Por outro lado, o risco de comportamentos sexuais promíscuos se verificou como extremamente baixo. Eles se distinguiram no tocante à frequência de uso de substâncias diversas que, para eles, seria significativamente menor, se comparados ao do grupo de “alto risco”, composto por jovens com risco muito elevado, em termos de probabilidade, de emissão de todos os comportamentos antissociais. O grupo dos “abstêmios”, em seu turno composto por aqueles com menor probabilidade de comportamento de risco, em relação aos pares alocados nos outros grupos. Já o grupo dos “experimentadores” envolveu os adolescentes apresentando probabilidade considerável de relatar uso de maconha, álcool e tabaco, no mês anterior, e probabilidade de andar em um carro com alguém tendo bebido, bem como de beber e dirigir. A probabilidade de envolver-se em brigas, entretanto, seria menor.

Hair, Park, Ling e Moore (2009), utilizando dados de uma amostra nacional americana, composta por 4.586 adolescentes, com idades entre 12 e 14 anos, coletados por meio de entrevistas, envolvendo questões relativas à saúde física, saúde mental, desempenho acadêmico, características dos pares e características familiares, identificaram agrupamentos também diferentes. Um grupo considerado de (1) “baixo risco”, composto por adolescentes sem qualquer comportamento infracional ou de uso de substâncias lícitas e ilícitas, nem mesmo tabagismo, e sexo inseguro. Outro grupo, de (2) “alto risco”, composto majoritariamente por jovens envolvidos em infrações, que faziam uso de substâncias, eram tabagistas, além de mostrarem-se propensos a fazer sexo sem proteção. Os outros dois grupos encontrados foram considerados de risco moderado. Um deles (3) caracterizou-se por reunir adolescentes apresentando um menor número de infrações, uso de substâncias ilícitas e lícitas – tabaco e álcool –, com maior percentagem deles envolvidos em sexo inseguro. O outro agrupamento (4) caracterizou-se por reunir jovens com pouco ou nenhuma prática de infrações, menor uso de substâncias, mas maior proporção de usuários de tabaco e prática de sexo inseguro.

Mun, Windle e Schainker (2008), em estudo longitudinal, junto a uma amostra de 1.126 adolescentes, residentes do subúrbio de Nova York, Estados Unidos, acompanhados desde o Ensino Médio até a idade adulta, no tocante a dados sobre atos infracionais, comportamentos sexuais, uso de substâncias, sintomas depressivos e temperamento, identificaram quatro agrupamentos distintos: (1) “multiproblemas de alto risco”, (2) “fumantes de alto risco”, (3) “grupo normativo” e (4) “grupo de baixo risco”. O

multiproblemas exibiu alto risco de comportamentos infracionais e sexuais, uso de múltiplas substâncias e sintomas depressivos, em média, aos 16 anos. O grupo dos tabagistas também apresentou importantes riscos, quando comparado ao de baixo risco. O “normativo” exibiu baixos níveis de comportamentos delituosos e comportamentos sexuais, sintomas depressivos e de uso de álcool, enquanto o de “baixo risco” exibiu baixíssimos níveis ou inexistência de comportamentos considerados problemáticos. De forma geral, estes dois últimos grupos, formados por adolescentes que não demonstraram problemas significativos na fase adulta, caracterizaram-se por apresentar os comportamentos avaliados de modo episódico, na adolescência.

3 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

Embora se disponha de uma produção científica interessante, atinente à relação entre conduta delituosa e uso de álcool e outras drogas, na adolescência, esta ainda merece investigações, pois está longe de estar esclarecida, dada à complexidade do tema, considerando o número e a natureza das variáveis implicadas.

Assim, visando contribuir para o entendimento desta complexidade, propôs-se o presente estudo. O objetivo geral foi caracterizar os comportamentos autorrevelados de uso de substâncias e delituosos, em uma amostra de adolescentes infratores custodiados, buscando verificar as associações existentes entre os comportamentos. Partiu-se do pressuposto de que haveria uma importante heterogeneidade intragrupo, no tocante aos padrões comportamentais e, por esta razão, empregar uma abordagem metodológica centrada nos indivíduos.

Assim, os objetivos específicos estabelecidos foram: (1) caracterizar a amostra total em relação aos comportamentos delituosos, tendo por base informações de autorrelato; (2) caracterizar a amostra total quanto ao uso de substâncias, estimando prevalências do uso na vida e no último mês, com relação a sete classes de substâncias; (3) identificar padrões de uso de substâncias na amostra total, em termos de idade de início do uso de substâncias, de diversidade de substâncias utilizadas simultaneamente (poliuso) e de frequência do uso no último mês; (4) identificar padrões do uso de substâncias na amostra total, tendo por base as consequências negativas atreladas, segundo avaliação padronizada; (5) identificar na amostra total os níveis de dificuldades associadas ao uso de substâncias psicoativas; (6) identificar subgrupos de adolescentes na amostra total, em termos de engajamento infracional, levando em conta, concomitantemente, as variáveis “idade do primeiro delito”, “diversidade de delitos praticados” e “volume de delitos praticados na vida”; (7) com base nos subgrupos identificados, estimar prevalências de uso na vida e de uso no último mês das sete classes de substâncias psicoativas; (8) identificar padrões de uso de substâncias em cada subgrupo, em termos de idade de início do uso de substâncias, de diversidade de substâncias utilizadas simultaneamente (poliuso) e de frequência de uso no último mês; (9) identificar padrões de uso de substâncias em cada subgrupo, tendo por base as consequências negativas atreladas, segundo avaliação padronizada; (10) comparar os subgrupos identificados em relação ao nível de dificuldades associadas ao uso de substâncias psicoativas.

A investigação apoia-se teoricamente na Perspectiva do Desenvolvimento, que reconhece a existência de diferentes trajetórias de comportamento antissocial, bem como das

relações entre comportamento delituoso e o de uso de substâncias, inseridos em trajetórias de vida. Por esta razão, os mesmos necessitam ser observados para além do dado relativo ao momento em que se colhe a informação. Em outras palavras, há outros aspectos que indicam mais adequadamente diferenças na graduação da severidade dos comportamentos manifestos na adolescência, como a idade de início, a frequência, a variedade e o agravamento dos mesmos, ao longo do tempo, sendo estes reconhecidos como importantes descritores desenvolvimentais.

Por exemplo, estudos indicam a idade de início dos comportamentos antissociais como preditivo da frequência, da variedade e da gravidade dos mesmos (Le Blanc & Bouthillier, 2003; Loeber, et al., 2009). Além disso, mesmo que diferentes comportamentos antissociais possam ser explicados a partir das mesmas causas ou compartilhem os mesmos fatores de risco, como sugerem as teorias generalistas (Hirshi & Gottfredson, 1994; Jessor, et al., 1991), Le Blanc e Bouthillier (2003) observam que “há uma sequência desenvolvimental entre um grande conjunto de comportamentos antissociais e diferentes formas de desenvolvimento destes, particularmente em termos de início” (p. 88).

Para ilustrar a Perspectiva Desenvolvimental dos comportamentos antissociais, Le Blanc e Bouthillier (2003) sugerem a metáfora de um rio. Eles propõem haver uma síndrome geral dos comportamentos antissociais, “o rio”, cujo curso pode ser composto por quatro grandes formas de comportamentos: os nomeados *manifestos*, entendidos como aqueles que apresentam alguma forma de violência interpessoal; os *encobertos*, entendidos como atos contra a propriedade; os de *conflito com autoridades*, envolvendo comportamentos desafiadores, opositivos e de esquiva à família e à escola; e, por último, os compreendidos na categoria *imprudentes*, composta por comportamentos de uso de substâncias, atividades sexuais promíscuas, direção arriscada de veículos automotores. Estas formas são representadas por “correntes fluviais”, que teriam origem no indivíduo e no seu meio ambiente. Tais correntes podem permanecer dormentes durante o curso da vida, como é o caso dos abstêmios. Porém, podem se manifestar em caminhos diversos e em diferentes idades. O momento de início de cada comportamento e o tipo deste se torna o ponto de partida para o aparecimento de uma nova corrente no rio.

Nesse sentido, o referencial teórico aqui adotado indica a existência de diferentes tipos de relação “droga-crime”, o que impõe a necessidade do desenvolvimento de uma avaliação diferencial. Operacionalmente, para se verificar estas diferentes formas da relação entre comportamentos delituosos e de uso de substâncias psicoativas faz-se necessário lançar mão de abordagens de análise dos dados *centrada nas pessoas*, pelo fato de estas considerarem as

variáveis como constitutivas de perfis individuais e não como significativas em si mesmas. Como colocado por Bergman (1997), neste tipo de abordagem “*as variáveis são interpretadas apenas como componentes do padrão em análise, interpretado em relação a todas as outras variáveis consideradas simultaneamente*” (p. 293). Conforme apontado pelo referencial adotado, tais padrões podem ocorrer em diferentes níveis, indicando diferentes perfis de participantes.

Um dos métodos de análise mais utilizados atualmente, inserido na abordagem de análise de dados centrada nas pessoas, é o denominado *Análises de Clusters* ou de Agrupamento. *Análise de Cluster* é um método exploratório e multivariado, que engloba uma grande variedade de técnicas utilizadas para indicar agrupamentos, em uma determinada amostra de pessoas ou objetos, baseado nas similaridades ou dissimilaridades em termos dos padrões de variáveis escolhidas a priori. Este foi o método empregado no presente estudo.

4 MÉTODO

4.1 Aspectos Éticos

O projeto da pesquisa aqui apresentado foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa constituído pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, tendo sido aprovado em 04 de outubro de 2013 (CAEE 19457313.4.0000.5407 - **Anexo 1**).

Para a coleta de dados, obteve-se autorização junto à Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA) (**Anexo 2**), para o recrutamento dos participantes, especificamente, no contexto da Unidade de Internação Inicial (UAI)¹.

Seguindo as instruções da Portaria Normativa 155/2008 da Fundação CASA, a qual estabelece procedimentos para a realização de pesquisa no âmbito da Instituição, o projeto foi enviado para apreciação de técnicos da *Escola de Formação* da Fundação, tendo sido aprovado. Para a formalização dessa autorização, e para estabelecer procedimentos a serem seguidos pelo pesquisador, houve uma reunião entre este e representantes da *Escola de Formação*, da Diretoria Regional da Fundação CASA, em Ribeirão Preto e da UAI, no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI)². Na ocasião, alguns esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa foram solicitados e, em seguida, em conjunto, procedeu-se ao estabelecimento de um cronograma com os dias e os horários previamente estipulados, para a frequência do pesquisador à Unidade, para o recrutamento dos participantes e a coleta de dados junto aos mesmos. Por fim, o pesquisador assinou um Termo de Responsabilidade proposto pela Fundação, quanto ao estipulado ali na reunião.

---

¹ No item “Contexto da investigação e procedimentos de coleta de dados”, a seguir, o local de recrutamento será descrito mais detalhadamente.

² No item “Contexto da investigação e procedimentos de coleta de dados”, a seguir, este local será descrito de forma mais detalhada.

4.2 Participantes

Participaram do presente estudo 120 adolescentes que, devido ao cometimento de atos infracionais, encontravam-se custodiados na Unidade de Atendimento Inicial da Fundação CASA (UAI), situada no Núcleo de Atendimento Integrado de Ribeirão Preto – SP (NAI), aguardando decisão judicial. Mais da metade da amostra já havia passado por delegacias, pelo menos mais de uma vez (55,8%).

A média de idade dos jovens foi de 16 anos ($DP = 1,12$). Quase a totalidade deles se disse solteiro (90%), uma parte importante não estava trabalhando (70,8%) e estava fora da escola no momento da apreensão (72,5%). Do total, 85% deles revelaram não professar qualquer tipo de religião.

Um número expressivo de adolescentes provinha de famílias desconstituídas (82,5%). A maioria (69%) coabitava em residência com mais de quatro pessoas. Do total, 72% informaram viver em famílias, dispondo de uma renda de até R\$ 1.500,00, e a quase totalidade dos responsáveis trabalhava (84,2%).

No histórico das famílias, destaca-se o fato de muitas terem experimentado mudanças de residência (69,2%) e de um pouco menos da metade (42%) ter em meio aos seus membros outras pessoas com passagem pela polícia devido ao envolvimento em atividade ilícita e apresentar o comportamento de uso de substâncias.

A tabela 1, a seguir, sintetiza as informações obtidas, indicando a distribuição da amostra no tocante a algumas das variáveis de caracterização sociodemográfica.

Tabela 1. Caracterização dos adolescentes em relação a variáveis sociodemográficas

Variáveis Sociodemográfica		Amostra % (f)
Idade	13 anos	3,3 (4)
	14 anos	7,5 (9)
	15 anos	20,8 (25)
	16 anos	30,0 (36)
	17 anos	35,8 (43)
	18 anos	2,5 (3)
Estado civil	Solteiro	90 (108)
	Casado/União estável	10 (12)
Religião	Sim	15,0 (18)
	Não	85,0 (102)
Estudando	Não	72,5 (87)
	Sim	27,5 (33)
Escolaridade	4ª série Ensino Fundamental	5,9 (7)
	5ª série Ensino Fundamental	11,7 (14)
	6ª série Ensino Fundamental	13,4 (16)
	7ª série Ensino Fundamental	18,3 (22)
	8ª série Ensino Fundamental	25,2 (30)
	1ª série Ensino Médio	12,5 (15)
	2ª série Ensino Médio	5,8 (7)
	3ª série Ensino Médio	4,2 (5)
Trabalho	Sim	28,3 (34)
	Não	70,8 (85)
Pais separados	Sim	82,5 (99)
	Não	17,5 (21)
Outro familiar com problemas com drogas ou polícia	Sim	41,6 (50)
	Não	58,3 (70)
Quantidade de pessoas coabitando	1 a 3	30,0 (36)
	4 a 7	60,0 (72)
	8 a 10	6,6 (8)
	Mais de 10	2,4 (3)
Renda familiar	Até R\$500,00	17,5 (21)
	De R\$500,00 a 1.500,00	71,7 (86)
	R\$1.500,00 a 3.000,00	7,5 (9)
	Mais de R\$3.000,00	1,7 (2)
Já mudou de residência	Sim	69,2 (83)
	Não	30,8 (37)

4.3 Instrumentos

No presente estudo, lançou-se mão de três instrumentos para a coleta de dados, identificados e detalhados a seguir.

a) Roteiro de Entrevista Sociodemográfica

Um roteiro de entrevista foi elaborado para obter informações que permitissem caracterizar os adolescentes do ponto de vista sociodemográfico. Composto por questões relativas à família dos adolescentes, indagavam sobre constituição e renda familiar, possíveis mudanças de residência, quantidade de pessoas morando na mesma casa, o fato de ter ou não familiares com problemas com a Justiça e/ou com drogas, e outras questões relativas ao próprio adolescente como, por exemplo, o número de passagens anteriores pelo sistema de justiça, a idade, o estado civil, religião, trabalho e escolaridade.

b) Entrevista Estruturada de Delinquência Autorrevelada

Para avaliar o nível de engajamento infracional dos adolescentes da amostra, tendo por base a premissa sobre a existência de diferentes trajetórias de desenvolvimento do comportamento delituoso, optou-se por utilizar um roteiro estruturado de Entrevista de Delinquência Autorrevelada. Tal instrumental remete ao que se chama genericamente de “método da autorrevelação”, e se refere basicamente à estratégia de realizar um levantamento junto aos jovens, no qual lhes é perguntado – de forma privativa e de maneira não estigmatizante – sobre o seu possível envolvimento em comportamentos antissociais (Barberet et al., 2004).

Instrumentos com tal perspectiva – ora entrevistas estruturadas, ora questionários – têm sido desenvolvidos e aplicados na Criminologia há décadas, sendo utilizados em diversos países da Europa e da América do Norte, pois ajudam a constituir um conhecimento mais amplo da delinquência juvenil, maior e mais consistente que aquele apoiado tão somente em dados oficiais (Farrington, 2001; Barberet, Bowling, Junger-Tas, Rechea-Arberola, & Zurawan, 2004; Castro, Cardoso & Agra, 2010).

No contexto nacional, alguns estudos, servindo-se deste tipo de estratégia para estudar o fenômeno em questão são identificados. Destacam-se o estudo de Tavares Filho, da

Universidade Federal do Amazonas, em parceria com colegas espanhóis (Luengo, Otero, Romero & Gómez-Fraguela, 1999), os estudos de Formiga, Aguiar e Omar (2008), na Paraíba, o de D'Abreu (2011) e o de Komatsu e Bazon (2015), em Ribeirão Preto. Cumpre frisar que no estudo de D'Abreu (2011), serviu-se de dados coletados com instrumento semelhante ao empregado no presente trabalho, junto a 211 adolescentes que cumpriam medida socioeducativa devido ao cometimento de delitos, de modo a conhecer o nível de engajamento infracional dos mesmos. A autora sublinha que a entrevista estruturada de delinquência autorrevelada mostrou-se uma estratégia adequada para avaliar os adolescentes, no contexto brasileiro, produzindo dados consistentes.

O modelo de entrevista aqui utilizado é derivado do Questionário desenvolvido pelo pesquisador canadense Michel Fréchette, da Universidade de Montreal, para ser utilizado por profissionais dos Centros da Juventude (*“Centre de Jeunesse”*³) da Província de Quebec, no Canadá. O instrumento realiza-se como um levantamento retrospectivo, junto ao adolescente, sobre a sua eventual participação, ao longo da vida, em atividades implicando violação da lei, independentemente do fato de ter sido ou não apreendido por tal atividade.

Para o nosso contexto, decidiu-se que o questionário deveria ser utilizado enquanto um roteiro de Entrevista Estruturada, tendo em vista as dificuldades de leitura e compreensão de textos que afetam boa parte dos adolescentes em conflito com a Lei. Estabeleceu-se, também, que a Entrevista incidiria sobre a eventual participação do adolescente, ao longo da vida, em atividades, implicando em 11 atos infracionais, tipificados como contravenção ou crime, de acordo com o Código Penal brasileiro. A descrição dos atos infracionais investigados encontra-se sumarizada no Quadro 1. Cabe informar que a escolha por investigar tais atos infracionais, em específico, foi determinada após a realização de um levantamento, no ano de 2012, por membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP), do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, em 357 boletins de ocorrência envolvendo jovens, nos quais se observou serem estes os atos mais comumente cometidos no contexto em estudo. Assim, pode-se dizer que o instrumento foi submetido a uma adequação de conteúdo sociocultural brasileiro⁴.

---

³ Os Centros da Juventude, localizados em diferentes regiões da Província do Quebec, no Canadá, são órgãos governamentais, encarregados de propor e implementar a política relativa à proteção da infância e juventude, bem como a dirigida aos jovens contraventores. A partir destes órgãos, diferentes serviços especializados são oferecidos aos jovens com idade entre 0 e 18 anos e a suas famílias.

⁴ A Entrevista não se encontra adaptada para o contexto brasileiro, mas está sendo estudada em outras pesquisas do GEPDIP e tem sido aplicada de modo exploratório em serviços de acompanhamento de adolescentes infratores, na cidade de Ribeirão Preto, havendo indicações de boa consistência das informações que produz.

De acordo com o roteiro de entrevista, mediante a afirmativa de participação do adolescente em atividades relacionadas a cada um dos atos infracionais, investiga-se junto ao mesmo, a idade que tinha por ocasião da primeira participação e quantas vezes teria participado de atividades semelhantes. Com questões em torno destes aspectos, consegue-se informação para caracterizar a trajetória infracional do jovem, em termos de idade de início, de volume e de diversidade de delitos realizados.

Quadro 1. Definições dos delitos investigados no presente trabalho, por meio da Entrevista Estruturada de Delinquência Autorrevelada, de acordo com o Código Penal brasileiro

Ato infracional	Definição
1. Direção sem habilitação	Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano.
2. Tráfico de drogas	Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
3. Receptação	Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime.
4. Furto	Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.
5. Roubo	Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.
6. Porte de arma de fogo	Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
7. Ameaça	Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.
8. Lesão corporal	Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.
9. Rixa	Participar de luta desordenada, tumulto envolvendo troca de agressões físicas entre pelo menos três pessoas.
10. Dano	Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.
11. Explosão	Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos.

c) *Drug Use Screening Inventory – Revised (DUSI-R)*

Em função de uma reconhecida necessidade, apontada por profissionais atuando no atendimento a adolescentes, de dispor de uma ferramenta breve, informativa e eficiente, a

possibilitar uma avaliação que identificasse a gravidade do uso de álcool e de outras substâncias, bem como as dificuldades relacionadas, este instrumento foi desenvolvido por Ralph Tarter (1990), pesquisador da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos. O DUSI foi desenvolvido para ser um instrumento de avaliação multidimensional (observando múltiplas áreas da vida do avaliado).

A versão brasileira do DUSI-R é resultado do trabalho de adaptação e validação, realizado por De Micheli e Formigoni (2000), para ser utilizado com a população de adolescentes. Em seus estudos, o instrumento apresentou boa correlação ($r=0,86$) com o diagnóstico de uso abusivo e de dependência, proporcionado pelo DSM-III-R, indicando boa capacidade para a discriminação de padrões problemáticos de uso de substâncias. As mesmas pesquisadoras (De Micheli & Formigoni, 2002) avaliaram, também, as propriedades psicométricas da versão brasileira do instrumento e indicaram ótimos percentuais de sensibilidade (80% da amostra) e de especificidade (90% da amostra) para uso abusivo e provável dependência. A versão do instrumento utilizada no presente estudo encontra-se disponibilizada para uso público, no material do curso SUPERA, promovido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Ministério da Justiça (MJ), oferecido gratuitamente por meio da parceria com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

O DUSI é constituído como um questionário, com 149 itens, por meio dos quais se busca identificar a frequência do uso de substâncias psicoativas pelo adolescente, bem como problemas de ordem física, mental e psicossocial, relacionados. Ele não conduz a um diagnóstico completo e/ou definitivo, devendo ser entendido como uma etapa inicial na avaliação do comportamento de uso de substâncias, pois seu principal propósito é indicar áreas que, posteriormente, podem necessitar de mais avaliações. Pode ser autoaplicado ou aplicado em forma de entrevista, levando-se em média de 20 a 30 minutos para ser completado, uma vez que a todos os itens deve-se responder tão somente “sim” ou “não”. As respostas afirmativas indicam a presença de problemas atinentes a 10 grandes dimensões ou áreas da vida do adolescente, denominadas pelo autor como Domínios.

Esses são, a seguir, indicados, sendo descritos de forma mais detalhada, posteriormente:

- (I) *Uso de álcool e outras drogas*, o qual é dividido em duas partes (a) e (b); a primeira (a) é composta por questões que visam aferir a frequência do uso de 13 classes de substâncias psicoativas; a segunda parte (b) busca aferir as consequências do uso em termos de prejuízos pessoais;

- (II) *Comportamento*, visa identificar a presença de isolamento social, raiva, comportamento impulsivo e o nível de autocontrole;
- (III) *Saúde*, aprecia o envolvimento em acidentes, ferimentos, doenças;
- (IV) *Transtornos psiquiátricos*, busca identificar sintomas de ansiedade, depressão, comportamento antissocial e sintomas psicóticos;
- (V) *Competência social*, avalia as habilidades sociais e as interações sociais;
- (VI) *Sistema familiar*, busca avaliar a supervisão parental e os conflitos familiares;
- (VII) *Escola*, compreende desempenho acadêmico e ajustamento escolar;
- (VIII) *Trabalho*, avalia a motivação para o trabalho e as competências no trabalho;
- (IX) *Relacionamento com amigos*, verifica o tamanho da rede social, a qualidade das amizades e o envolvimento com gangues;
- (X) *Lazer/recreação*, focaliza a qualidade das atividades no tempo livre.

As definições das classes de substâncias investigadas pelo instrumento, bem como seus mecanismos específicos de ação, encontram-se descritos no quadro 2. Para a análise dos dados obtidos, procedeu-se à junção das substâncias “anfetaminas” e “êxtase”, sob o conceito *club drugs*, já que estas têm sido consideradas dentro da mesma categoria, por se assemelharem em alguns aspectos como: a população que as consome (geralmente jovens e jovens adultos); os locais onde são consumidas (geralmente bares, festas *raves* e outras festas em momentos de recreação); e pelos efeitos esperados por aqueles que as consomem (agitação e sensação de euforia).

Quadro 2. Descrições e Mecanismos de Ação das substâncias investigadas no presente estudo

Substância	Descrição	Mecanismos de Ação
Alcool	O álcool presente nas bebidas alcoólicas é o etanol, produzido pela fermentação ou destilação de vegetais - como a cana-de-açúcar e também de frutas e grãos. No Brasil, há uma grande diversidade de bebidas alcoólicas, cada tipo com quantidade diferente de álcool em sua composição. É uma substância depressora do sistema nervoso central, obtida a partir da fermentação ou destilação de cereais, raízes e frutas. O álcool, principalmente por ser uma substância lícita, está presente em quase todas as culturas e participa do cotidiano e de vários rituais da humanidade.	A ingestão de álcool provoca diversos efeitos, que aparecem em duas fases distintas: uma estimulante e outra depressora. Nos primeiros momentos após a ingestão de álcool, podem aparecer os efeitos estimulantes, como euforia, desinibição e loquacidade (maior facilidade para falar). Com o passar do tempo, começam a surgir os efeitos depressores, como falta de coordenação motora, descontrole e sono. Quando o consumo é muito exagerado, o efeito depressor fica exacerbado, podendo até mesmo provocar o estado de coma.
Maconha	A maconha (haxixe, erva, baseado) é o nome dado a uma planta conhecida cientificamente como <i>Cannabis Sativa</i> . Em outros países é conhecida por diferentes nomes como: THC, Hashishi, Bangh, Ganja, Diamba, Marijuana, Marihuana. O THC é uma substância química produzida pela planta da maconha, sendo essa a principal responsável pelos efeitos psíquicos da droga no organismo.	O THC é metabolizado no fígado gerando um metabólito (produto da metabolização da substância) mais potente que ele próprio. Além disso, o THC é muito lipossolúvel (solúvel em lipídios – gordura, e não em água) ficando armazenado no tecido adiposo. Essas características do THC levam a um prolongamento do efeito deste no organismo. Quando fumada, a maconha atinge seu efeito entre zero e dez minutos e tem seu pico de ação após 30 minutos do consumo por se concentrar no cérebro. Após 45 a 60 minutos do consumo da substância seus efeitos são atenuados. Pela liberação do THC por meio do tecido adiposo ser lenta, ele aparece na urina de semanas há meses após o último uso.
Tabaco	O tabaco é uma planta cujo nome científico é <i>Nicotiana Tabacum</i> , da qual é extraída uma substância de efeito estimulante chamada nicotina. Além desta, possui mais de 4.700 substâncias. O tabaco pode ser usado de diferentes formas: inalado por meio de cigarro, charuto, cigarro de palha e cachimbo; aspirado por meio de rapé; mascado por meio de fumo-de-rolô. Todas as formas de consumo geram algum tipo de prejuízo ao organismo do usuário.	Quando o fumante dá uma tragada, a nicotina é absorvida pelos pulmões, chegando ao cérebro aproximadamente em nove segundos. Os principais efeitos da nicotina no sistema nervoso central consistem em: elevação leve no humor (estimulação) e diminuição do apetite. A nicotina é considerada um estimulante leve, apesar de um grande número de fumantes relatarem sensação de relaxamento quando fumam. Essa sensação é provocada pela diminuição do tônus muscular. Menciona-se, também, aumento de concentração e de atenção.
Inalantes/solventes	A palavra solvente significa substância capaz de dissolver coisas, e é toda substância que pode ser inalada, isto é, introduzida no organismo através da aspiração pelo nariz ou pela boca. Em geral, todo solvente é uma substância altamente volátil, ou seja, evapora-se naturalmente, por esse motivo pode ser facilmente inalado. Outra característica dos solventes ou inalantes é que muitos deles (mas não todos) são inflamáveis.	Assim como ocorre com o álcool, os solventes são substâncias que têm efeito bifásico, ou seja, causam uma excitação inicial, seguida por depressão do funcionamento cerebral, que dependerá da dose inalada. Após a inalação, os solventes alcançam os alvéolos e capilares pulmonares e são distribuídos pelas membranas lipídicas do organismo. O pico plasmático é atingido entre 15 a 30 minutos. O metabolismo é variável: nitratos e hidrocarbonetos aromáticos são metabolizados pelo sistema hepático microssomal. Alguns solventes possuem metabólitos ativos mais potentes que a substância inicial. A eliminação pode ser renal ou pulmonar.
Club drugs (anfetaminas e êxtase)	As <i>club drugs</i> são drogas sintéticas como Ecstasy, GHB, Ketamina ou LSD, intimamente ligadas a bares/discotecas, raves, transes (danças de noite inteira), com um objetivo claramente recreativo e de diversão. O facto de estarem associadas a cenários de lazer ligam-se com um elemento essencial, a música que, através das ações psicotrópicas das substâncias ingeridas, pode ampliar ou reduzir os efeitos ao nível da expressão, motricidade, sentidos e afetividade.	Apresenta efeitos semelhantes aos estimulantes do sistema nervoso central (agitação), bem como efeitos perturbadores (mudança da percepção da realidade). Os mais marcantes são a sensação de melhora nas relações entre as pessoas, o desejo de se comunicar, melhora na percepção musical e aumento da percepção das cores. Os efeitos dependem do local e do que ocorre no momento do uso. Essas substâncias causam, também, diminuição do apetite, dilatação das pupilas, aceleração do batimento cardíaco, aumento da temperatura do corpo (hipertermia), rangido de dentes e aumento na secreção do hormônio antidiurético.
Alucinógenos	A palavra alucinação significa, em linguagem médica, percepção sem objeto, isto é, a pessoa em processo de alucinação percebe coisas sem que elas existam. Assim, quando um indivíduo ouve sons imaginários ou vê objetos que não existem, ele está tendo uma alucinação auditiva ou uma alucinação visual. As alucinações podem aparecer espontaneamente no ser humano em casos de psicoses, e entre estas a mais comum é a doença mental chamada esquizofrenia. Também podem ocorrer em pessoas normais (que não apresentam doença mental) que tomam determinadas substâncias ou drogas alucinógenas. Essas drogas são também chamadas de psicotomiméticas por “imitar” um dos mais evidentes sintomas das psicoses – as alucinações.	Os efeitos são muito maleáveis, pois dependem de várias condições, como sensibilidade e personalidade do indivíduo, expectativa que a pessoa tem sobre os efeitos, ambiente, presença de outras pessoas etc., como a bebida do Santo Daime. As reações psíquicas são ricas e variáveis. Às vezes, são agradáveis (“boa viagem”) e a pessoa se sente recompensada pelos sons incomuns, cores brilhantes e pelas alucinações. Em outras ocasiões, os fenômenos mentais são de natureza desagradável, visões terríficas, sensações de deformação do próprio corpo, certeza de morte iminente etc. São as “más viagens”.
Cocaína/crack	A cocaína é uma substância psicoestimulante extraída das folhas de uma planta originária da América do Sul, popularmente chamada coca (<i>Erythroxylon Coca</i>). A cocaína pode ser consumida de diferentes formas. Pode ser aspirado sob a forma de um sal, o cloridrato de cocaína, conhecido como “pó”, “farinha”, “neve” ou “branquinha”. Este sal é solúvel em água podendo ser consumido pela via intravenosa (“pelos canos”, “baque”). A cocaína também pode ser encontrada sob a forma de base, conhecida como crack e merla (mela, mel ou melado), que por serem pouco solúveis em água, mas se volatilizarem quando aquecidas, são fumadas em “cachimbos” ou cigarros de tabaco ou maconha.	O mecanismo de ação da cocaína no sistema nervoso central é aumentar a liberação e prolongar o tempo de atuação dos neurotransmissores dopamina, noradrenalina e serotonina, os quais são atuantes no cérebro. A dopamina é o neurotransmissor que se relaciona à dependência, visto que é este responsável pela sensação de prazer associada ao consumo da droga, bem como a outros comportamentos naturalmente gratificantes como comer, fazer sexo e saciar a sede. Além disso, está relacionada ao comportamento motor fino (atividades que demandam maior precisão e coordenação motora, como escrever) cognição/percepção e controle hormonal.

Acentua-se que, além da mensuração da gravidade do uso de substâncias e das dificuldades associadas, o instrumento também conta com uma escala de mentira, cuja medida é aferida por variáveis ao final de cada Domínio; quantidades altas em respostas negativas a estas variáveis alerta o aplicador sobre a possível necessidade de desconsiderar a aplicação.

4.4 Constructos mensurados na presente investigação

a) Engajamento Infracional

O “engajamento infracional” é definido como sendo a participação do adolescente em qualquer atividade que implique a emissão de comportamentos que constituam violação da Lei Criminal vigente na sociedade em que vive. Em uma perspectiva desenvolvimental, sabe-se que o “nível de engajamento infracional” pode ser aferido tendo por base a idade de início ou idade da manifestação do primeiro comportamento delituoso, a diversidade de delitos e a frequência ou volume total de delitos praticados (Smith, Visher & Roger, 1991). Sabe-se que quanto mais precoce for a primeira manifestação, quanto mais diversificada a atividade (em termos de número de modalidades de delitos experimentadas) e quanto mais frequente os delitos (em termos de volume total), maior é o engajamento infracional.

A isso, pode-se ainda acrescentar a verificação do agravamento ou não da atividade, no sentido de se notar a escalada de modalidades mais benignas para outras que incluem os elementos de ameaça ou de violência física contra a pessoa (Le Blanc & Fréchette, 1989; Le Blanc, 2002)

Um alto grau de engajamento é normalmente verificado para um pequeno subgrupo de adolescentes somente, em relação aos quais se observa a estabilidade dos comportamentos de violação da Lei (Fréchette & Le Blanc, 1987). Conforme o já adiantado, os comportamentos infracionais, nesse subgrupo, descrevem uma trajetória que na literatura tem sido denominada como “persistente” (Le Blanc, 2003; Odgers et al., 2008).

Tal conceito orienta o presente estudo, sendo que as variáveis por meio das quais ele é mensurado são estabelecidas com base em informações obtidas com a realização da Entrevista Estruturada de Delinquência Autorrevelada. Conforme o mencionado, as variáveis consideradas, concomitantemente, são: idade da primeira participação em atividades delituosa autorrevelada, volume total de delitos autorrevelados (somando a quantidade de vezes que

cometeu cada modalidade de delito) e a variedade de delitos cometidos autorrevelados (considerando o número total de modalidades de delitos).

No presente estudo, decidiu-se não incluir a variável agravamento da conduta para a avaliação do nível de engajamento.

b) Padrão de uso de substâncias

De um modo geral, a literatura tem definido o constructo “padrão do uso de substâncias” de maneira variada, não havendo consenso entre os pesquisadores para tal definição. Grosso modo, a avaliação do “padrão de uso” baseia-se em variáveis de ordem comportamental, tais como a quantidade e a frequência de uso de determinada substância por um indivíduo (Kandel & Yamaguchi, 1993). Pode apoiar-se, também, no nível de problemas e dificuldades relacionados ao uso de substâncias, afetando diferentes esferas ou áreas da vida do sujeito (Fisher & Harrison 1992; Landry et al., 2004).

Na presente investigação, optou-se por avaliar o padrão de uso de substâncias no plano comportamental. Para estabelecer, lidou-se primeiramente com a variável frequência de uso, aferida por meio dos dados obtidos com as perguntas contidas no Domínio I (a) “uso de álcool e outras drogas”, do instrumento DUSI-R. As perguntas solicitam informações sobre o uso na vida, ou seja, se a pessoa já experimentou a substância investigada ao menos uma vez na vida, e a frequência de uso no último mês. Neste caso, verificou-se a frequência de uso de maneira contínua, considerando a “quantidade de substância consumida no mês”, sem se atentar para as classes de frequências propostas pelo instrumento. O intuito foi verificar de maneira contínua a quantidade aproximada de utilização de determinada substância. Cumpre informar que a frequência do uso de substâncias no último mês, no instrumento DUSI-R, foi medida pelas categorias: uso de 1 a 2 vezes, de 3 a 9 vezes, de 10 a 20 vezes e mais de 20 vezes.

De forma suplementar, decidiu-se pela inclusão, no presente trabalho, de outras variáveis na construção do constructo “padrão de uso de substâncias” no plano comportamental, considerando apontamentos feitos na literatura. Uma delas é a “idade de início de uso, pelo adolescente, das substâncias investigadas”. Conforme apontamentos feitos na introdução deste trabalho, a literatura indica ser a idade de início importante para aferir a gravidade do uso atual (Hanna & Grant, 1999; Hawkins, et al., 1997; King & Chassin, 2007). Como observam alguns autores, quanto mais precoce for o início do uso de substâncias, maior a probabilidade de este ser problemático em termos de abuso e de possível dependência, e de afetar mais significativamente outras áreas da vida do sujeito.

Outra variável incluída é “ser usuário de diferentes tipos de substâncias simultaneamente” (poli uso). Da mesma forma, autores também indicam serem os poli usuários mais expostos a maiores problemas de ordem física, psicológica e relacional/interpessoal, quando comparados com aqueles que usavam apenas uma substância (Kandel & Yamaguchi, 1993; Maddahian et al., 1985).

Cumprir informar que para a obtenção de dados sobre estas três variáveis, logo após a verificação da frequência de uso das substâncias investigadas, procedeu-se da seguinte forma: concernindo às variáveis “idade com a qual o adolescente fez uso da substância pela primeira vez” e “volume da substância consumida a cada vez”, o pesquisador fez perguntas suplementares, atreladas àquelas relacionadas à frequência de uso de cada substância no último mês. Com relação à variedade destas utilizadas simultaneamente, o dado foi obtido, após a realização da entrevista como um todo, tendo o instrumento DUSI sido preenchido completamente, considerando-se a indicação de quais substâncias foram indicadas como sendo utilizadas no último mês. Dessa forma, neste estudo adicionamos as variáveis “idade de início do uso” e “variedade de substâncias utilizadas simultaneamente”, ao volume de uso no último mês, para aferir o constructo “padrão de uso”.

Conforme o já adiantado, as classes de substâncias investigadas pelo DUSI-R são as seguintes: álcool, maconha, tabaco, inalantes/solventes, anfetaminas, êxtase, alucinógenos, cocaína/crack, tranquilizantes, analgésicos, opiláceos, fenicilidina e anabolizantes. Cabe informar que após a aplicação de 20 questionários, optamos por parar de investigar o uso/frequência e quantidade de uso das últimas cinco classes de substâncias, considerando a inexistência de respondentes, indicando ter contato com tais substâncias. Além disso, os adolescentes, de modo geral, referiam não saber a que os nomes referiam. Tal procedimento permitiu tornar a entrevista mais curta, portanto, menos cansativa.

Ademais, na linha das proposições feitas por De Micheli e Formigoni (2000), decidiu-se estabelecer e classificar os padrões de uso, de acordo com as densidades absolutas, observadas na área de “uso de álcool e outras drogas”, Domínio I (b), do DUSI-R. Estas autoras, para a validação do instrumento DUSI-R no Brasil, conduziram um estudo com 213 adolescentes com idades entre 11 e 19 anos no qual aplicaram a versão brasileira das seções álcool, tabaco e substâncias ilícitas do instrumento “*Composite International Diagnostic Interview*” (CIDI) e classificaram os resultados, usando os critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III-R, *American Psychiatric Association*, 1987). Com base em tais critérios foi indicada a composição de três grupos: Grupo 1: adolescentes que nunca ou raramente haviam usado álcool e outras substâncias e não cumpriam os critérios

do DSM-III-R; Grupo 2: jovens que cumpriam os critérios do DSM-III-R para abuso de substâncias; Grupo 3: adolescentes que cumpriam os critérios do DSM-III-R para dependência. Como resultado do citado estudo, observou-se que as densidades absolutas na área de “uso de álcool e outras drogas”, Domínio I (b), do DUSI-R, diferenciavam claramente os três grupos. Assim, foi possível concluir que o DUSI-R é sensível o suficiente para distinguir entre esses três padrões de uso de substâncias⁵. A partir disso, as autoras sugerem, então, a observação dos seguintes indicadores de padrões de uso, com base na primeira parte do instrumento: “abstêmios” (ausência de respostas), “uso experimental” (de 1 a 2 respostas afirmativas), “uso abusivo” (de 3 a 7 respostas afirmativas), “provável dependência” (acima de 7 respostas afirmativas). Tal sistema de classificação foi empregado na presente pesquisa, para indicar o padrão de uso de substâncias.

c) Dificuldades associadas ao uso de substâncias

Além do “padrão de uso”, optou-se por também investigar o impacto do uso de substâncias na vida do adolescente, considerando a quantidade de dificuldades/problemas associados ao uso, servindo-se, para isso, das pontuações alcançadas nos Domínios I (b) ao X do DUSI.

Tarter (1990), com base em dois grandes painéis formulados a partir das proposições de experientes pesquisadores, gestores de serviços e profissionais de saúde, atuando diretamente no atendimento de usuários de álcool e outras drogas, em um conjunto de 149 itens ou variáveis relativas a problemáticas associadas ao uso de substâncias, percebeu que estas compunham dez diferentes dimensões ou áreas da vida: os problemas observados como consequências do comportamento do uso de substâncias ou as características pessoais relativas ao de uso, os padrões de comportamentos, o estado físico de saúde, comorbidades psiquiátricas ou transtornos mentais co-ocorrentes ao uso de substâncias, competências sociais, o sistema familiar, o desempenho escolar, o desempenho laboral/profissional, a relação com os pares, lazer e recreação. A estas dimensões Tarter denominou Domínios e sugeriu que a apreciação do nível de dificuldades presentes em cada um destes Domínios poderia indicar um “nível de gravidade do uso” e oferecer uma visão mais completa e

---

⁵ As autoras sugerem que o uso isolado da escala do Domínio I (b) pode, até mesmo, funcionar como um instrumento de triagem de rápida aplicação (cerca de 3 minutos).

multidimensional da problemática apresentada por um adolescente, relacionada ao uso de substâncias.

No presente estudo, utilizaram-se, então, tais domínios propostos por Tarter (1990), conforme a descrição que se oferece abaixo.

Domínio I - denominado “Uso de álcool e outras drogas”: visa avaliar os problemas decorrentes do uso, que são avaliados na segunda parte (parte b) do Domínio I do DUSI-R, composta por 15 itens/variáveis. Estes buscam informações como: *“alguma vez você sentiu fissura ou forte desejo por álcool ou outras drogas?”*, *“alguma vez você sentiu que não poderia controlar o uso de álcool e outras drogas?”*, *“alguma vez você deixou de realizar alguma atividade por ter gasto dinheiro com álcool e outras drogas?”*, *“você já sofreu algum acidente de carro depois de ter usado álcool e outras drogas?”*, *“alguma vez você teve problemas para lembrar o que fez, quando estava sob o efeito de drogas ou álcool?”*.

Domínio II - denominado “Comportamento”: visa avaliar o isolamento social e problemas de comportamento. Reúne 20 itens/variáveis, tais como: *“Você briga muito?”*, *“Você faz coisas prejudiciais aos animais?”*, *“Você xinga ou fala muito palavrões?”*, *“Você faz muitas coisas sem pensar nas consequências?”*, *“Você se arrisca ou faz coisas perigosas muitas vezes?”*, *“Você costuma se isolar dos outros?”*.

Domínio III - denominado “Saúde”: busca investigar acidentes, prejuízos e doenças experimentados pelos adolescentes. Este é aferido por meio de 10 itens/variáveis, do tipo: *“Você teve algum ferimento ou acidente que ainda o incomoda?”*, *“Você tem problemas com o sono? (dorme demais ou pouco)”*, *“Você tem problemas de respiração ou tosse?”*.

Domínio IV - denominado “Transtornos Psiquiátricos”: investiga sintomas de ansiedade, depressão e comportamento antissocial. É aferido por meio de 20 itens/variáveis. Alguns exemplos são: *“Você se envolveu em brigas mais do que a maioria dos jovens?”*, *“Você costuma fazer movimentos inquietos com as mãos?”*, *“Você tem problemas em se concentrar?”*, *“Você se sente triste muitas vezes?”*, *“Você tem dificuldades de deixar de pensar em determinadas coisas?”*, *“Você escuta coisas que ninguém mais do seu lado escuta?”*.

Domínio V - denominado “Competência Social”: busca investigar as habilidades e interações sociais, por meio de 14 itens/variáveis. Neste, as indagações são, por exemplo: *“Você acha que os jovens da sua idade não gostam de você?”*, *“É difícil fazer amizades num novo grupo?”*, *“Você tem dificuldade de dizer não para as pessoas?”*, *“Você evita olhar nos olhos, quando está conversando com as pessoas?”*.

Domínio VI - denominado “Sistema Familiar”: busca investigar os conflitos familiares, a supervisão dos pais e a qualidade dos relacionamentos familiares. Reúne 14

itens/variáveis, tais como: *“Algum membro da sua família usou drogas no último ano?”*, *“Algum membro da sua família foi preso no último ano?”*, *“Sua família dificilmente faz coisas juntos?”* *“Na sua casa, faltam regras claras sobre o que você pode ou não pode fazer?”* *“Você sente que seus pais ou responsáveis não se importam ou cuidam de você?”*.

Domínio VII - denominado “Escola”: concentra-se na investigação sobre o desempenho acadêmico. É composto por 20 itens/variáveis, tais como: *“Você gosta de escola?”*, *“Suas notas são abaixo da média?”*, *“Você falta muito à escola?”*, *“Você sente sono nas aulas?”*, *“Você fica entediado na escola?”*, *“Você já repetiu o ano alguma vez?”*, *“Você alguma vez chegou atrasado ou faltou à escola em consequência do uso de álcool e drogas?”*.

Domínio VIII - denominado “Trabalho”: investiga a motivação para o trabalho. É composto por 10 itens/variáveis. Alguns exemplos são: *“Alguma vez você teve um trabalho remunerado do qual foi despedido?”*, *“Você precisa da ajuda dos outros para procurar emprego?”*, *“Você acha difícil concluir as tarefas do seu trabalho?”*, *“Alguma vez você consumiu álcool ou drogas durante o trabalho?”*, *“Você trabalha principalmente porque isso lhe dá dinheiro para comprar álcool e drogas?”*

Domínio IX - denominado “Relacionamento com os Amigos”: visa investigar a rede social, o envolvimento em gangues e a qualidade dos relacionamentos com os amigos. São 14 os itens/variáveis que o compõem. Alguns exemplos são: *“Algum de seus amigos usa álcool e drogas regularmente?”*, *“Alguns de seus amigos vendem ou dão drogas a outros jovens?”*, *“Algum de seus amigos teve problemas com a lei nos últimos 12 meses?”*, *“Você pertence a alguma gangue?”*, *“Você sente que não tem nenhum amigo para quem possa fazer confidências?”* *“Se comparado com a maioria dos jovens, você tem poucos amigos?”*.

Domínio X - denominado “Lazer/Recreação”: avalia a qualidade das atividades durante o tempo de lazer. Conta com 12 itens/variáveis que buscam informações como: *“Comparado com a maioria dos jovens, você pratica menos esportes?”*, *“Nas suas horas livres você simplesmente passa boa parte do tempo com seus amigos?”*, *“Você se sente entediado a maior parte de seu tempo?”*, *“Você usa álcool e drogas para se divertir?”*, *“Você está insatisfeito com a maneira que você passa seu tempo livre?”*.

A partir dos dados obtidos nestes diferentes domínios, de acordo com Tarter (1990), podem-se calcular três índices, a saber:

A densidade absoluta de problemas. Refere-se ao nível de gravidade em cada área isoladamente, calculado pela soma das respostas afirmativas, sendo o total dividido pelo

número de itens da área, multiplicado por 100. Este cálculo resulta em uma porcentagem que deve ser entendida como indicador da gravidade de problemas do domínio analisado.

A densidade relativa de problemas. Obtido ao dividir-se a densidade absoluta de problemas de cada área pela soma de todas as densidades absolutas, multiplicando por 100. O percentual indica o quanto cada área contribui para o total de problemas.

A densidade global de problemas. Representa a soma das respostas afirmativas de todos os domínios, dividida pelo total de questões do questionário completo, multiplicado por 100. O percentual indica a gravidade de problemas em geral.

Na presente pesquisa optou-se em utilizar, como forma de observação da natureza e da intensidade de dificuldades associadas ao uso de substâncias, as densidades absolutas, pois estas nos indicam o nível de gravidade de problemas em cada Domínio separadamente, sendo assim de maior utilidade nas análises comparativas.

4.5 Contexto da investigação e procedimentos de coleta de dados

Todos os adolescentes participantes da presente pesquisa foram recrutados na Unidade de Atendimento Inicial – UAI, da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), localizada no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) de Ribeirão Preto. O Núcleo de Atendimento Integrado é um complexo de Instituições previsto no art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o qual preconiza a reunião, em um mesmo local, de todos os órgãos responsáveis pelo atendimento inicial dos adolescentes aos quais se atribui autoria de ato infracional. Atualmente, o NAI - Ribeirão Preto é composto pela Delegacia Especializada da Infância e Juventude, órgãos da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, tal qual a Coordenadora Técnica de Atenção ao Adolescente em Conflito com a Lei, e a Fundação CASA, que lá se faz presente com uma Unidade de Atendimento Inicial (UAI).

A UAI da Fundação CASA recebe os adolescentes que foram levados à Delegacia Especializada da Infância e Juventude da cidade de Ribeirão Preto (“porta de entrada” do Sistema de Justiça Juvenil, no município) por policiais Militares, após o cometimento de algum ato infracional, e que o Delegado de plantão, após o lavramento do Boletim de Ocorrência, entendeu que esses deviam aguardar a oitiva informal com o Ministério Público,

representado na figura do Promotor de Justiça, custodiados nessa Unidade da Fundação CASA.

Não há definição clara na legislação vigente sobre quais critérios devem ser adotados pelos Delegados de Polícia, para embasar sua decisão de custodiar ou não os adolescentes, nesse momento. Ressalta-se que, nesta fase, o jovem ainda não se encontra sob qualquer intervenção jurídica, porque não se decidiu, baseado em um julgamento formal, por sancionar ou não o adolescente, tampouco por uma medida socioeducativa. Por este motivo, não há de se falar em internação provisória e sim em custódia inicial.

De qualquer modo, estando o adolescente nesse contexto de custódia inicial, que pode durar, em média, dois dias, o Promotor de Justiça, após ouvi-lo, pode propor representação ao caso, e iniciar um processo judicial, ou optar pelo arquivamento do processo iniciado da Delegacia. Estas decisões são condicionadas a uma apreciação final, feita pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude, o qual pode concordar ou não com o Ministério Público. Os desfechos possíveis desse rito processual inicial são: a Internação Provisória (realizada em Unidade específica da Fundação CASA, destinada a esse fim e localizada em local diferente – fora do NAI) ou a imediata liberação do adolescente, sendo este entregue, mediante termo de responsabilidade, aos pais/responsáveis.

Posto isso, considera-se que a UAI, de igual modo à Delegacia Especializada da Infância e Juventude, é também uma porta de entrada do Sistema de Justiça Juvenil, concentrando em seu espaço adolescentes, envolvidos em atividades infracionais, avaliados pelo Delegado como requerendo tal custódia. Nele, nota-se alta rotatividade dos que cometeram infrações, desde as consideradas “leves”, até as consideradas mais “graves”. Tal fator remete a uma heterogeneidade da amostra de adolescentes, ao menos do ponto de vista formal/jurídico. Assim, constitui-se em local privilegiado para o recrutamento de participantes para pesquisas sobre adolescentes em conflito com a lei, que partam da premissa a respeito da existência de diferenças em padrões comportamentais intragrupo, como a presente.

Foi possível planejar o recrutamento e a coleta de dados junto aos adolescentes custodiados, uma vez que eles permanecem, em média, dois dias na UAI, até que seja proferida a decisão final do Juiz da Vara da Infância e Juventude. Para a obtenção da autorização dos pais/responsáveis à participação dos jovens na pesquisa, foi realizado contato telefônico prévio para o funcionário da Prefeitura Municipal, ligado à Coordenadoria Técnica de Atenção ao Adolescente em Conflito com a Lei, conforme combinação prévia feita, com intuito de saber se havia adolescentes novos custodiados e se os pais/responsáveis estavam presentes. Estes ali comparecem uma vez que devem ser contatados imediatamente e

solicitados a virem ao local, pelos agentes da Fundação CASA, em parceria com funcionários da Prefeitura Municipal, quando, por conta própria, não compareceram à Delegacia, no momento da efetuação do boletim de ocorrência.

Em caso afirmativo, o pesquisador se dirigia até o NAI e, uma vez lá, apresentava-se e explicava verbalmente a pesquisa aos pais/responsáveis, solicitando-lhes a autorização para a participação dos adolescentes. Com isso, procedia-se à leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (**Anexo 3**), demandando-lhes a assinatura no documento, caso estivessem de acordo com a participação do adolescente na pesquisa.

Após a obtenção do Consentimento dos pais/responsáveis, o pesquisador se dirigia até o espaço da Unidade de Atendimento Inicial – UAI e solicitava aos funcionários a possibilidade de contatar o adolescente, para solicitar sua colaboração à pesquisa. Assim, o jovem alocado na UAI era encaminhado, acompanhado por agentes de segurança, a outro espaço, denominado “Sala de Atendimento Individual”, fora do espaço da UAI, apropriada à entrevista, em termos de garantia de sigilo das informações. Neste local e momento, o pesquisador se apresentava como tal e deixava claro que não tinha ligação alguma com a polícia ou com a Fundação CASA, e nem mesmo com o Juiz ou o Promotor de Justiça. Explicava-lhe a pesquisa e esclarecia que tudo que lhe fosse perguntado e as consequentes respostas não seriam “passadas” para mais ninguém, e seriam usadas somente para fins de pesquisa e que seu nome seria resguardado.

No caso de o adolescente se recusar à participação, o agente de segurança era avisado. Este vinha e o acompanhava novamente aos quartos da custódia, no espaço da UAI; no caso de o adolescente concordar em participar, em seguida, se lhe apresentava o Termo de Assentimento (**Anexo 4**), que podia ser lido pelo próprio ou que podia ser lido para ele, a depender de sua vontade. Assegurando-se do fato de o adolescente ter entendido que se tratava de uma pesquisa e sobre sua participação, solicitava-se, então, sua assinatura no Termo de Assentimento, dando-se prosseguimento à entrevista, com a aplicação dos instrumentos da pesquisa.

Vale ressaltar que, nessa ocasião, os adolescentes, em geral, já haviam recebido os cuidados iniciais na UAI, como banho e alimentação. Assim, era possível realizar a entrevista e aplicar os instrumentos junto aos que aceitavam participar da pesquisa em um local e em um momento mais propício. Isso se dava em uma sala fora do espaço da UAI, e posteriormente, aos procedimentos de apreensão policial e de detenção/custódia, considerando que a tal contexto e procedimentos quase sempre se ligam a emoções muito negativas. Desta forma, as entrevistas puderam ser realizadas de maneira mais adequada, resguardando

princípios éticos de respeito para com as pessoas pesquisadas, tendo em vista o cuidado de tentar não contribuir para o aumento do desconforto emocional e psicológico dos jovens.

No início da entrevista, o pesquisador dizia serem necessárias algumas informações iniciais para conhecer melhor o adolescente. Neste momento, eram feitas perguntas inerentes ao roteiro de caracterização sociodemográfica. Posteriormente, anunciava-se que lhe seriam feitas perguntas relativas à prática de delitos, explicando que poderia falar sobre delitos feitos, mesmo aqueles que a polícia não tivesse “pego”, reiterando-se o compromisso com o sigilo das informações. Assim, os atos infracionais previstos na Entrevista Estruturada de Delinquência Autorrevelada eram nomeados, um a um, questionando-se o adolescente sobre o fato de ele saber ou não o que significava cada delito. Em caso de dúvida, o pesquisador lia a descrição, tal qual se encontra no Quadro 1, retiradas do Código Penal. Após estar certo de que o adolescente havia compreendido o significado de todos os atos infracionais, dava-se início às perguntas previstas no roteiro, indagando-lhe sobre já ter se envolvido ou não em atividades que implicavam práticas das infrações nomeadas, uma a uma. Em caso de resposta afirmativa, era lhe perguntada a idade com a qual havia cometido tal infração, pela primeira vez, e quantas vezes havia praticado tal ação. As respostas dadas eram anotadas em papel impresso.

Terminada a Entrevista Estruturada de Delinquência Autorrevelada, dava-se início à aplicação do DUSI-R, por meio de entrevista. Primeiro se anunciava que a partir daquele momento seriam realizadas questões sobre o uso de substâncias – álcool e drogas – e que, diante de cada substância nomeada, seria perguntado sobre o uso na vida e se havia sido usada no último mês. Em caso afirmativo, era perguntado sobre a frequência do uso no último mês, conforme proposto no instrumento DUSI-R e, além disso, conforme o adiantado, sobre as quantidades de uso, realizando perguntas suplementares do tipo: “*Você lembra quantas vezes você fumou maconha no último mês?*”. Ademais, para cada substância investigada, em relação à qual o adolescente fornecia a informação de já tê-la consumido, outra pergunta suplementar era feita ao mesmo, referente à idade com qual teria começado a usar a substância.

Dando prosseguimento à aplicação do DUSI-R, à última parte da entrevista, as perguntas referentes aos Domínios preconizados no instrumento eram realizadas. Antes de iniciar a leitura dos itens, um a um, o pesquisador explicava que lhe faria perguntas e que suas respostas poderiam ser somente “sim” ou “não”.

Todas as respostas oferecidas ao DUSI-R pelos adolescentes, foram anotadas na folha de resposta relativa ao próprio instrumento, inclusive as dadas às duas questões suplementares, sendo estas anotadas ao lado das tabelas do formulário.

Finalizada a entrevista, o pesquisador agradecia a colaboração e perguntava se ele tinha alguma dúvida ou questão. Em seguida, sinalizava ao agente de segurança que o havia acompanhado até da “sala de atendimento”, para que ele fosse reconduzido às dependências da UAI.

As entrevistas realizadas desta forma levaram aproximadamente 25 minutos.

4.6 Procedimentos de análise dos dados

Todos os dados provenientes das entrevistas foram compilados diretamente em um banco de dados, gerado no programa SPSS 20.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*). Este banco foi organizando, estabelecendo-se a entrada dos dados de acordo com o seguinte ordenamento das variáveis: características sociodemográficas, idade, escolaridade, estado civil, coabitação, quantidade de mudança de residência, trabalho dos pais, constituição familiar, renda familiar, religião, outro familiar com problemas com justiça e drogas; atos infracionais, idade de cometimento, quantidade e variedade; uso de substâncias, uso na vida, frequência de uso no mês, quantidade de uso no mês (volume), variedade de substâncias utilizadas e idade da primeira vez do uso; e variáveis relativas a cada domínio do instrumento DUSI-R, sinalizado com siglas diferentes. Ao final, criou-se um espaço para a inserção da informação sobre as quantidades de respostas afirmativas de cada participante, de forma a poder calcular os índices propostos pelo instrumento. Reitera-se que, para os fins do presente estudo, somente as densidades absolutas de problemas associados foram calculadas.

Com os dados dos 120 adolescentes compilados, pôde-se proceder, inicialmente, às análises descritivas, utilizando frequências simples, porcentagens, médias e desvio-padrão, para caracterizar a amostra total, segundo as variáveis sociodemográficas definidas, os atos infracionais cometidos, quantidade de delitos cometidos, variedade de delitos cometidos, idade do cometimento de delitos, uso de substâncias, uso de substâncias na vida, frequência de uso no mês, volume do uso no último mês, idade de início do uso de substâncias e variedade de substâncias utilizadas simultaneamente. Neste momento, também se pôde calcular as densidades absolutas de problemas para cada Domínio do instrumento DUSI-R e,

com base nos pontos de corte propostos por De Michele e Formigoni (2000), indicar os padrões de uso a partir do Domínio I (b) do mesmo instrumento.

Na sequência, procedeu-se às análises de *clusters*. Conforme o já mencionado, análise de *Cluster* é um termo genérico usado para denominar um conjunto de técnicas estatísticas que busca revelar grupos em um conjunto de dados. Estas técnicas buscam sintetizar um grande conjunto de dados em diferentes agrupamentos, que poderão ser descritos em padrões de similaridades e de diferenças. Na maioria destas análises, o particionamento dos participantes é realizado de modo que cada um dos indivíduos pertença a um único *Cluster* e o conjunto completo deles contenha todos os indivíduos. Como explica Brian (2011, pág. 9): “[...] Análise de *Cluster* é essencialmente para descobrir grupos nos dados observáveis [...]”. Desta forma, esta abordagem estatística têm se apresentado como alternativa metodológica em busca da apreensão da complexidade da relação do uso de substâncias e outros comportamentos antissociais (Dembo et al., 2012; Mun et al., 2008; Sullivan et al., 2010).

O agrupamento ou a formação dos *Clusters* foi realizado por procedimentos estáticos após a escolha de critérios indicados, a priori, pelo pesquisador. No caso do presente estudo, o critério escolhido foi “nível de engajamento infracional”; para tanto, utilizou-se concomitantemente as seguintes variáveis: *idade de início do cometimento de delitos*, *diversidade de delitos cometidos* e *quantidade/volume de delitos cometidos*.

A *formação hierárquica* de *Clusters* foi escolhida. Esta técnica desconsidera os tipos de formação ou quantidade de *Clusters*, a priori. As medidas de distância para a formação dos agrupamentos foram as Euclidianas ao Quadrado, por ser esta a maneira mais simples e geralmente a mais aceita de se calcular distâncias entre objetos, em um espaço multidimensional. Esta medida é normalmente calculada a partir de dados brutos e não a partir de dados padronizados.

O método *Ward's* foi selecionado para proporcionar a composição dos grupos. Este se utiliza de uma análise de variância e, em geral, tem se mostrado bastante eficaz. A formação do *cluster* é avaliada por meio do cálculo da soma dos quadrados dos desvios em relação à média de um *cluster* (Brian, 2011). Após observar todas possíveis soluções de número de *clusters* de 2 a 5, optou-se por uma solução final, com três *clusters*. O critério para esta solução foi baseado nos coeficientes de aglomeração dos *Clusters*. Os pontos com maiores níveis de alterações na fusão dos mesmos indicaram as melhores soluções (Brian, 2011).

Assim, estabelecidos os três agrupamentos, observou-se em cada um deles a caracterização sociodemográfica, os padrões do uso de substâncias (no plano

comportamental), constituído por *idade de início do uso de substâncias*, *número de substâncias utilizadas simultaneamente* e *frequência do uso de substâncias*. Além disso, observaram-se em cada agrupamento os padrões de uso baseados nos pontos de corte sugeridos por DeMicheli e Formigoni (2000). Para observar as possíveis diferenças entre os agrupamentos no que se refere às características sociodemográficas, nas variáveis “idade”, “escolaridade” e “quantidade de pessoas coabitando” procedeu-se ao teste estatístico paramétrico de Análise de Variância (ANOVA) e em relação às outras variáveis procedeu-se ao teste do Qui-Quadrado. Posteriormente, também se observou se os agrupamentos se diferenciavam com significância estatística nas variáveis “idade de início do uso de substâncias”, “quantidade de substâncias utilizadas simultaneamente” e “frequência do uso de substâncias no último mês”. Para tanto, novamente, lançou-se mão do teste estatístico paramétrico de Análise de Variância (ANOVA). Para observar se os agrupamentos se diferenciaram com significância estatística em relação aos padrões do uso de substâncias (abstinentes, uso experimental e provável dependência) utilizou-se o teste do Qui-Quadrado. Por fim, para observar a existência ou não de diferenças externas, estatisticamente significativas, entre os subgrupos formados, em relação às médias dos escores obtidos por meio dos domínios do instrumento DUSI-R, Análises de Variância foram realizadas por meio da aplicação do teste de *Turkey HSD-pos hoc*, com o propósito de determinar se os grupos se diferenciavam em relação aos quesitos selecionados. Em geral, este teste é empregado quando não se assume, teoricamente, a existência de alguma diferença entre os grupos, sendo conservativo e assumindo a hipótese inicial de que as médias entre os grupos são iguais.

O limite do nível de significância considerado foi $p \leq 0,05$ para todas as análises inferenciais.

5 RESULTADOS

Inicia-se a apresentação dos resultados obtidos com os dados referentes aos comportamentos delituosos autorrevelados pelos participantes. A tabela 2 informa como a amostra total de participantes se caracteriza com relação às médias de idade por ocasião do primeiro comportamento delituoso manifesto revelado (idade de início), bem como com relação ao de número de delitos diferentes (diversidade) e à da frequência total de delitos já cometidos (volume).

Tabela 2. Médias e desvios padrão da idade de início da atividade delituosa, do número de delitos distintos já realizados e do volume de delitos na vida

	Idade do primeiro delito (idade de início - em anos)		Número de delitos distintos já realizados (diversidade)		Total de delitos cometidos (volume na vida)	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Amostra Total (n=120)	12,8	2,2	4,0	2,2	16,0	11,4

Na sequência, observaram-se as taxas de delitos autorrevelados por modalidade. Deve-se atentar para o fato de que as mesmas se referem aos adolescentes que revelaram o cometimento dos delitos codificados de acordo com o Código Penal brasileiro, ao menos uma vez na vida, independentemente do fato de terem sofrido intervenções policiais ou judiciárias. Denota-se que determinados delitos foram revelados por uma proporção bastante expressiva de adolescentes, tais como *direção sem habilitação* e *tráfico de drogas*. A tabela 3 sintetiza estes resultados.

Tabela 3. Frequência e porcentagem de adolescentes que revelaram ter cometido, pelo menos uma vez, cada comportamento delituoso investigado

Comportamento delituoso	Nº	%
Direção sem habilitação	94	78,3%
Tráfico de drogas	84	70%
Receptação	66	55%
Roubo	62	51,7%
Furto	52	43,3%
Porte de arma	44	36,7%
Ameaça	32	26,7%
Lesão corporal	25	20,8%
Rixa	20	16,7%
Dano	10	8,3%
Explosão	6	5%

A tabela 4, complementarmente às informações oferecidas na tabela 3, especifica a idade em que os adolescentes praticaram pela primeira vez cada tipo de delito investigado. Destaca-se que os comportamentos que envolvem violência de natureza interpessoal, como *rixa* e *lesão corporal*, nesta amostra, precederam, em termos de idade média, os prevalentes como *direção sem habilitação* e *tráfico de drogas*. O comportamento delituoso atinente a *roubo* foi, em média, o de início mais tardio.

Tabela 4. Médias e desvios padrão da idade em que realizou pela primeira vez cada comportamento delituoso

Delitos	Médias de idade da prática, pela primeira vez (DP)	Nº
Direção sem habilitação	13,3 (2,1)	90
Tráfico de drogas	13,61 (1,92)	86
Receptação	13,73 (1,62)	65
Roubo	14,88 (1,72)	62
Furto	13,34 (1,72)	52
Porte de arma	13,60 (2,80)	43
Ameaça	13,23 (2,40)	26
Lesão corporal	12,35 (3,32)	20
Rixa	12,93 (2,25)	15
Dano	13,00 (2,06)	9
Explosão	13,20 (2,48)	5

Após a caracterização dos adolescentes em relação aos comportamentos delituosos autorrevelados, foram observadas as taxas de uso de substâncias psicoativas na amostra total, no tocante às sete classes investigadas. Em um primeiro momento, observaram-se as porcentagens de uso na vida e depois de uso no último mês. Tais informações estão sumarizadas na tabela 5, a seguir. Destaca-se que as taxas mais altas são relativas à maconha e ao álcool, tanto na vida quanto no último mês. Sublinham-se os fatos que, na amostra total, 12 adolescentes, ou seja, 10% da amostra relataram nunca ter usado qualquer tipo de substância, e que 24 jovens, ou seja, 20% da amostra relataram não ter feito uso no último mês.

Tabela 5. Porcentagens de adolescentes que referiram uso na vida e uso no último mês das substâncias investigadas

Substância	Uso na vida (%) (n=108)	Uso no último mês (%) (n=96)
Maconha	84,1	70,8
Álcool	57,7	49,2
Tabaco	27,3	24,8
Inalantes/solventes	19,2	7,5
<i>Club Drugs</i>	18,3	7,5
Alucinógenos	17,5	2,5
Cocaína/crack	14,1	8,3

A tabela 6, a seguir, expõe as proporções quanto às frequências de uso de substâncias no último mês. As escalas relativas às frequências de uso são as propostas pelo Domínio I (a) da versão brasileira do DUSI-R. Ressalta-se que a maioria dos adolescentes que referiram uso de substância no último mês apresenta uso bastante frequente de maconha (mais de 20 vezes no último mês). Paralelamente, em relação ao álcool, apesar de o uso desta substância ser prevalente em meio aos adolescentes investigados, aqueles que referiram utilizá-lo, fá-lo-iam, em sua maioria, com menor frequência (de 3 a 9 vezes, no último mês).

Tabela 6. Porcentagem de adolescentes que referiram uso no último mês por categoria de frequência de uso de substância (n=96)

Substância	1 a 2 vezes	3 a 9 vezes	10 a 20 vezes	Mais de 20 vezes
Maconha	3,3	5,0	1,7	60,8
Álcool	1,7	45,0	2,5	0,8
Tabaco	0,0	1,7	0,8	20,0
<i>Club Drugs</i>	0,8	5,8	0,0	0,8
Inalantes/solventes	3,3	0,8	1,7	0,8
Alucinógenos	0,8	1,7	0,0	0,0
Cocaína/crack	1,7	1,7	1,7	3,3

Com intuito de observar o padrão de uso de substâncias na amostra (n=108), entendendo, neste caso, *padrão de uso* (no plano comportamental) como sendo um constructo aferido a partir dos parâmetros “idade de início do uso”, “frequência de uso no último mês” e “variedade de

substâncias distintas utilizadas simultaneamente”, foram obtidos os resultados sumarizados na tabela 7. Em média, os adolescentes revelaram ter iniciado o uso de substâncias em torno dos 12 anos de idade e utilizaram mais de uma substância distinta. A frequência de uso no último mês entre estes pode ser considerada alta, sendo, praticamente, de uso diário.

Tabela 7. Médias e desvios padrão da idade do início do uso de substâncias, número de substâncias distintas utilizadas simultaneamente e frequência do uso de substâncias no último mês

	Idade do início do uso de substâncias (em anos)		Número de substâncias usadas simultaneamente		Frequência de uso de substâncias (uso no último mês)	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Amostra (n=108)	12,0	2,9	1,5	1,1	32,8	27,7

A tabela 8 especifica as idades em que os adolescentes iniciaram o uso de cada classe de substância. Destaca-se que a idade de início do uso de maconha antecede o início do uso de praticamente todas as demais drogas, mesmo a do álcool, droga teoricamente mais acessível, por ser lícita.

Tabela 8. Médias e desvios padrão da idade de início do uso de cada substância (n=108)

Substância	Média (DP)	n
Maconha	12,4(1,96)	89
Álcool	13,6(2,08)	58
Tabaco	12,2(3,38)	22
“Club Drugs”	13,0(2,04)	11
Inalantes	13,1(2,36)	12
Cocaína/crack	13,2 (2,58)	16

Na tabela 9 são apresentados os resultados relativos às análises referentes ao *padrão do uso* de substâncias na amostra total, baseado, porém, nos pontos de corte utilizados no processo de validação do instrumento DUSI-R para uso com adolescentes brasileiros (De Micheli & Formigoni, 2002; De Micheli & Formigoni, 2000). Como se pode notar, uma grande proporção dos adolescentes participantes, aproximadamente um terço da amostra que revelou uso de alguma substância em algum momento da vida, não respondeu afirmativamente a qualquer das questões do Domínio I (b) do instrumento. Esta proporção, se

agregada àquela de adolescentes cujas respostas indicaram um “uso experimental”, representa a maior parte dos adolescentes usuários de substâncias. Uma parcela também importante de jovens ofereceu respostas indicativas de “Uso abusivo”, sendo a proporção destes, a maior, se considerada isoladamente.

Tabela 9. Porcentagem de adolescentes em cada padrão de uso de substâncias de acordo com o Domínio I (b) do instrumento DUSI-R (n= 120)

Padrão de uso	%	n
Ausência de respostas afirmativas	33,3%	40
Uso experimental	15%	18
Uso abusivo	36,7%	44
Provável dependência	15%	18

Na tabela 10, a seguir, ainda sobre o uso de substâncias entre os adolescentes que compõem a amostra total, observam-se as médias das densidades absolutas de dificuldades associadas ao uso de substâncias, segundo a pontuação alcançada a partir das respostas dos jovens às questões contidas nos Domínios do instrumento DUSI-R que representam áreas de problemas. Tem-se como resultado que as áreas que concentram os maiores índices de problemas foram as relacionadas aos “Pares” e à “Escola”. Os Domínios “Uso de álcool e outras drogas” e “Trabalho” apresentaram as menores densidades médias de problemas. Os domínios “Lazer e Recreação” e “Transtornos Psiquiátricos” apresentaram densidades médias elevadas, todavia, não estão entre os predominantes.

Tabela 10. Médias de pontos nos Domínios I (b) ao X do DUSI-R, relacionados a problemas associados ao uso de substâncias na amostra total (n=120)

Domínios	Nº	Média
1. Uso de álcool e outras drogas	119	23,1
2. Comportamentos	118	35
3. Saúde	117	35,9
4. Transtornos psiquiátricos	117	41,8
5. Competência social	117	34
6. Sistema familiar	115	32,1
7. Escola	115	49,9
8. Trabalho	114	22,2
9. Relação com pares	115	55
10. Lazer e recreação	114	45,9

Apresentam-se, agora, os resultados concernentes às análises de *clusters*, baseadas no método *Ward's*. Reitera-se que os critérios utilizados para a formação dos agrupamentos na amostra foram: idade de cometimento do primeiro delito (idade de início), o número de comportamentos delituosos distintos cometidos na vida (diversidade) e o número total de comportamentos delituosos na vida (volume). O número de *clusters* ou de agrupamentos escolhido, conforme o já mencionado, deu-se com base nos coeficientes de aglomeração. Os pontos com maiores níveis de alterações na fusão dos *Clusters* indicaram como melhor solução final a de três grupos. Desta forma, a tabela 11 sintetiza tais resultados. Nesta se observa a quantidade de adolescentes e os valores médios de cada variável empregada como critério, nos diferentes *clusters*.

Tabela 11. Médias e desvios padrão da idade do primeiro delito (idade de início), do número de delitos distintos cometidos na vida (diversidade) e total de delitos cometidos na vida (volume), por *cluster*

<i>Cluster</i>	n	%	Idade de início		Diversidade		Volume	
			Média	DP	Média	DP	Média	DP
I	43	35,8%	14,1	1,7	2,0	1,0	5,4	3,1
II	49	40,8%	12,3	1,9	4,1	1,1	15,5	2,9
III	28	23,3%	11,5	2,2	7,0	1,7	32,9	8,5

Ressalta-se que, tendo por base as indicações teóricas da área, sabe-se que o engajamento infracional é maior quanto mais precoce é a idade de início, maior a diversidade e o volume de delitos cometidos. Tem-se que os resultados exibidos na tabela 11 evidenciam que os três agrupamentos formados se diferenciam no nível de engajamento infracional: do primeiro ao terceiro *cluster*, há uma intensificação do engajamento infracional dos adolescentes. O *cluster* I apresenta a idade média de iniciação mais tardia, o menor índice de diversidade e de volume de delitos cometidos, em relação aos demais. Em contraposição, o *cluster* III, com menor número de adolescentes, engloba os indivíduos como nível de engajamento infracional maior, pois nele se tem a menor média em termos de idade de início de cometimento de delitos, ou seja, o indicador de maior precocidade, os maiores índices de diversidade e de volume total de delitos cometidos.

Ao considerar os três agrupamentos, procedeu-se à caracterização sociodemográfica dos mesmos, tendo em vista o objetivo de observar a existência ou não de diferenças entre eles. A tabela 12, a seguir, sintetiza tais dados. Como se observa, os agrupamentos não se

diferenciaram com significância estatística no quesito idade, embora o *cluster* III, descrito como aquele que engloba os participantes com o maior nível de engajamento infracional, ser o agrupamento que os participantes apresentam, em média, idade mais avançada. Em relação à escolaridade, também não houve diferença com significância estatística observada. No entanto, o *cluster* III apresenta um nível maior de defasagem escolar ao se comparar o dado de que a maior parte destes estava com mais de 16 anos e com escolaridade concentrada nas séries do Ensino Fundamental. Outro dado a chamar a atenção é o fato de o *cluster* III apresentar o maior número de adolescentes fora da escola no momento da apreensão e o maior número de adolescentes sem ocupação formal. Além disso, no quesito família, o *cluster* III apresenta o maior número de adolescentes com pais separados e outros familiares com problemas com a polícia e/ou drogas.

Tabela 12. Caracterização dos adolescentes em relação a variáveis sociodemográficas, por *cluster*

Variáveis Sociodemográficas		Cluster I		Cluster II		Cluster III		
Idade		Média	DP	Média	DP	Média	DP	F
		15,9	1,12	15,8	1,12	16,1	1,16	0,35 (n.s.)
		%	n	%	n	%	n	X ²
Estado civil	Solteiro	95,3	(41)	85,7	(42)	89,3	(25)	2,94 (n.s.)
	Casado/ União estável	4,3	(2)	14,3	(7)	10,7	(3)	
Religião	Sim	27,9	(12)	6,1	(3)	10,7	(3)	0,95*
	Não	72,1	(31)	93,9	(46)	89,3	(25)	
Estudando	Sim	30,2	(13)	26,5	(13)	25	(7)	0,27 (n.s.)
	Não	69,8	(30)	73,5	(36)	75	(21)	
Escolaridade (anos estudados no Ensino Fundamental)		Média	DP	Média	DP	Média	DP	F
		7,3	1,90	6,1	1,81	7,1	2,0	2,40 (n.s.)
		%	n	%	n	%	n	X ²
Trabalho	Sim	55,8	(24)	22,4	(11)	17,9	(5)	8,43 (n.s.)
	Não	41,9	(18)	77,6	(38)	82,1	(23)	
País Separados	Sim	79,7	(34)	83,7	(41)	85,7	(24)	0,59 (n.s.)
	Não	20,9	(9)	16,3	(8)	14,3	(4)	
Outro familiar com problemas com drogas ou polícia	Sim	32,6	(14)	40,8	(20)	53,6	(15)	6,88 (n.s.)
	Não	67,4	(29)	59,2	(29)	42,9	(12)	
								F
Quantidade pessoas coabitando	1 a 3	27,9	(12)	36,7		25	(7)	0,52 (n.s.)
	4 a 7	60,3	(26)	57,1		64,3	(18)	
	8 a 10	6,9	(3)	4,0	(2)	10,7	(3)	
	Mais de 10	4,6	(2)	2,0	(1)	0,0		
								X ²
Renda familiar	Até R\$500,00	16,3	(7)	18,4	(9)	17,9	(5)	7,35 (n.s.)
	De R\$500,00 a 1.500,00	65,1	(28)	77,6	(38)	71,4	(20)	
	R\$1.500,00 a 3.000,00	14	(6)	4,7	(2)	3,6	(1)	
	Mais de R\$3.000,00	4,6	(2)	0,0		0,0		
Já mudou de residência	Sim	62,8	(27)	65,3	(32)	85,7	(24)	4,75 (n.s.)
	Não	37,2	(16)	34,7	(17)	14,3	(4)	

n= Tamanho da amostra, p= significativo estatístico (n.s.: não significante; *p = ≤ 0,05; **p = ≤ 0,005 e ***p = ≤ 0,001)

Posteriormente, análises específicas concernindo o comportamento de uso de substâncias foram realizadas, tendo por base os agrupamentos. Em um primeiro momento, observaram-se o número e a porcentagem de adolescentes que referiram ter usado as substâncias investigadas no último mês, por agrupamento. Ressalta-se que os membros do *cluster* III, caracterizado pelo nível de engajamento infracional mais intenso, também é o que apresenta a maior porcentagem de adolescentes que referiram uso de substância no último mês, em todas as classes de substâncias investigadas. Contudo, observa-se também que os componentes do *cluster* II apresentam alta porcentagem do uso de maconha. Tais resultados encontram-se sintetizados na tabela 13.

Ressalta-se que o *cluster* I engloba todos os adolescentes que referiram jamais ter utilizado substâncias psicoativas na vida e a maioria daqueles que mencionaram não ter feito uso de drogas no último mês (62,5%). Nesta categoria, 20,8% dos restantes compõem o *cluster* II e 16,6% compõem o III.

Tabela 13. Número e porcentagem de adolescentes que usaram as substâncias investigadas no último mês, por *cluster*

Substâncias (uso no mês)	Cluster I (n=43)		Cluster II (n=49)		Cluster III (n=28)	
	n	%	n	%	n	%
Maconha	21	48,8	40	81,3	24	85,7
Álcool	13	30,2	27	55,1	18	64,2
Tabaco	3	6,9	14	28,5	12	42,8
Cocaína	4	9,3	2	4,0	4	14,2
“Club Drugs”	0	0,0	5	10,2	4	14,2
Inalantes/Solventes	3	6,9	5	10,2	3	10,7
Alucinógenos	1	2,3	1	4,0	2	7,1

Em um segundo momento, observou-se o “padrão do uso” de substâncias (no plano comportamental) em cada grupo formado, levando em conta as variáveis “idade de início do uso de substâncias”, o “número de substâncias utilizadas simultaneamente” e a “frequência de uso no último mês”. Adianta-se que os *clusters* se diferenciam em relação às variáveis que compõem este constructo. Os membros do *cluster* III, em média, apresentaram início de uso de substâncias em idades mais precoce, usando simultaneamente mais tipos distintos de substâncias e com maior frequência em comparação aos demais *clusters*.

Tabela 14. Médias e desvios padrão das idades do início do uso de substâncias, do número de substâncias distintas utilizadas simultaneamente e da frequência do uso de substâncias no último mês, por *cluster*

	<i>Cluster I (n=43)</i>		<i>Cluster II (n=49)</i>		<i>Cluster III (n=28)</i>		F
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	
Idade de início do uso de substâncias	12,1	4,4	12,5	1,9	11,2	1,9	3,19*
Número de substâncias usadas simultaneamente	1,0	0,9	1,7	1,1	2,2	1,2	12,9***
Frequência do uso de substâncias (uso no último mês)	18,0	21,8	37,6	26,3	48,2	29,7	13,9***

p= significativo estatístico (n.s.: não significante; *p = ≤ 0,05; **p = ≤ 0,005 e ***p = ≤ 0,001)

Em um terceiro momento, observou-se o *padrão de uso de substâncias* baseados nos pontos de corte proporcionados no Domínio I (b) do instrumento DUSI-R, nos *clusters*. Interessantemente, estes também se diferenciaram com significância estatística nestes quesitos. O *cluster III* apresenta a maior porcentagem de adolescentes a apresentar um padrão de uso, entendido como “dependente”. Mais da metade dos adolescentes do *cluster I* não respondeu afirmativamente a nenhuma questão do Domínio I (b), indicando possível ausência de problemas nesta área. Os *clusters II* e *III* apresentaram porcentagens bastante parecidas no padrão de uso compreendido como “Abusivo”.

Tabela 15. Porcentagem de adolescentes, por *cluster*, segundo os padrões de uso de substâncias aferidos a partir dos índices obtidos no Domínio I (b) do instrumento DUSI-R

Padrão de uso	%			X²
	<i>Cluster I</i> (n=43)	<i>Cluster II</i> (n=49)	<i>Cluster III</i> (n=28)	
Ausência de respostas afirmativas	53,4%	24,4%	17,8%	
Uso experimental	23,2%	12,2%	7,1%	24,28***
Uso abusivo	15%	46,9%	46,4%	
Provável dependência	4,6%	16,3%	32,4%	

p= significativo estatístico (n.s.: não significante; *p = ≤ 0,05; **p = ≤ 0,005 e ***p = ≤ 0,001)

A tabela 16 apresenta a comparação dos agrupamentos em função das dificuldades associadas ao uso de substâncias. Estas foram realizadas utilizando as análises de variâncias com o teste de *Turkey HSD-pos hoc*. Os testes *pós-hoc* de análise de variâncias, além de

possibilitar observar se os grupos se diferenciam e com qual significância estatística, em função de determinado quesito, também mostram, especificamente, quais grupos se diferenciaram. Reitera-se que as dificuldades associadas ao uso de substâncias foram mensuradas com base nos escores obtidos nos Domínios avaliados no DUSI-R, constituídos por um conjunto de indicadores de fatores de riscos, dificuldades e/ou problemas, associados ao uso de substâncias, que tornam tal comportamento mais problemático. No caso do presente estudo, a gravidade de problemas em cada uma das 10 diferentes dimensões foi estimada com base nas densidades absolutas obtidas para cada adolescente, transformadas, posteriormente, em médias e, desta forma, comparadas *cluster a cluster*.

Tabela 16. Densidade média de dificuldades associadas ao uso de substâncias, por *cluster*, segundo a avaliação feita a partir dos Domínios do DUSI-R

Domínios	Cluster I		Cluster II		Cluster III		F
	n	Média	n	Média	n	Média	
1. Uso de álcool e outras drogas	42	10,4	48	25,4	28	37,6	12,3*** ^{a,b}
2. Comportamentos	41	27,3	48	34,3	28	48,0	15,3*** ^{b,c}
3. Saúde	41	29,0	47	39,5	28	40,3	4,4* ^{a,c}
4. Transtornos psiquiátricos	41	33,2	47	43,7	28	51,6	10,4*** ^{a,c}
5. Competência social	41	29,9	47	35,8	28	36,7	1,7(n.s.)
6. Sistema familiar	41	27,1	45	33,2	28	38,0	2,3(n.s.)
7. Escola	41	43,0	45	49,7	28	62,1	9,7*** ^{b,c}
8. Trabalho	41	17,8	46	21,3	26	30,3	4,3* ^c
9. Relação com pares	41	43,7	45	58,0	28	66,8	14,8*** ^{a,c}
10. Lazer e recreação	41	35,5	44	48,8	28	55,4	7,9*** ^{a,c}

n= Tamanho da amostra, p= significativo estatístico (n.s.: não significativo; *p ≤ 0,05; **p ≤ 0,005 e ***p ≤ 0,001)

Nota: Comparações *Pós-Hoc* foram realizadas usando Turkey HSD

- a. Diferenças significativas entre *cluster I* e *cluster II*.
- b. Diferenças significativas entre *cluster II* e *cluster III*.
- c. Diferenças significativas entre *cluster III* e *cluster I*.

Observa-se que os adolescentes que formaram o *cluster III* apresentam as maiores médias em todos os Domínios do instrumento DUSI-R, ou seja, apresentam, em média, as maiores densidades de dificuldades, nas diferentes áreas associadas ao uso de substâncias, além de ser o grupo com o maior nível engajamento infracional e o padrão de uso de substâncias mais severo, no plano comportamental.

Em relação às diferenças estatisticamente significativas, observa-se que no primeiro Domínio *Uso de Álcool e outras drogas* o qual mensura as consequências pessoais do comportamento de uso, os grupos se diferenciaram entre si, especificamente o *cluster I* se diferenciou do *cluster II*, e o II do III. Não se notou, porém, diferenças significativas em relação ao III e ao I. Os grupos também apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre si no plano dos indicadores do segundo Domínio, denominado

Comportamentos. Neste, contudo, não se verificou diferenças significativas entre os *clusters* I e II. O mesmo se observou com relação ao Domínio *Escola*. Também foram percebidas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos em relação aos Domínios: *Saúde*, *Transtornos Psiquiátricos*, *Relação com os pares*, *Lazer e Recreação*. Nestes, porém, não se observou diferenças significativas entre os *clusters* II e III. No Domínio *Trabalho* também se constatou diferenças significativas entre os grupos, notando-se, entretanto, que o *cluster* I não se diferenciou do II e este, por sua vez, não se diferenciou do III.

Ressalta-se, todavia, que os grupos formados se diferenciaram significativamente em grande parte dos Domínios propostos pelo instrumento DUSI-R, indicando que além de diferenças nos quesitos “nível de engajamento infracional” e “padrão do uso de substâncias”, estes também apresentam níveis de problemas associados diferenciados. Somente os Domínios *Competência Social* e *Família* não diferenciaram significativamente os grupos entre si. A figura 1 ilustra tais diferenças.

Élvio, há erro no primeiro cluster. Você grafou cluter. Eu não consegui acertar...

Figura 1. Comparação das médias das dificuldades associadas ao uso de substâncias entre os *clusters*

6 DISCUSSÃO

Este estudo objetivou caracterizar uma amostra constituída por 120 adolescentes custodiados devido ao cometimento de atos infracionais, no tocante aos comportamentos delituosos e de uso de substâncias psicoativas autorrevelados. Buscou verificar a existência de agrupamentos diferenciados, em função destas variáveis, tendo em vista a importância de denotar a heterogeneidade da amostra no tocante às problemáticas em foco e as relações entre elas.

Em uma primeira instância, ao focalizar as variáveis de caracterização sociodemográfica, observamos que a média de idade dos participantes da presente pesquisa foi de 16 anos. Tal dado corrobora o de outras pesquisas realizadas em âmbito nacional com adolescentes que cometeram infrações (CNJ, 2012; Ferigolo et al., 2004; Komatsu, 2014; Martins & Pillon, 2008), as quais também indicam uma idade média em torno dos 16 anos nas amostras estudadas. Esta idade remete à segunda metade da adolescência e pode refletir, mais do que uma característica do fenômeno delinquência juvenil em si, que a atuação policial focaliza mais intensamente os indivíduos desta faixa etária, estando, portanto, mais representados no sistema. Ademais, considerando que em todos estes estudos, assim como no presente, trabalhou-se com jovens que se encontravam sob custódia, pode-se pensar que a atuação das agências de controle, mediante adolescentes mais velhos, tenda a ser mais repressiva, o que, talvez, explique a concentração na faixa etária em questão, sobretudo ao se considerar os valores pequenos de desvio padrão ($DP=1,12$).

No presente estudo, os que se encontravam em custódia inicial, a qual é, geralmente, aplicada a adolescentes reincidentes ou que cometeram delitos considerados graves, do ponto jurídico. Em outros estudos revisados (CNJ, 2012; Ferigolo et al., 2004; Komatsu, 2014; Martins & Pillon, 2008), os jovens estavam cumprindo medidas socioeducativas em regime de internação ou de liberdade assistida, geralmente direcionadas àqueles com as mesmas características dos da presente pesquisa. Neste sentido, é interessante lembrar que mais da metade da amostra investigada (55,8%) tinha histórico de delitos anteriores, com passagem pela delegacia de polícia ao menos outra vez.

Seguindo a descrição das características sociodemográficas dos adolescentes, tem-se o dado de que a maioria se disse solteiro (90%). Este é um dado esperado e reflete as características da maior parte dos jovens da população brasileira, na mesma faixa etária (disponível em <http://www.ibge.gov.br/>, acesso 22/07/2015). A maioria deles ainda não se

relaciona com parceiras de maneira conjugal ou até mesmo de maneira estável, especialmente aqueles na média de idade encontrada neste estudo. Além disso, os levantamentos populacionais indicam que as pessoas da população brasileira tem se relacionado conjugalmente cada vez mais tarde no Brasil (disponível em <http://www.ibge.gov.br/>, acesso 22/07/2015).

A maioria deles também indicou não professar qualquer tipo de religião (85%). Esta não é uma variável comumente investigada em estudos com infratores. No presente estudo, decidiu-se por indagar aos adolescentes sobre o fato de “participar ou não de qualquer religião”, por considerar que a adesão a uma religião pode funcionar como fator protetivo ao engajamento infracional, à medida que propicia aos mesmos a inserção em um ambiente, geralmente, supervisionado por adultos que apresentam e veiculam valores pró-sociais, estimulando atividades sociais e culturais que limitam tempo ocioso (Le Blanc, 2004). Nesta perspectiva, a maior parte dos participantes desta pesquisa encontrar-se-ia desprovida deste fator de proteção específico.

Ainda focalizando variáveis de caracterização sociodemográfica, um aspecto a chamar a atenção é o fato de a grande maioria dos estudados nesta amostra estarem fora do ambiente escolar, no momento da apreensão. Ou seja, 72,5% referiram não estar estudando, ainda que a média de idade dos mesmos fosse 16 anos e, pela legislação brasileira atual (Emenda Constitucional 59) os mesmos deveriam estar frequentando a escola regularmente. Este dado é particularmente importante, pois reflete um aspecto de vulnerabilidade, bastante comum aos infratores. Oliveira e Assis (1999) já denunciavam, no final dos anos 90, o visível afastamento do ambiente escolar por parte dos adolescentes infratores, além do fato de uma parcela significativa destes serem analfabetos.

Alguns estudos nacionais mais recentes, com adolescentes em conflito com a lei, também encontraram taxas elevadas de evasão escolar, embora mais baixas que as observadas no presente estudo. Martins e Pillon (2008), em investigação realizada na região de Ribeirão Preto, mostraram que metade dos adolescentes de sua amostra, infratores submetidos à medida de internação, não frequentava a escola no momento do delito. Em levantamento realizado pelo CNJ (2012), com amostra representativa da população de jovens em conflito com a lei, encontrou-se que um pouco mais da metade dos adolescentes internados (57%) não estava estudando no momento da apreensão.

É possível que a diferença na taxa encontrada no presente estudo e a dos outros mencionados se deva a variações não controladas nas características das amostras investigadas. No estudo de Martins e Pillon (2008), há a indicação que se trata de

adolescentes recrutados em ambiente de internação, destinado majoritariamente a “adolescentes primários”. No presente estudo, mais da metade deles (55,8%) era de “reincidentes”, ou seja, já tinha passado por delegacias de polícia outras vezes, pelo cometimento de outros atos infracionais. Tal fator pode refletir que aqui se lida com uma amostra apresentando uma problemática mais significativa, tendo, portanto, uma dificuldade de frequência escolar mais intensa, inclusive em decorrência de processos negativos de rotulação, que tendem a impactar negativamente as interações desses adolescentes no ambiente escolar.

Em relação ao levantamento realizado pelo CNJ (2012), é possível que a variação da porcentagem de adolescentes fora da escola se deva às diferenças regionais no tocante à qualidade dos sistemas educacionais, por ser de melhor qualidade a educação, em algumas localidades, e apresentar maior capacidade de lidar com adolescentes com dificuldades de aprendizagem e comportamentais, tais quais as apresentadas pelos envolvidos na prática de delitos.

Os dados da presente amostra são mais condizentes com os de outro estudo brasileiro, cujo objetivo era verificar as características de saúde mental em uma amostra de 69 adolescentes, do sexo masculino, submetidos à medida socioeducativa em regime de internação (Dória et al., 2015). Neste, os autores observaram resultados correspondentes aos encontrados aqui, quando 74% deles referiram estar fora da escola no momento da apreensão.

De todo modo, taxas entre 50% e 70% tornam claro o fato do importante distanciamento escolar que, geralmente, caracteriza estes adolescentes, devendo-se cogitar algumas das razões para tal distanciamento. Na esteira dos resultados encontrados, uma das possibilidades refere-se à defasagem escolar. Os dados da presente pesquisa indicam, à parte a evasão escolar, a existência de defasagem idade-série de cerca de 3 anos, já que o nível de escolaridade dos adolescentes se concentrou, para a maioria, no Ensino Fundamental, quando, em função da média de idade, eles deveriam estar preponderantemente no Ensino Médio. Este aspecto denota, em alguma medida, a existência de dificuldades escolares que antecedem ao afastamento e, consequente, evasão escolar. Cumpre frisar que a defasagem idade-série escolar parece ser uma característica bastante comum em meio aos jovens em conflito com a lei brasileira: eles, geralmente, não completam a formação básica escolar e não ingressam no Ensino Médio. Os dados de Martins e Pillon (2008), do levantamento do CNJ (2012), são muito similares neste ponto, assim como o de Dória et al. (2015), no qual se observou que somente 14% dos infratores investigados estavam em séries correspondentes ao Ensino Médio.

Nos estudos internacionais revisados, no tocante à evasão escolar, observa-se a mesma tendência, ou seja, nesses demonstra-se que, em geral, mais da metade dos infratores investigados não se encontrava estudando no momento em que foram apreendidos por cometimento de delitos, com prevalências variando de 56% a 85% (Kinner et al., 2014; Kohler et al., 2009; Robertson et al., 2004). No entanto, no tocante à defasagem idade-série, interessante, apesar de a maioria estar fora da escola, esta seria menos importante que aquela geralmente observada no Brasil. No estudo realizado por Teplin et al. (2002), com adolescentes infratores norte-americanos, a maioria (56%) estava nas séries correspondentes às suas idades. No estudo australiano de Kinner et al. (2014), 74% deles também apresentavam correspondência idade-série escolar.

No Brasil, observa-se, ao longo dos anos, o aumento na escolaridade dos adolescentes infratores, apesar da defasagem ainda marcante (Toledo, 2006). Este fato, talvez, reflita um fenômeno social mais amplo, relativo ao aumento da escolaridade da população em geral, e também indique que ter ingressado e ter frequentado a escola por alguns anos e, até mesmo, avançado em anos escolares, per si, não funciona como um fator de proteção, se a integração do jovem neste ambiente não for efetiva e propiciar as devidas aprendizagens, não só de conteúdos escolares, mas também as sociais (Bazon, Silva, & Ferrari, 2013).

A evasão escolar, todavia, independentemente da (in)existência de uma defasagem idade-série, é indubitavelmente um fator de risco significativo para a delinquência, pois o afastamento da escola parece, segundo outros estudos, configurar-se em um importante momento de início ou de exacerbação na manifestação de comportamentos antissociais. Isto porque aumenta as condições de vulnerabilidade para determinados adolescentes, e amplia o tempo ocioso e a participação em atividades não supervisionadas, eventualmente, sob a influência de modelos criminalizados (Bazon, Silva, & Ferrari, 2013). Além disso, por estarem fora da escola, estes jovens tornam-se objeto de maior ou mais intensa vigilância policial, o que aumenta a probabilidade de serem apreendidos e considerados infratores da lei, transformando-se, por sua vez, em mais um obstáculo para voltar à vida escolar (Bazon, et al., 2013).

É importante sublinhar que o frágil vínculo escolar pode ser considerado fator de risco tanto para o comportamento delituoso, quanto para o de uso de substâncias psicoativas (Bernat et al., 2011; Gagnon et al., 2011; Hemphill et al., 2011; Hicks et al., 2010), porque, nessa situação, as expectativas em relação aos estudos tornam-se prejudicadas e, sequencialmente, o compromisso ou o respeito com relação aos valores institucionais se dissolvem. Além disso, os adolescentes fragilmente vinculados à escola geralmente

experimentam situações estressantes no contexto escolar, ligadas, por exemplo, aos relacionamentos com os professores e com os pares, que tendem a ser conflituosos, e mais suscetíveis às punições.

Como uma temática paralela à escolarização, investigou-se também, no presente estudo, se os adolescentes tinham um trabalho anteriormente à apreensão policial, e a maioria (70,8%) referiu que não. Tal dado é compatível com aquele referente à população de adolescentes brasileiros, e o IBGE (2012) aponta que as porcentagens de jovens inseridos no mercado formal de trabalho aumentam significativamente a partir dos 18 anos de idade (disponível em <http://www.ibge.gov.br/>, acesso 22/07/2015). Assim, aos 16 anos de idade (média observada nesta pesquisa), estes jovens se encontram em uma faixa de difícil inserção, talvez devido às características do próprio mercado de trabalho. Ademais, é possível que para eles, tal inserção represente um desafio ainda maior, dada a precária capacitação que apresentam, tendo em vista a defasagem idade-série escolar que os caracteriza. Neste contexto, a evasão escolar representa um fator de risco ainda mais importante, pois se depreende que os investigados se encontravam com uma rotina desestruturada, caracterizada por tempo ocioso, muitas vezes gasto com pares de idade, sem a supervisão de adultos, o que também se constitui em fator de risco para a delinquência juvenil (Le Blanc, 2008).

Ainda no tocante às características sociodemográficas, outro dado que chama a atenção é o indicador de que a quase totalidade das famílias dos adolescentes podem ser consideradas desconstituídas, tendo os pais/genitores se separado (82,5%). Esta peculiaridade parece ser comum, aparecendo em diversos estudos com essa população. Dória et al. (2015), por exemplo, encontraram que mais da metade das famílias dos adolescentes em conflito com a lei que estudou era de pais separados, e 71% destes moravam apenas com a mãe. Segundo Le Blanc (2004), a desconstituição familiar (com a separação dos genitores) é um fator de risco quando é precedida por muitos conflitos, que impactam de maneira negativa a formação e o desenvolvimento de vínculos familiares harmoniosos. A frágil vinculação familiar, tendo por base pouco apego e pouco tempo compartilhado entre os membros da família, influencia diretamente a qualidade das práticas educativas e de socialização dos filhos neste contexto, propiciando uma baixa receptividade dos mesmos às regras familiares e à supervisão pelos adultos. Além do mais, os conflitos familiares podem expor os adolescentes a modelos negativos, o que também influencia o desenvolvimento das condutas antissociais.

Ademais, em uma parte das vezes, as famílias desconstituídas transformam-se em famílias monoparentais, com um único adulto provedor e educador, e, na maior parte das vezes, representada pela figura materna. Sabe-se que esta condição pode impactar na qualidade

das relações no interior família, devido à sobrecarga que tal situação impõe ao responsável. (Murray et al., 2010). Neste contexto, não raro, observa-se uma supervisão dos filhos inoperante, especialmente dos filhos adolescentes, a inadequada disciplina, seja muito punitiva, seja muito premissiva, com o estabelecimento de regras inconsistentes, juntamente com um baixo apoio emocional oferecido a eles, o que se constitui em fator de risco tanto para a delinquência, quanto para o uso de substâncias (Gagnon, et al., 2011; Hong et al., 2011; Latimer & Zur, 2010). Embora este dado não tenha sido especificamente investigado na presente pesquisa, é provável que reporte a uma parcela dos jovens estudados.

Nesse panorama familiar, acrescenta-se ainda, para alguns adolescentes, o fato de eles terem na família mais alguém apresentando “problemas com drogas e/ou com a polícia” (41,6%), incrementando as fontes de estresse que perpassam as relações nesse contexto. Além de que, tal característica indica ainda que alguns estão diretamente expostos a modelos de comportamentos divergentes no interior da própria família. Este dado parece se repetir em outros estudos nacionais que observaram esta variável em específico (Carvalho & Gomide, 2005; Zappe & Dias, 2012). Novamente, Dória et al. (2015) observaram que 40,6% dos pais de 69 custodiados pela prática de infrações apresentavam problemas relacionados à dependência de substâncias e outros transtornos psiquiátricos.

Com relação à renda familiar, observou-se, no presente estudo, que a grande maioria dos adolescentes (71,7%) referiu pertencer a famílias cuja renda seria de no máximo 1.500 reais ao mês (R\$1.500,00/mês). Usando como parâmetro as faixas do Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2008), pode-se dizer que pertenceriam majoritariamente à classe C2, na qual um quarto da população brasileira está inserida. Assim, grosso modo, os adolescentes não são exatamente dos extratos mais vulneráveis (D e E). Contudo, é preciso ponderar sobre a relação entre a renda familiar e o número de pessoas coabitando para efetivamente aferir a vulnerabilidade socioeconômica da família. No caso do presente estudo, observou-se que 60% dos adolescentes referiram viver em famílias constituídas por 4 a 7 pessoas, o que concorre para uma renda per capita mensal relativamente baixa. Estes dados vão ao encontro daqueles de estudos que indicam a importância dos fatores de risco para os comportamentos considerados problemáticos, ou seja, viver em condições socioeconômicas desfavoráveis e em uma família numerosa (Farrington, 2008). Na realidade, os pesquisadores desta área específica informam que tais fatores de risco, relativos a uma desvantagem social, operam indiretamente para o aumento da probabilidade de comportamentos disruptivos, na infância e na adolescência. Isto porque geram estresse que podem impactar a vinculação familiar, e , de algum modo, restringem as possibilidades de

escolhas quanto aos contextos sociais e comunitários nos quais a família se insere e busca respostas às suas necessidades (Le Blanc, 2008).

Nesse contexto de vulnerabilidade socioeconômico, sabe-se que mudar de residência, em busca de moradias menos onerosas é frequente. Tal característica também parece se fazer significativamente presente na amostra estudada, uma vez que 69,2% dos adolescentes referiram já ter mudado de casa. Não se vincular de maneira duradoura a algum ambiente sociocomunitário pode dificultar o estabelecimento de uma rede de apoio, que poderia oferecer ajuda de diversas ordens, além de agir como controle social informal para o comportamento social, oferecendo importantes regras de conduta à família e aos adolescentes, além de operar certo grau de vigilância (Le Blanc 2008).

Focalizando, agora, os resultados propriamente ditos, similares àqueles relativos às características dos adolescentes da amostra como um todo, no que se refere aos comportamentos delituosos revelados, destaca-se o fato de a maior parte ter referido a participação em uma quantidade maior e mais diversificada de atividades delituosas, para além do delito oficial em função do qual se encontravam sob custódia, no momento da pesquisa. Os adolescentes revelaram, em média, ter praticado cerca de 16 delitos na vida, de quatro modalidades diferentes, tendo iniciado sua participação em atividades delituosas aos 12,8 anos, em média. Este dado corrobora apontamentos da literatura sobre a constante diferença verificada entre os dados oficiais referentes ao comportamento infracional dos adolescentes e os obtidos por meio dos métodos de autorrevelação, geralmente, indicando a participação dos jovens em uma quantidade maior e mais diversificadas de delitos, iniciada mais cedo (Farrington, 2001; Le Blanc, 2002; Loeber et al., 2013).

É importante frisar que a maior parte dos pesquisados revelou participar de atividades delituosas que remetem a atos infracionais considerados não violentos, como “direção sem habilitação” e “tráfico de drogas”. Dirigir sem habilitação é um comportamento muito comum entre os adolescentes da amostra, revelado por 78,3% deles. Tal comportamento não é incomum entre adolescentes da população geral. Komatsu e Bazon (2015), observando uma amostra de 133 adolescentes estudantes de escolas públicas, também na cidade de Ribeirão Preto - SP, obtiveram como resultado que “dirigir sem habilitação” encontrava-se entre os comportamentos mais frequentes (34%), atrás apenas de “consumir álcool” (67%) e “cabular aula” (52%).

Quanto ao tráfico de drogas, delito revelado por 70% dos investigados, embora seja um ato que, em si, não implica violência interpessoal, quando comparado aos 7% da amostra da população estudada por Komatsu e Bazon (2015), parece remeter a uma atividade mais

específica aos adolescentes judicializados, denotando diferenças no tocante ao um estilo de vida divergente. Diferente do comportamento de dirigir um veículo automotor, sem a devida habilitação, que pode ocorrer mesmo entre adolescentes que agem sem a clara intenção de violar a lei, a venda de drogas ilícitas requer que o jovem tenha, no mínimo, contato com pessoas criminalizadas, eventualmente conectadas a redes criminosas mais organizadas, que lhe forneçam a droga para a venda, além de que ele tenha se organizado em alguma organização (mesmo que rudimentar) para implementar tal atividade no contexto da sua rotina.

Komatsu (2014), ao estudar uma amostra de 60 adolescentes judicializados, por meio do método da delinquência autorrevelada, encontrou que o delito de “tráfico de drogas” seria prevalente a todos, obtendo uma taxa equivalente à do presente estudo (72%), e confirma, portanto, ser esta atividade delituosa muito comum em meio aos infratores.

Os dados oferecidos pelo CNJ, no ano de 2012, mostraram ser o “tráfico de drogas” o segundo delito mais praticado, no Brasil, pelos adolescentes judicializados (24%), atrás somente do ato infracional “roubo” (36%). No Sudeste, o roubo também ocupa o primeiro lugar, seguido pelo tráfico de drogas; no entanto as diferenças estatísticas entre estes dois tipos de delitos (40% e 32% respectivamente) são menores nesta região, em comparação às outras regiões do Brasil. Os dados do relatório do “Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei” indicam uma crescente participação dos adolescentes em conflito com a lei neste tipo de delito, mostrando um aumento ano a ano nas porcentagens (SDH, 2013).

No que respeita ao roubo, na presente pesquisa, esse foi apenas a quarta modalidade mais revelada na amostra (51%). As diferenças no ranque dos delitos devem-se, provavelmente, ao fato de ora lidar-se com dados oficiais, ora com dados autorrevelados. É possível que as diferentes instâncias de controle social reajam de modo mais rigoroso frente ao “roubo”, por ser este um ato que repercuta mais na sociedade, por ser cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. Assim, tal delito, provavelmente, suscite uma resposta policial e judiciária mais severa, com a aplicação de medidas mais restritivas de liberdade, especialmente a internação. Isto talvez, explique os dados do levantamento realizado pelo CNJ, no qual o roubo é indicado como a infração prevalente entre os adolescentes, tendo em vista que neste levantamento se focalizou, tão somente, aqueles que se encontravam internados.

Estudos internacionais com adolescentes custodiados pela prática de infrações revelam, em geral, que os delitos de natureza aquisitiva, como roubo e furto, são prevalentes

nesses outros contextos, que os relacionados às drogas ilícitas (Kinner, et al., 2014; Robertson, et al., 2004; Sedlak & McPherson, 2010; Teplin et al., 2002). Pode ser que tal dado, por referir-se a estatísticas oficiais, também revele mais propriamente características das agências de controle dos países destes estudos. No entanto, pode ser que haja diferenças sociológicas, entre uma sociedade e outra, que afetam os padrões específicos de comportamentos delituosos dos jovens. Tal ponto requer estudos mais aprofundados, transculturais.

Com relação à idade de início da participação dos adolescentes em atividades delituosas, segundo os dados revelados, no presente estudo, a mesma estaria situada no início da própria adolescência, entre os 12 e os 13 anos de idade. Comparando este resultado com o de outros estudos, como o realizado por Komatsu e Bazon (2015), com jovens da população, chama a atenção o fato de os participantes da presente pesquisa terem iniciado a prática de delitos mais tardiamente, com implicações, no entanto, em uma quantidade maior e mais diversificada de delitos. No estudo citado, os pesquisados teriam se envolvido em delitos por volta dos 11 anos de idade, mas teriam revelado, conforme o esperado, uma média menor de delitos totais e também de variedade, sendo esta, respectivamente de quatro delitos na vida, de três modalidades diferentes. Já no estudo de Komatsu (2014), com 60 adolescentes judicializados, a idade de início revelada pelos jovens foi ainda mais precoce (por volta dos 10 anos de idade), embora, no tocante ao volume total (11,2) e à diversidade de delitos (5,9) não se verifique tanta discrepância com os dados da presente amostra, conforme o esperado.

As diferenças no tocante à idade de início da atividade delituosa autorrevelada entre os aqui estudados e os dos dois estudos citados, um relativo à população e o outro também relativo a adolescentes judicializados, podem ocorrer em face às especificidades dos métodos de coleta de dados utilizados. No presente estudo, empregou-se, conforme o mencionado, uma entrevista estruturada de delinquência autorrevelada baseada na menção às infrações propriamente ditas, denominadas e referidas de acordo com as leis em vigência. Nos estudos mencionados, a coleta de dados deu-se por meio da aplicação de um questionário no qual as questões formuladas faziam menção aos comportamentos de violação da lei, de uma forma descritiva, sem referência direta às infrações representadas. Assim, é possível, que esta abordagem indireta, inerente ao instrumento empregado por Komatsu e Bazon (2015) e por Komatsu (2014), seja mais eficiente para apreender de forma mais precisa a idade de início da implicação de adolescentes em atividades divergentes.

De todo modo, as idades médias de início do cometimento de delitos pelos adolescentes brasileiros, sejam oriundos de amostras da população, sejam de amostras de

adolescentes judicializados, quando aferidas pelo método de autorrevelação, são significativamente diferentes daquelas aferidas a partir dos dados oficiais. Conforme se verifica em alguns dos estudos nacionais, os dados oficiais informam que a idade média de cometimento de delitos que concorre para que os adolescentes sejam apreendidos e ingressem no sistema de justiça gira em torno de 16 e 17 anos (Ferigolo et al., 2004; Martins & Pillon, 2008).

Estudos internacionais que também trabalham com a abordagem da delinquência autorrevelada indicam que a atividade delituosa, para a massa dos adolescentes da população, tem início e atinge seu pico em idades que compõem a segunda metade da adolescência, a partir dos 14 anos de idade. Estes também indicam que, no plano individual, quanto mais precoce for o início da participação em atividades delituosas, maior a probabilidade de a trajetória da conduta ser distintiva, ou seja, tornar-se persistente (Farrington, 2001; Le Blanc, 2002; Loeber et al., 2013).

As diferenças entre as idades médias de início da atividade delituosa autorrevelada, especialmente por adolescentes da população, no Brasil e em outros contextos socioculturais, merece novas e mais aprofundadas pesquisas visando à sua comprovação e explicação. Acredita-se que o fato de a média de idade de início da atividade delituosa no Brasil ser tão baixa, por si só, não garante a estabilidade do comportamento no tempo para uma parcela dos adolescentes.

Em relação às idades médias de início de manifestação de cada delito em específico, chama a atenção que *rixa* e *lesão corporal*, caracterizados pelo fato de envolverem algum nível de violência interpessoal, precederam aos demais delitos, incluindo todos aqueles de baixo potencial ofensivo, tais como *direção sem habilitação*, *furto*, *dano*, bem como o *tráfico de drogas*. Tal dado destoa daquele sublinhado em estudos realizados em outros contextos socioculturais, a respeito do fenômeno da escalada de gravidade nos delitos, associada à idade (Farrington, 2001; Le Blanc, 2002; Loeber et al., 2013). É possível que no contexto nacional, as atividades e os comportamentos inerentes aos delitos de *rixa* e de *lesão corporal* remetam mais propriamente a determinados cenários relacionados à escola e ao lazer, no tempo livre, nos quais os jovens adolescentes se veem sozinhos, tendo que negociar conflitos e regular as emoções em desavenças e disputas típicas da idade. Pode-se, assim, aventar que, embora constituam delitos, tais comportamentos envolvendo algum grau de violência, remetam mais às problemáticas do início da adolescência que a atividades de natureza criminal.

Nessa linha raciocínio, tem-se o dado sobre a idade média de início de manifestação do roubo, para aqueles que revelaram tê-lo praticado, sendo esta a mais avançada das idades

(14,9 anos). As atividades e os comportamentos inerentes à prática do roubo são, sem sombra de dúvidas, aquelas que melhor se caracterizam pela apresentação de violência interpessoal, atreladas a um cenário criminal, em comparação a todos os outros delitos investigados na presente pesquisa, tendo tal atividade aparecido mais tardiamente, fato que melhor se alinha ao mencionado na literatura internacional. De todo modo, estudos sobre a escalada de gravidade na delinquência juvenil, no contexto brasileiro, necessitam ser realizados.

Focalizando, agora, a amostra como um todo, no que respeita ao seu comportamento relativo ao uso de substâncias psicoativas, é preciso frisar, em primeiro lugar, que no presente estudo, 12 adolescentes estudados (10% da amostra) indicaram jamais ter feito uso de qualquer substância. Tal dado, *per si*, põe em questão qualquer suposição sobre a existência de uma relação de causa e efeito droga-crime, tal qual parece circular no senso comum.

De todo modo, obteve-se que a grande maioria dos pesquisados revelou já ter feito uso de alguma substância psicoativa na vida, ou seja, 84% deles referiram ter usado uma ou outra das substâncias investigadas, na vida. Este dado corrobora a literatura nacional e internacional sobre o fato de as prevalências em meio a infratores serem sempre bastante altas (Braverman et al., 2011; Chassin, 2008; Kinner, et al., 2014; Robertson, et al., 2004; Sedlak & McPherson, 2010), sobretudo se comparadas às obtidas junto a amostras da população, as quais giram em torno de 3% e 45%, sondando-se, por vezes, separadamente ou conjuntamente, o uso de substâncias lícitas e ilícitas (Sedlak & McPherson, 2010; Carlini et al., 2010; Madruga et al., 2012).

Destaca-se o fato de as substâncias de uso prevalente na amostra ser, primeiramente, a maconha e, depois, o álcool. A maconha, além de ser a substância usada pelo maior número de adolescentes (84%) é também aquela de uso mais frequente, e parte importante dos adolescentes (60,8%) referiu fazer uso desta substância mais de 20 vezes no mês. Primeiramente, em relação à prevalência de adolescentes que referiram fazer uso de maconha, a proporção encontrada no presente estudo se assemelhou àquelas encontradas em muitos estudos desenvolvidos, em diversas partes do mundo, nos quais também se verifica porcentagens, variando entre 70% e 87%, em amostras de adolescentes infratores (Copur et al., 2005; Kohler, et al., 2009; Robertson, et al., 2004; Sedlak & McPherson, 2010; Teplin, et al., 2002; Zhou et al., 2014). Os resultados vão ao encontro dos estudos nacionais com adolescentes em conflito com a lei. Andrade et al. (2011) encontraram que a droga ilícita mais utilizada por jovens em medida de liberdade assistida foi a maconha (89%), seguida da cocaína (35%), inalantes (21%). Na mesma direção, o levantamento realizado pelo CNJ (2012) evidenciou ser a maconha a substância utilizada pela maior parte dos adolescentes em

medida de internação, em todo o Brasil (89%). O álcool foi referido por 57% dos adolescentes neste estudo.

Em relação à frequência do uso de maconha, os dados obtidos com o presente estudo são condizentes com os de diversos estudos internacionais como o de Kinner et al. (2014). Estes autores entrevistaram adolescentes australianos custodiados e verificaram que 87% deles faziam o uso diário de maconha e que uma porcentagem inferior (18%) fazia o uso diário de álcool. Neste caso, o uso de maconha excedeu o uso de outras substâncias ilícitas, como a heroína e as anfetaminas. Na revisão de literatura proporcionada por Sedlak e McPherson (2010) também fica evidente ser a maconha a substância “sempre usada” entre os adolescentes custodiados, observando-se uma porcentagem média, no conjunto dos estudos, de 84% dos jovens referindo usá-la diariamente. Neste, o uso frequente de álcool também foi prevalente (74% dos adolescentes), diferentemente do observado no presente estudo.

Assim, a maconha parece ser a droga “preferencial” em meio adolescentes infratores, sejam eles brasileiros ou não. Uma possível explicação para isso, talvez, deva-se ao fato de os adolescentes infratores, de forma geral, estar muito próximos, senão no seio de contextos em que a circulação desta substância é comum, considerando cenários em que o tráfico de drogas se faz muito presente, em determinadas comunidades. Estudos, inclusive, observam que o uso de maconha em meio a jovens infratores se correlaciona de maneira positiva aos delitos relativos diretamente às drogas, como a posse e a distribuição (Boden et al., 2013; Pedersen & Skardhamar, 2010). É provável que tal associação exista na presente amostra, uma vez que uma parte considerável de adolescentes referiu ter se implicado em delitos relacionados às drogas (70%).

Quanto à frequência de uso desta substância, focalizando o expressivo subgrupo que referiu usá-la quase que diariamente (60,8%), é preciso cogitar outras hipóteses explicativas referentes ao padrão de uso. Nessa linha, sabe-se que os comportamentos divergentes, de maneira geral, são mediados por diversos problemas pessoais e sociais que impactam o desenvolvimento, bem como a saúde mental das crianças e dos adolescentes. Assim, o uso reiterado de maconha, por alguns, pode relacionar-se a uma necessidade de “amenizar” os desconfortos psicológicos associados a tais problemas, atinentes a sintomas depressivos e de ansiedade. Os efeitos gerais desta droga sobre o organismo ajudam a confirmar tal hipótese, por se tratar de uma poderosa substância depressora do sistema nervoso central e, por isso, provoca sensação de relaxamento. É importante destacar, nesta direção, o estudo realizado por Grigorenko, Edwards e Chapman (2015), o qual foca especificamente as correlações entre comportamentos de uso de maconha e os delitivos, em meio a adolescentes infratores, em

uma amostra norteamericana. Os autores verificaram que os usuários diários de maconha tinham mais problemas de saúde mental, principalmente os internalizantes, como depressão e ansiedade. Estes, todavia, não apresentavam diferenças significativas em relação aos outros adolescentes no que se refere ao número de processos judiciais e internações por cometimento de delitos. Assim, os autores concluíram que o uso de maconha não se liga diretamente aos comportamentos delitivos dos jovens, e sim propriamente a problemáticas socioemocionais do segmento de infratores.

Obviamente, todas estas questões necessitam ser estudadas mais profundamente, em futuras pesquisas, especialmente na realidade brasileira. De toda maneira, os dados aqui apresentados e os de outros estudos denotam ser o uso de maconha em amostras de adolescentes judicializados muito difundido. Em comparação aos adolescentes da população, este parece ser sempre menor, pois estudos indicam que apenas cerca de 3% destes jovens revelam fazer uso desta substância, sendo a porcentagem do uso de substâncias lícitas em meio a eles, geralmente, bem maior, especificamente o álcool e o tabaco (Carlini et al., 2010; Madruga et al., 2012).

Conforme o mencionado, o álcool apareceu como segunda substância mais utilizada entre os participantes da presente pesquisa (57,7%). Diversos estudos internacionais e nacionais apontam na mesma direção, indicando proporções elevadas de adolescentes infratores que referem usar álcool (Copur et al., 2005; Kohler, et al., 2009; Robertson, et al., 2004; Sedlak & McPherson, 2010; Teplin, et al., 2002; Zhou et al., 2014), sendo que em alguns dos trabalhos a prevalência do uso de álcool se sobressai até mesmo ao de maconha. No entanto, para o presente estudo, um fato chama atenção: apenas 0,8% dos investigados disseram utilizar álcool mais de 20 vezes no mês, sendo que uma maior proporção (45%) indicou fazer uso desta substância em uma frequência de 3 a 9 vezes ao mês. Estes dados parecem evidenciar ser o álcool usado com maior frequência em determinadas ocasiões, sugerindo sua ingestão ser ocasional e, talvez, associada a situações, como lazer ou diversão. Tal padrão aventado de uso da substância tem sido observado em alguns estudos desenvolvidos junto a adolescentes na população, no tocante ao modo de usar determinadas substâncias, tais como os “*clubs drugs*”, sendo estas, por tal motivo, denominadas “*drogas recreativas*” (Martínez et al., 2011). Nota-se, assim, que embora a prevalência de uma substância seja alta no grupo, não significa ela ser usada de forma frequente.

Uma das razões para que a prevalência do uso de álcool seja elevada pode residir no fato de este ser extremamente disponível em nossa sociedade, o que torna o seu acesso muito facilitado. Assim, tanto os adolescentes infratores como os não infratores acabam, ora ou

outra, fazendo uso de bebidas, em quantidades variáveis. Paralelamente, estudos têm demonstrado que o uso frequente de álcool em meio aos infratores se relaciona a comportamentos impulsivos e, no tocante aos delitos, àqueles de natureza mais violenta (Boden et al., 2013; Dietze et al., 2013; Felson et al., 2008; Gatti et al., 2015). Conforme o já mencionado, as infrações mais comuns na amostra desta pesquisa não apresentam tal característica, dado compatível com o fato de o álcool, também não ser apontado como de uso muito frequente.

Sublinha-se, assim, a importância de em pesquisas com adolescentes em conflito com a lei observar-se a frequência de uso das substâncias e não somente a prevalência do uso das mesmas, como tem sido feito na maior parte dos estudos nacionais divulgados. As frequências de uso informam melhor sobre o padrão comportamental e revelam quais delas ocupam papel central no dia a dia da população investigada.

Com relação às drogas reconhecidas internacionalmente como “*hard drugs*”, aquelas com maior potencial de causar danos, tanto no plano da saúde física, como no plano psicossocial, os resultados obtidos indicaram ser baixa a porcentagem de adolescentes a referir uso de cocaína/crack na vida (14%), bem inferior àquela que mencionou uso de maconha e de álcool. Ademais, a porcentagem daqueles que referiram uso no último mês ainda menor, foi de apenas 8,3%. Tais dados são consistentes com os de outros estudos nacionais e internacionais (Kinner et al., 2014; Pacheco & Hutz, 2009; Robertson et al., 2004; Sedlak & McPherson, 2010).

Tratando especificamente do uso de cocaína pelos adolescentes investigados no presente estudo, deve-se notar que tal substância foi a de menor uso, inferior até mesmo aos inalantes e aos alucinógenos. Estes dados são inconsistentes com os de outros estudos nacionais nos quais as porcentagens de usuários, embora menores que as de usuários de álcool e de maconha, são mais altas, ficando estas em torno de 43% e 65% de uso na vida, sendo a segunda substância ilícita mais comum (CNJ, 2012; Ferigolo, et al., 2004; Martins & Pillon, 2008). As disparidades entre os resultados da investigação realizada e os de outros estudos nacionais podem dever-se, em parte, a aspectos metodológicos, visto que o uso de cocaína e de crack foi investigado em conjunto, na presente pesquisa, ao passo que nas outras, as duas substâncias são, via de regra, investigadas separadamente. Em suma, o uso de crack em meio aos infratores juvenis parece ser pouquíssimo difundido, embora maior que na população geral. De acordo com alguns estudos nacionais, a proporção daqueles que referem uso de crack na vida gira em torno de 9% a 20% (CNJ, 2012; Ferigolo, et al., 2004; Martins & Pillon, 2008), enquanto na população geral gira em torno de 2% ou menos (Carlini et al.,

2010; Madruga et al., 2012). Estas constatações vão de encontro às crenças de senso comum, sobre o fato de a maior parte dos adolescentes infratores serem usuários “pesados” das substâncias que causam maior “pavor” social.

Todavia, em meio ao pequeno número de jovens estudados que referiu o uso de cocaína/crack no último mês, a maioria revelou ter feito uso em uma frequência alta (mais de 20 vezes no mês). Tal fato sinaliza que os adolescentes, quando usam esta substância, o fazem de maneira bastante frequente, o que pode ser explicado, entre outras coisas, pelos efeitos especificamente produzidos por ela. O “pico” dos efeitos da cocaína/crack é atingido, em geral, muito rapidamente, e pode suscitar um padrão de uso frequente, associado à “busca” reiterada pelas sensações provocadas pelas substâncias (OMS, 1993).

Vale frisar que, em alguns países desenvolvidos, as porcentagens de adolescentes infratores a revelar uso frequente destas substâncias específicas, embora inferiores ao de maconha e de álcool, são sempre bem mais altas que no Brasil, girando em torno de 30% (Kinner et al., 2014; Robertson, Dill, Husain, & Undesser, 2004; Sedlak & McPherson, 2010). Tal dado, mais uma vez, sinaliza diferenças socioculturais importantes, sugerindo o fato de os adolescentes brasileiros infratores apresentarem um padrão de uso de substâncias bastante específico, que merece mais investigações.

Além dos tipos de substâncias e das frequências de uso, a idade de início de manifestação do comportamento de uso das mesmas também foi investigada, pelo fato desta variável referir-se a um importante descritor desenvolvimental para definição de padrões comportamentais. Assim, obteve-se como resultado, em termos médios, que os adolescentes da amostra estudada se iniciaram no uso de drogas por volta dos 12 anos. No mais, observou-se conjuntamente que os investigados fariam uso a um a no máximo dois tipos de substância simultaneamente (1,5 tipos diferentes), recorrendo às mesmas cerca de 32,8 vezes, no último mês, ou seja, em uma frequência diária. Estas três variáveis colaboram para complementar uma descrição do padrão comportamental de uso de drogas na amostra.

No entanto, estudos na mesma direção, ao focalizar amostras representativas da população de adolescentes, em outra realidade sociocultural (EUA), denotam que uma parcela significativa (por volta de 36%) se mantém abstinente até a fase adulta e, uma outra importante parcela (por volta de 39%) faz uso de alguma substância, iniciando o uso na segunda etapa da adolescência: o tabaco por volta dos 16 anos, o álcool, dos 17 anos e a maconha por volta de 17/18 anos. Nestas investigações, observa-se que somente um subgrupo (cerca de 8% da população) refere uso de diferentes substâncias concomitantemente (tabaco, álcool e maconha), com início também por volta dos 16 anos), ao passo que para um outro

subgrupo, ainda menor (formado por cerca de 6% da população), a idade iniciante seria um pouco mais precoce, por volta dos 15 anos, e a droga preferencial seria ilícita, geralmente a maconha (Dean, Cole & Bauer, 2015; Moss, Chen & Yi, 2014; Finlay, White, Mun, Cronley & Lee; 2014).

Estudos brasileiros com jovens da população geral, em sua maioria, não observam o padrão comportamental de uso de substâncias, embora alguns tragam o dado sobre as idades de início do comportamento. Neto et. al (2010), por exemplo, após entrevistar 459 adolescentes estudantes, de 11 a 19 anos (60% do sexo feminino), observaram que entre aqueles que disseram fazer o uso de substâncias (62%), as idades de início seriam de 13 anos, 13,4 anos e 14,1 anos, respectivamente para álcool, tabaco e maconha. Já o *Segundo Estudo Nacional de Álcool e Drogas* (LENAD-2012), no qual 800 jovens de todo o Brasil foram entrevistados, 26% revelaram uso de alguma substância, sendo que a maioria (55%) indicou ter iniciado com o álcool entre os 12 e os 14 anos.

Em resumo, denota-se, primeiramente, que na amostra dos infratotes aqui estudada, a proporção de abstinentes é pequena (de apenas 10%), se comparada às proporções encontradas em amostras populacionais. Tal dado corrobora o de outros estudos realizados especificamente com infratores juvenis, em outros contextos socioculturais (Copur et al., 2005; Kinner et al., 2014; Robertson et al., 2004; Sedlak & McPherson, 2010; Teplin et al., 2002), o que permite afirmar que a maior parte dos adolescentes em conflito com a lei faz uso de alguma substância, em alguma medida.

Em segundo lugar, focando as idades de início do uso de substâncias, os dados obtidos no presente estudo indicam ser os infratores mais precoces, se comparados a adolescentes da população, na direção do demonstrado em alguns dos estudos que trazem este tipo de informação, seja no contexto nacional (Ferigolo et al., 2004; Martins & Pillon, 2008), seja em outros contextos socioculturais (Copur, et al., 2005; Martinez, Banqueri, & Lozano, 2012; Vaughn et al., 2008). No geral, estes estudos expõem que os infratores relatam o início do uso de substâncias psicoativas, lícitas e/ou ilícitas, entre os 10 e os 13 anos de idade.

As análises sobre as idades de início de uso de cada substância, em específico, mostraram que o uso da maconha e do tabaco precede ao uso das demais na amostra estudada, acontecendo por volta dos 12 anos de idade. O álcool passaria a ser usado em terceiro lugar, em termos de idade de iniciação (entre os 13 e os 14 anos). Estudos internacionais, com amostras da população, além de indicar um início de uso de substâncias mais tardio, revelam que a maior parte dos jovens faz primeiramente o uso das lícitas, o tabaco e o álcool, e só posteriormente (e eventualmente), o das ilícitas, geralmente a maconha (Dean et al., 2015;

Moss et al., 2014; Finlay et al., 2014). Nestes mesmos estudos, nota-se que tal padrão de iniciação, no qual o uso de tabaco e de álcool precedem ao uso das demais, mantém-se mesmo nos subgrupos em que as idades de início do uso de substância são mais precoces.

Em estudos nacionais com amostras da população, a sequência cronológica de idades de iniciação de uso de diferentes substâncias se repete. Nos levantamentos do LENAD (2012) junto a um número significativo de adolescentes da população, o álcool é a usada em primeiro lugar, acontecendo, portanto, quando os adolescentes têm menos idade. Neto et al. (2010) encontraram que a idade de início do uso de álcool e de tabaco, muito próximas entre si, são anteriores à idade referida como sendo a de início de uso de maconha.

Os resultados do presente estudo e os de outras investigações brasileiras nas quais também se investigam adolescentes infratores não são, contudo, totalmente condizentes. Martins e Pillon (2008), após investigação, indicam que os infratores internados teriam iniciado o uso de tabaco, de álcool e de maconha simultaneamente, com a idade de aproximadamente 12 anos. Da mesma forma, Ferigolo, et al. (2004) indicam ser a idade média da primeira experiência com álcool, na amostra investigada, a de 11,7 anos, com tabaco 11,8 anos, e com maconha 12,4 anos, um pouco mais tardio. É importante frisar que no caso deste estudo, em particular, a amostra é mista, ou seja, composta por jovens institucionalizados por medida judicial (n=252) e por medida de proteção (n=130), ou seja, nem todos haviam praticado atos infracionais.

De todo modo, os resultados da presente pesquisa, bem como os das outras referentes a adolescentes com conflito com a lei, salientam que tal segmento específico de jovens parece iniciar o uso de substâncias psicoativas pelas drogas ilícitas, especialmente a maconha, para depois passar às lícitas, quando não é o caso de iniciar o uso de todas elas concomitantemente. Quando se trata de adolescentes da população, o uso de álcool precede ao das demais substâncias. Kandell (1975), baseada nos resultados de seus estudos com jovens da população, sugere a existência de uma progressão sequencial do uso de substâncias no desenvolvimento. Ela descreve uma sequência que vai da iniciação com o uso de bebidas alcóolicas, depois o tabaco, para, em seguida, progredir-se ao uso de substâncias ilícitas, com bastante probabilidade de a maconha ser a primeira delas, nessa ordem.

De um lado, os dados de idade de iniciação do uso de cada substância observados nos estudos com adolescentes da população em geral, mencionados acima, parecem confirmar esta proposição. Por outro lado, a referida progressão sequencial parece não se aplicar aos jovens infratores, tais quais os estudados na presente investigação. Estes, caso apresentem

uma trajetória de progressão no uso de diferentes substâncias, pode-se dizer que a “porta de entrada” para as demais drogas é a maconha e não o álcool.

É possível que a maconha, por ser mais acessível, seja a droga primeiramente utilizada em meio aos infratores, considerando que os contextos em que muitos desses jovens encontram-se inseridos são criminalizados, caracterizados pela presença do tráfico das substâncias ilícitas (dentre as quais, a maconha). A frequência de uso praticamente diário desta em meio a estes adolescentes sugere igual hipótese, ou seja, a de que esta substância se faz presente e altamente disponível, mais até que o álcool, que parece ser utilizado apenas ocasionalmente. Obviamente estes apontamentos necessitam de estudos profundos por pesquisas que observem, especificamente, o uso desta substância entre os adolescentes infratores.

Por último, no tocante ao fato de os adolescentes fazerem ou não uso simultâneo de tipos diferentes de drogas, pode-se dizer que o comportamento daqueles aqui estudados se caracteriza mais marcadamente pelo uso de uma só substância (provavelmente a maconha), considerando o índice de 1,5 tipos diferentes de substâncias, calculado com base nos dados obtidos. Isso se alinha aos dados sobre as taxas relativas às drogas citadas como as mais usadas e às frequências de uso de cada uma em particular. Diferentemente, no estudo de Dean et al. (2015), realizado nos Estados Unidos com adolescentes da população, aqueles que referiram início de uso mais precoce de substâncias, também relataram uso simultâneo de um número maior de drogas (três), indicando mais uma vez a existência de possíveis diferenças socioculturais a moldar tais comportamentos nos jovens das diferentes sociedades, seja em meio aos infratores, seja em meio aos adolescentes da população.

Passando agora a outro aspecto analisado, destacam-se os resultados sobre os problemas associados ao uso de substâncias. Em um primeiro plano, sublinha-se o fato de que, do total de adolescentes investigados, somando-se os abstinentes e os que apresentam um comportamento que pode ser classificado como experimental, chega-se a um total de 49% da amostra. Quanto aos outros, 37% deles apresentam um comportamento classificado como abusivo, e somente 15% teriam comportamentos muito problemático, passível de ser classificado como possível dependente. Assim, pode-se afirmar que uma parte significativa dos infratores não apresenta problemas importantes associados. Na realidade somente uma minoria parece apresentar problemas graves, em níveis significativos, de ordem comportamental e psicossocial, que indicam dependência. Isso revela que, apesar de o uso de substância entre os adolescentes infratores ser prevalente, com uso de frequência elevada, estes fatos não necessariamente associam-se a problemas significativos. Assim, tal dado

certamente se contrapõe às ideias do senso comum, de que os jovens infratores, em geral, apresentam um comportamento fortemente orientado pelo “desejo ou fissura” de consumir a droga, pela perda de controle sobre o uso, caracterizado por oscilações emocionais ou de humor, tendo em vista a necessidade da substância, e pela apresentação de sintomas de abstinência, por exemplo, tremores, náuseas, vômitos ou dores de cabeça.

Todavia, somando aqueles que apresentam comportamento abusivo e de dependência, pode-se dizer que a maioria (51%) apresenta problemas comportamentais e psicossociais associados. Dados de estudos com adolescentes da população em geral, referindo-se particularmente ao álcool, indicam que, em meio aqueles que fazem o uso de qualquer tipo de substâncias, o comportamento classificado como abusivo/dependente aparece para cerca de 16% da amostra, (Madruga et al., 2012). Assim, denota-se que, apesar de uma parte importante dos adolescentes estudados em conflito com lei não relatar problemas importantes relacionados ao uso de substâncias, a proporção daqueles que apresentam uso considerado problemático é substancialmente superior à observada entre os jovens da população em geral.

Com relação aos resultados de outros estudos nos quais também se investigou adolescentes infratores, é importante ressaltar, como já mencionado na introdução deste trabalho, que as taxas do uso de substâncias considerado problemático variam substancialmente. Isto talvez se deva aos critérios utilizados para a definição de tal padrão e às características da amostra, em função dos locais onde os adolescentes são recrutados para as investigações. A maioria dos estudos internacionais com adolescentes em conflito com a lei, nos quais se observa o padrão de uso de substâncias, classifica os adolescentes entre usuários problemáticos e não problemáticos, baseando-se, principalmente, nos critérios oferecidos pelo DSM-IV. Em geral, tais pesquisas indicam, em seus resultados, que boa parcela deles preenchem os critérios do uso considerado problemático. Tanto investigações americanas como europeias encontram taxas elevadas de problemas relacionados ao uso de substâncias, em geral acima de 50% (Atilola, 2012; Kohler, et al., 2009; Plattner et al., 2012; Robertson, et al., 2004). Em alguns estudos, as porcentagens de adolescentes com uso considerado problemático são mais altas que as aqui apresentadas, como nos casos dos estudos canadense e chileno, ambos realizados com jovens internados pelo cometimento de delitos, nos quais 85% e 75,5% deles tiveram seu comportamento classificado como problemático, respectivamente (Gretton & Clift, 2011; Gaete, Labbe, Del Villar, Allende & Valenzuela, 2014).

Há alguns poucos estudos com infratores que empregaram o mesmo sistema de classificação do comportamento de uso de substância utilizado no presente estudo. Em um

destes, realizado na Alemanha, o uso considerado abusivo prevaleceu, ao abarcar cerca de 52% dos adolescentes, enquanto 44% deles foram classificados como dependentes (Kohler et al., 2009). Em outros dois estudos, o padrão de uso caracterizado como de dependência foi prevalente, abarcando 49% deles no estudo de Plattner et al. (2012) (14% fariam uso abusivo), e 51% dos adolescentes no estudo chileno de Gaete, et al.(2014) (13% fariam uso abusivo).

Quanto às investigações nacionais, somente um estudo com jovens em cumprimento de liberdade assistida, no estado do Rio de Janeiro, realizou tal análise, tendo encontrado que 39% da amostra poderia ter o comportamento de uso de substâncias ilícitas classificado como abusivo/dependente, resultado mais próximo ao encontrado na presente investigação que aqueles dos estudos internacionais (Andrade et al., 2011).

Pode-se aventar algumas explicações para as diferenças nas taxas relativas aos adolescentes apresentando comportamento abusivo/dependente nos diferentes contextos socioculturais. Uma delas é a de que os padrões preponderantes em meio aos jovens infratores em uma e em outra sociedade refletem aqueles da população geral. Nessa linha, sabe-se que as taxas de uso abusivo e de dependência em países desenvolvidos é, em geral, maior (Braverman et al., 2011). Outra explicação possível é a de que os jovens infratores americanos e europeus utilizam, aparentemente, mais, e de modo mais frequente, substâncias cujos efeitos são mais poderosos, e com , reconhecidamente, maior potencial de causar adição e danos à saúde física e psicossocial, tais como cocaína e outros estimulantes (OMS, 1993). Essas diferenças merecerão estudos transculturais que focalizem estas questões.

Tratando agora da gravidade do problema, na perspectiva das dificuldades psicossociais associadas ao uso de substâncias, tal qual proposto por Tarter (1990), com base nos Domínios apresentados no DUSI-R, destaca-se que os maiores índices se concentraram na “Relação com os Pares” e na “Escola”, com densidades médias de pontuação de, respectivamente, 55% e 49,9%. Isto indica que os jovens avaliados vivenciam mais intensamente dificuldades relativas à qualidade do relacionamento com amigos e à vida escolar. Em estudos realizados no contexto brasileiro, utilizando o mesmo instrumento, em amostras da população, estas não foram as dimensões que se revelaram as mais problemáticas. Malbergier, Cardoso e Amaral (2012) verificaram, junto a 919 estudantes, com idades entre 10 e 18 anos, que as pontuações mais elevadas foram no Domínio “Família”, com uma densidade média de 20%. Os membros da presente pesquisa apresentaram densidade média nesse domínio de 32%, o que sugere a vivência, em média, de mais problemas no âmbito da família que os adolescentes da população, embora pontuem mais alto nos outros dois domínios citados, “pares” e “escola”.

No estudo realizado por Abdalla (2013) com estudantes universitários, com média de idade de 21 anos, observou-se junto àqueles que referiram ter usado álcool no último ano, uma densidade média mais elevada de pontos em “Lazer e Recreação” (38,4%), e uma mais baixa em “Desempenho Profissional” (3,9%). Com relação aos jovens da presente pesquisa, as densidades médias encontradas nesses dois domínios foram respectivamente 45,9% e 22,2%, o que também sugere que estes vivenciem, em média, mais dificuldades concernindo as dimensões contempladas nesses domínios. Ou seja, as comparações demonstram que os adolescentes infratores demonstram índices mais altos de dificuldades relacionadas ao uso de substâncias em todos os Domínios do DUSI-R, quando comparados aos jovens da população.

Os resultados do presente estudo se alinham melhor com os de um outro, no qual também se empregou o instrumento DUSI-R, realizado com adolescentes considerados em risco, por serem filhos de dependentes químicos, de baixo nível socioeconômico, moradores da periferia de São Paulo (Figlie, Fontes, Moraes, & Paya, 2004). Neste, em média, os índices de problemas nos diversos Domínios foram elevados, portanto mais próximos dos aqui apresentados, sendo que em “Transtornos Psiquiátrico” e em “Lazer e recreação”, domínios em que pontuaram mais alto, as densidades médias aqui foram mais elevadas que as observadas nos infratores investigados. No entanto, nos Domínios “Relação com os pares” e “Escola” suas pontuações foram bem mais baixas, o que coloca em destaque a possível centralidade dos aspectos concernidos nesses dois domínios para os infratores.

No estudo conduzido por Aytaclar, Erkiran, Kirisci e Tarter (2003), com adolescentes norte-americanos apresentando problemas de uso abusivo de substâncias, os resultados são semelhantes, sendo as densidades médias de dificuldades nos diferentes Domínios próximos aos aqui apresentados. Alguma discrepância se nota, todavia, entre os resultados desse estudo e os da presente pesquisa, especificamente, no Domínio “Escola”, uma vez que a densidade média no referido estudo foi de 30%, contra a de 49,9% aferida com os dados dos infratores brasileiros investigados. Tal fato, mais uma vez, lança luz sobre a centralidade das problemáticas vivenciadas na escola, no que respeita à delinquência juvenil, no Brasil, particularmente quando associada ao uso de substâncias.

Outro importante estudo internacional focalizou especificamente o uso de substâncias em adolescentes em conflito com a lei, utilizando o DUSI-R (Tarter, Kirisci, Mezzich, & Patton, 2011). Neste, em praticamente todos os Domínios, as médias de densidade foram parecidas às observadas neste estudo e os Domínios “Pares” e “Escola” também foram os que se caracterizam pelas maiores densidades de problemas, sendo as pontuações nestes domínios ainda superiores às observados na presente pesquisa. Reitera-se, portanto, que as dificuldades

representadas nesses Domínios, especialmente aquelas relacionados à Escola, fazem-se significativamente mais presentes para adolescentes infratores, se comparadas às de adolescentes da população geral ou subgrupos deles vivendo outras problemáticas.

Estudos objetivando observar dificuldades referentes ao uso de substâncias em meio a jovens em conflito com a lei, usando diferentes instrumentos, interessantemente indicam também, de forma geral, serem os problemas relacionados à vida escolar prevalentes em diferentes realidades socioculturais (Ibabe, Arnoso, & Elgorriaga, 2014; Lennox et al., 2013; Margari et al., 2015; Reingle, Jennings, & Komro, 2013; van der Put, Creemers, & Hoeve, 2014), mesmo em algumas bastante diferentes, como na sociedade japonesa (Takahashi, Mori, & Kroner, 2013).

Em suma, os adolescentes infratores brasileiros investigados, na mesma direção dos infratores vivendo em outras realidades, têm dificuldades importantes em diferentes áreas de suas vidas. Especialmente naquela relacionada à “Escola”, sendo mais expressivas que outras, mesmo que aquelas diretamente associadas ao próprio comportamento de busca e de ingestão das substâncias, fato que os diferencia dos outros adolescentes e jovens da população. O ambiente escolar parece ser o “palco” onde se concentram, em média, as maiores dificuldades apresentadas pelos infratores. É provável que isso ocorra pelo fato de esta instituição, na adolescência, ter um papel de centralidade na vida social, não apenas pelo tempo ali dispendido, mas pela relevância das relações estabelecidas neste contexto, e pelo impacto que elas têm no processo de desenvolvimento psicossocial, nesta etapa do desenvolvimento. Assim, é interessante lembrar que a maior parte dos infratores, provavelmente, apresente um baixo rendimento escolar, ao se considerar os dados de defasagem idade-série escolar observados na caracterização da amostra. Esta experiência certamente afeta a qualidade dos vínculos entre o adolescente e a escola, e dificulta sua identificação com os adultos de referência, nesse contexto. Em função disso, ele pode desenvolver certa descrença com relação aos valores, princípios e ensinamentos circulantes no ambiente escolar, como se estes, na prática, não fossem importantes para seu dia a dia (Bazon, Silva & Ferrari, 2013).

Ademais, é preciso lembrar que, não raro, é também no ambiente escolar que adolescentes conhecem e se aproximam de pares com problemáticas semelhantes às suas (Tarter, 1990). A literatura mostra, de maneira consistente, que a dimensão das “relações com pares” revela-se altamente problemática para os jovens infratores, uma vez que, em geral, vivem rejeição por parte de pares com comportamento convencional, no ambiente escolar. Isto facilita sua afiliação àqueles que apresentam comportamentos antissociais, sendo essas associações ressaltadas como importante fator de risco para o início e, também, para a

manutenção dos comportamentos infracionais, bem como para o uso de substâncias (Abadi et al., 2011; Donovan & Molina, 2011; Gagnon et al., 2011; Hemphill et al., 2011; Hicks et al., 2010; Hong et al., 2011; Pilatti et al., 2013). A associação a pares antissociais pode potencializar as atitudes de desrespeito às leis e às regras e aumentar a identificação com valores que justificam comportamentos divergentes (Maruschi e al., 2012).

Diante de todos os estes resultados que corroboram o fato de os adolescentes em conflito com a lei apresentarem, de modo geral, padrões diferenciados e mais graves de uso de substâncias psicoativas, as questões sobre a natureza da relação entre o comportamento infracional e o uso de substâncias são incontornáveis. Estas têm se imposto a pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento científicos, conforme o adiantado na introdução do presente trabalho, tornando-se objeto de diferentes investigações, com diferentes abordagens teóricas e empíricas.

Considerando a amostra de adolescentes aqui estudados, tendo por base as análises descritivas até então apresentadas e discutidas, em função das quais se denota importante variabilidade no tocante aos dados relativos à conduta infracional, assim como nos padrões de uso de substâncias e dificuldades a eles relacionadas, depreende-se a heterogeneidade do grupo, o que permite assumir a hipótese sobre a existência de relações diferenciadas entre delinquência e droga. Tal evidência impôs a necessidade do desenvolvimento de uma avaliação diferencial, lançando, operacionalmente, mão de abordagens de análise centradas em indivíduos, com base em suas características pessoais, para observar a existência de agrupamentos formados a partir de padrões comportamentais razoavelmente consistentes, verificando, assim, as diferentes formas de relacionamento entre comportamento delituoso e uso de substâncias psicoativas.

Conforme o já mencionado, as *Análises de Clusters* ou de Agrupamento constituem-se em um dos métodos mais utilizados, atualmente, nessa perspectiva. Assim, procedeu-se à aplicação da técnica estatística com base no constructo “nível de engajamento delituoso”, composto pelas variáveis “idade de início da prática de delitos”, “variedade de delitos cometidos” e “volume de delitos total”. Tal fato propiciou a formação de três agrupamentos que se diferenciaram significativamente entre si, conforme a apresentação dos resultados, no tocante ao nível de engajamento. Observou-se do *cluster I* ao *cluster III* um crescente no valor das variáveis analisadas em conjunto: precocidade (menor idade de manifestação do primeiro delito), variedade (maior diversidade de delitos cometidos) e volume (maior quantidade de delitos cometidos na vida).

Pode-se afirmar que os componentes do *cluster* I (n=43) caracterizaram-se pelo fato de apresentar o menor engajamento infracional, uma vez que se iniciaram na prática de delitos mais tardiamente (M=14,1 anos), praticaram uma menor variedade (M=1,7), bem como um menor volume de delitos na vida (M=5,4). Na outra ponta, o *cluster* III (n=28) reuniu os que se caracterizaram por apresentar o maior nível de engajamento delituoso, na amostra, sendo aqueles que teriam se iniciado na prática de delitos mais precocemente (M= 11,5 anos), cometendo uma diversidade maior (M=7), bem como um maior número de delitos na vida (M=32,9). O *cluster* II (n=49), em seu turno, foi composto pelos jovens que apresentaram médias intermediárias nas três variáveis, quando comparados aos outros agrupamentos. Estes teriam se iniciado na prática de delitos por volta dos 12 anos de idade, tendo cometido em média quatro modalidades diferentes de delitos e cerca de 15 deles na vida. O *cluster* I abarca 35,8% dos participantes; o *cluster* II engloba 40, concentrando o maior número de adolescentes participantes; e o III é o que reúne o menor número de participantes, abarcando 23,3% da amostra.

Após a observação da formação dos *clusters*, caracterizados pelos diferentes níveis de engajamento infracional, tal qual exposto acima, teve-se como primeiro objetivo observar as diferenças entre eles no tocante aos dados de caracterização sociodemográfica. Como se pode constatar na tabela 12, à execução da variável “religião”, os grupos não se mostraram significativamente diferentes em nenhuma outra variável investigada e aqui apresentada. De um lado, é possível que a inexistência de diferenças entre os grupos nas variáveis em questão tenham relação com as definições e os modos de operacionalizar a investigação em torno delas. De outro, é possível também cogitar que tais variáveis sociodemográficas, especialmente aquelas atinentes à família e à escola, embora se constituam em indicadores de risco importantes, segundo apontamentos da literatura especializada, são fatores gerais, e não específicos. Ou seja, as referidas variáveis encontram-se atreladas, de modo geral, a uma probabilidade aumentada de manifestação de comportamentos divergentes, dentre os quais os comportamentos infracionais (bem como os de uso de drogas), mas não especificamente à intensidade da problemática, ou seja, aos níveis de engajamento infracionais observados. Dito de outro modo, é possível que as variáveis em questão desempenhem um papel relevante na diferenciação entre infratores e não infratores, mas não desempenhem um papel tão significativo intragrupo. Isso implica colocar que problemáticas referentes à vida em família e à vida escolar, por exemplo, associem-se de maneira significativa à atuação das agências de controle social, sobre o grupo e, assim, indiretamente, à delinquência oficial.

Somente a variável religião, como adiantado, mostrou-se significativamente diferente nos três agrupamentos. O *cluster* III, que concentrou os adolescentes com o maior nível de engajamento infracional, também abarcou o maior número de jovens que professaram não ter religião (89,3%), praticamente o dobro do *cluster* I (41,9%). Este dado confirma os estudos que indicam ser a adesão a uma religião um fator de proteção ao engajamento em comportamentos antissociais (Le Blanc, 2004). Sabe-se que adolescentes muito engajados em práticas antissociais cultivam mais valores antissociais e têm mais problemas com figuras de autoridade, aspectos que, provavelmente, tornam mais difícil sua adesão a uma religião, uma vez que estas, em geral, professam valores pró-sociais e a submissão a uma liderança religiosa, que deve ser aceita como autoridade. Ademais, pode-se pensar que os adolescentes, na medida em que se engajam mais a um estilo de vida divergente, com implicação a comportamentos delitivos, tendam a se distanciar de grupos e de contextos em se professa uma religião. Em termos práticos, os mais engajados criminalmente tendem a gastar mais seu tempo com atividades não convencionais, o que diminui a probabilidade de participarem de qualquer outra atividade, especialmente aquelas que podem ser consideradas pró-sociais, notadamente as relacionadas às práticas religiosas. Obviamente, é preciso também considerar que as diferenças encontradas entre os grupos neste plano devam-se a variáveis intervenientes não focalizadas, tais como a família e o fato de nela haver ou não adultos que professam uma religião.

Na sequência, dá-se destaque às análises dos dados dos agrupamentos concernindo ao uso de substâncias psicoativas, de modo a sondar as possíveis relações entre níveis de engajamento infracional e problemáticas referentes ao uso das mesmas. Assim, em uma primeira instância, observando-se as porcentagens de adolescentes que revelaram ter usado qualquer uma das substâncias investigadas no último mês, verificou-se que o *cluster* I agregou todos aqueles que indicaram nunca ter usado qualquer destas na vida e a maioria (62,5%) dos que referiram não ter feito uso das mesmas no último mês. Ademais, notou-se que neste agrupamento concentraram-se os que referiram usar as substâncias investigadas em menor frequência. Nesse panorama, as variáveis uso das mesmas e o comportamento delituoso parecem, portanto, de alguma forma, ligadas, na medida em que se observa uma correspondência entre eles em termos de intensidade (baixa) dos problemas manifestos.

A substância referida como mais utilizada neste *cluster* foi a maconha. Ela, contudo, aparece como mais utilizada também nos *clusters* II e III, indicando o quão comum é o uso desta em toda amostra. Inusitadamente, neste *cluster* o uso de cocaína, apesar de pouco prevalente, como em todos os outros agrupamentos, mostrou-se prevalente (9,3%), que no

cluster II, o qual concentrou adolescentes com engajamento infracional um pouco maior. Tal item aponta para a necessidade de se atentar para outros aspectos do comportamento de uso de substância dos adolescentes, para além do dado sobre o fato de eles terem ou não feito o uso no último mês, de uma ou outra das substâncias. Como será tratado mais adiante, é mais interessante focalizar a frequência de uso no mês e as dificuldades associadas a tal uso. De um lado, é possível que os jovens que referiram ter feito uso de cocaína/crack no último mês, reunidos no *cluster* I, o tenham feito com menor frequência e apresentem menos problemas associados, quando comparados aos dos outros agrupamentos, tendo em vista os dados de comparação entre os *clusters*, concernindo os padrões comportamentais descritos. De outro lado, considerado o baixo nível de engajamento infracional dos membros no *cluster* I, subgrupo específico que refere uso de crack/cocaína, tendo ou não um padrão comportamental de uso mais problemática, tenha-se feito deter pela polícia justamente por conta do comportamento de uso, uma vez que as drogas em questão são consideradas mais “perigosas”. De todo modo, o dado de prevalência de usuários dessas substâncias no *cluster* I, chama a atenção, pois contraria a noção de que o uso de drogas mais “pesadas” se associe necessariamente a uma atividade infracional intensa e/ou violenta.

No *cluster* II, em seu turno, um grande número de adolescentes revelou fazer o uso de maconha no último mês, sendo tal porcentagem superior à observada no *cluster* I, embora praticamente igual à observada no III. Este dado indica que, apesar de os *clusters* II e III serem distintos em termos de engajamento infracional, eles não se diferenciam significativamente com relação às frequências do uso desta substância. Neste caso, denota-se que o uso generalizado de substâncias – ou mais propriamente o uso da maconha – não se liga diretamente ao engajamento infracional.

Já o *cluster* III caracteriza-se por ter a maior proporção de jovens que revelaram ter feito uso de substâncias no último mês. Em sua maioria, eles referiram o uso de maconha e, uma proporção elevada referiu o uso de álcool (acima da proporção média da amostra total). Além disso, neste agrupamento, o uso de tabaco também se revelou numericamente importante, pois quase a metade do grupo mencionou seu uso no último mês. Desta forma, o *cluster* III, ao mesmo tempo em que constitui o agrupamento com o maior nível de engajamento infracional, é também o que apresenta as maiores proporções de adolescentes a usar substâncias psicoativas, denotando o que pode ser pensando, em um primeiro momento, como um fenômeno de co-ocorrência. Assim como referido com relação ao *cluster* I, estes dados podem indicar uma importante associação entre o uso de drogas e os comportamentos

delituosos, dada a correspondência entre as (altas) intensidades dos dois problemas neste agrupamento específico.

Sobre este assunto, faz-se importante a citação de um relevante estudo chileno, implementado com o objetivo de descrever rumos diferenciados da conduta delituosa. Os autores identificaram a existência de cinco trajetórias distintas em função do volume e da evolução dos delitos autorrevelados na amostra estudada e, exatamente como observado no presente estudo, caracterizaram-se por uma notável diferença em termos de gravidade do engajamento infracional, sendo esse proporcional ao comportamento de uso de substâncias também autorrevelado (Pérez-Luco, Lagos & Baez, 2012).

Conforme o adiantado, para além das prevalências de uso no último mês nos três *clusters*, descreveram-se também, no presente estudo, os padrões comportamentais de uso de substâncias, sendo estes aferidos pela combinação das variáveis “idade de início do uso de substâncias”, “variedade de substâncias utilizadas simultaneamente” e “frequência de uso no último mês”. Destaca-se, assim, que os agrupamentos se diferenciaram, com significância estatística, neste constructo, podendo-se afirmar que na medida em que o nível de engajamento infracional torna-se maior, mais o padrão comportamental de uso se agrava, no sentido de um comportamento iniciado mais cedo, envolvendo a experimentação de uma variedade maior de substâncias, em uma frequência de ingestão mais elevada no último mês. Desta maneira, o *cluster* I, composto por adolescentes com menor engajamento infracional, no qual se verificou a menor prevalência de pessoas referindo uso de substâncias no último mês, é também aquele a concentrar os jovens, cujo padrão caracteriza-se pelo uso de somente um tipo de substância, usada em uma frequência relativamente baixa, no último mês. Inusitadamente, neste agrupamento, chama a atenção o fato de a idade média referida como idade de experimentação da substância ser ligeiramente anterior (12,1 anos) àquela observada no *cluster* II (12,5 anos) ($F=3,19$; $p \leq 0,05$). Ou seja, no I, os adolescentes teriam feito uso de uma substância psicoativa um pouco mais precocemente que aqueles agrupados no II.

Ressalta-se que, como já abordado na introdução deste trabalho, numa perspectiva desenvolvimental, a idade de início de manifestação dos comportamentos antissociais é considerada importante variável, dada à sua capacidade de predição da estabilidade dos comportamentos no tempo (Grant & Dawson, 1997; Hanna & Grant, 1999; Le Blanc, 2008; Loeber et al. 2013). No *cluster* I, todavia, apesar desta “maior precocidade relativa” (quando comparado ao II), a estabilidade do comportamento de uso de substância parece menos provável (ou mais intermitente), se considera a porcentagem mais elevada, neste grupo, daqueles que referiram não ter usado qualquer substância no último mês.

Nessa mesma perspectiva teórica, ressalta-se que a relação entre uso de substâncias e comportamentos delituosos deve ser entendida em termos de continuidade e descontinuidade, ao longo do tempo, nas histórias de vida dos indivíduos. Desta forma, os adolescentes podem manifestar, em momentos particulares do desenvolvimento, específicas formas de comportamentos antissociais. Tomando como referência os trabalhos de Brochu (1995), no qual se propõe uma tipologia referente aos padrões comportamentais, considerando especificamente os delituosos e os de uso de substâncias, em uma abordagem desenvolvimental, pode-se aventar que os resultados concernentes ao *cluster* I remetem ao denominado “Estágio de Ocorrência”. Tal o proposto pelo autor (Brochu, 1995), tal se caracteriza pela manifestação irregular de comportamento de uso de substâncias e delituoso, paralelamente à manifestação de comportamento prossocial, denotando que, neste estágio, o adolescente não se encontra efetivamente engajado a um estilo de vida fortemente divergente ou antissocial. Alguns podem permanecer neste estágio e até mesmo retroceder à abstinência.

Nessa mesma perspectiva teórica, na linha do proposto por Agra (1998), pode-se cogitar, tomando por base o fato de a idade de início do uso de substâncias (12,1), neste *cluster*, preceder àquela de início de implicação em comportamentos delituosos (14,1), que os pesquisados neste agrupamento apresentam maior probabilidade de virem a desenvolver, ao longo do tempo, o comportamento relacionado especificamente ao uso de substâncias (sem necessariamente se aprofundar na prática de delitos).

Com relação ao *cluster* II, embora se denote uma idade de início de experimentação de substâncias um pouco mais tardia, em comparação às observações feitas com relação ao *cluster* I, nota-se uma proporção maior de adolescentes que experimentou mais de um tipo das mesmas e que referiu uma frequência mais alta de uso no último mês, sendo esta bem maior que a referida no I, e muito parecida à referida no III. Assim, aventa-se o fato de o uso de substâncias em meio a estes ter se iniciado um pouco mais tarde (que no *cluster* I), mas aumentado de maneira muito mais rápida, diversificando-se.

Vale frisar que no *cluster* II igualmente, embora a frequência de uso de substâncias seja alta, também não se verificou uso simultâneo de diferentes drogas para a maior parte dos adolescentes. É provável que a maconha seja mesmo a preferida deste agrupamento se levarmos em consideração a prevalência daqueles que referiam fazer uso desta. Por analogia, os reunidos neste *cluster* se enquadrariam no estágio denominado por Brochu (1995) como “Reforço Mútuo”, no qual há um uso regular de substâncias e no qual a prática de delitos é mais acentuada. Segundo o autor, neste estágio é possível observar uma ligação bilateral em que as duas problemáticas se reforçam mutuamente e produzem o efeito de prolongar a

trajetória das condutas antissociais no tempo. Na linha das proposições feitas por Agra (1998), os reunidos nesse *cluster* parecem apresentar um padrão relativo ao perfil por ele denominado como “Delinquente-toxicodependente”, já que a idade de início da manifestação de comportamentos delitivos (12,3 anos) antecede à do comportamento de uso de substâncias (12,5 anos), ainda que sutilmente.

O *cluster* III, em seu turno, levando-se em conta a frequência do uso de substâncias no último mês, assim como a referência sobre o uso de mais de um tipo diferente das mesmas, simultaneamente, e a idade média de início de experimentação (11,2 anos), é o agrupamento caracterizado pelo padrão comportamental de uso mais preocupante. Este agrupamento revelou uso mais frequente em todas as substâncias investigadas, o que contribuiu para que também apresentasse a maior variedade de tipos experimentados. Se se considera as idades médias de início do uso, pode-se hipotetizar que o comportamento nos jovens deste agrupamento está trilhando uma trajetória relativamente estável, em relação a qual verifica agravamento, considerando as diversidades de drogas usadas e as quantidades de substâncias ingeridas (frequência de uso). De igual maneira, pode-se aventar, pelos dados sobre a conduta delituosa dos mesmos, iniciada por volta dos 11,5 anos de idade, que tal comportamento trilha trajetória similar. À luz da teorização proposta por Brochu (1995), pode-se considerar que os agrupados no *cluster* III também estariam no estágio denominado pelo autor como “Reforço Mútuo”, no qual as duas modalidades de comportamentos antissociais parecem apresentar uma ligação bastante íntima, desenvolvendo-se conjuntamente, em uma dinâmica circular. Nessa perspectiva teórica, nesse estágio, pressupõe-se uma relação de causação recíproca entre os comportamentos.

No tocante às proposições feitas por Agra (1998), o padrão característico deste *cluster* remete mais propriamente àquele descrito pelo autor como “Especialista Droga-Crime”, tendo em conta serem as idades de início de implicação nas atividades delituosas e de experimentação das substâncias psicoativas praticamente as mesmas, respectivamente: 11,5 e 11,2 anos de idade, em média. Este perfil refere-se ao desenvolvimento de um padrão de conduta antissocial, mais generalizado, “enraizado” em uma subcultura divergente. É interessante notar que nesse agrupamento, com o início precoce nas diferentes atividades divergentes/antissociais, é provável que o comportamento de prática de delitos, assim como o de uso de substância, caracterize-se pela diversificação e que, com o tempo, haja uma certa “especialização” na manifestação do comportamento, seja com relação ao tipo de droga usada, seja com relação ao tipo de delito praticado.

É importante salientar que, provavelmente devido ao tamanho da amostra, não foi possível denotar um agrupamento cujo comportamento pudesse remeter a um estágio descrito por Brochu (1995) como “Econômico-compulsivo”, caracterizado por um início precoce de uso de substância e padrão comportamental de uso passível de ser classificado como dependente. No entanto, pode-se hipotetizar que alguns adolescentes do *cluster* III possam encontrar-se neste estágio, considerando ser este agrupamento, como se notará mais adiante, na discussão dos outros dados, aquele que concentrou o maior número de participantes com o padrão de uso classificado como dependência. Com isso, acentua-se ser possível que em um mesmo *cluster*/agrupamento haja indivíduos em diferentes estágios, uma vez que o comportamento remete a uma relação droga-crime relativa diferencia-se, tendo em conta a complexidades das ligações entre as variáveis em foco.

A observação dos problemas associados ao próprio comportamento de uso de substâncias, baseando-se nos escores obtidos no Domínio I (b) do DUSI-R, com base nas notas de corte propostas por De Micheli e Formigoni (2002), visando aferir o nível do problema em questão, mostrou que os três agrupamentos se diferenciaram com significância estatística nos padrões prevalentes, ou seja, os *clusters* distinguiram-se com relação ao número/intensidade de problemas referentes ao uso. Conforme esperado, o I, que engloba os adolescentes com menor nível de engajamento infracional, agregou o maior número de jovens que não apresentaram problemas significativos associados ao uso de substâncias. Na realidade, 76,6% deles teriam um comportamento de uso de substâncias que pode ser classificado como experimental, 15% o passível de ser considerado como abusivo e somente 4,6% o associado a uma gama significativa de problemas clínicos, indicando uma possível dependência das substâncias psicoativas. Interessantemente, estas porcentagens se assemelham àquelas verificadas nos estudos com amostras da população em geral (Madruga et al., 2012).

O *cluster* II, por sua vez, apresentou um número maior de adolescentes com uso que pode ser considerado abusivo (46,9%). A proporação deste nível de problemática aqui foi maior até que a encontrada no III. Este padrão de uso abusivo parece ser relativo à maconha, considerando o número elevado dos que referiram usar esta substância e as frequências médias de uso desta, no último mês. Neste *cluster*, no entanto, uma minoria (16,3%) apresentaria problemas em um nível passível de remeter ao comportamento de dependência, considerado o mais grave.

O *cluster* III, na linha do esperado, foi o que elencou o maior número de adolescentes com problemas de comportamento associados ao uso de substâncias em um nível que remete

a uma possível dependência das drogas (32,4%). Portanto, teriam um padrão considerado grave, atrelado a importantes prejuízos à saúde mental e à saúde psicosocial. Embora o uso de maconha em meio a eles, especificamente, se mostre com prevalência semelhante à observada no *cluster* II, os componentes deste grupo demonstrariam muito mais problemas relacionados. Tal dado lança luz, mais uma vez, sobre a importância de nas pesquisas, por ocasião da avaliação dos jovens, serem investigados aspectos que transcendam as informações relativas às prevalências de usuários e às frequências de uso de substâncias no último mês.

Ademais, o dado parece reforçar a hipótese de aqueles com níveis mais graves de engajamento infracional são também os que apresentam padrão de uso de drogas mais problemáticos e, isso, talvez, deva-se ao fato de serem expostos a dificuldades que, no tempo, se avolumam e se acumulam, afetando sobremaneira seu desenvolvimento e, por consequência, sua saúde mental.

Considerando as diferenças verificadas entre os *clusters*, referentes aos níveis de engajamento infracional, bem como com relação às frequências de uso de substâncias no último mês, aos padrões comportamentais do uso de e os padrões de consumo baseados no Domínio I (b) do instrumento DUSI-R, a atenção, agora, volta-se para a gravidade do uso, no tocante à intensidade de dificuldades nas dez diferentes áreas da vida ou domínios avaliados. Primeiramente, quanto ao “Uso de álcool e outras drogas” os *clusters* formados se distinguiram significativamente. O I concentrou a menor densidade de problemas nessa área, ao passo que o III concentrou a maior densidade média de problemas. Verifica-se, então, que os componentes do *cluster* III parecem vivenciar mais prejuízos pessoais relacionados ao uso das substâncias. Este já havia sido descrito como aquele a aglutinar a maior parte de jovens com padrão de uso passível de ser classificado como de dependente. Interessantemente, estes dados corroboram diversas investigações que observam o uso de substâncias em meio a adolescentes infratores, e que também buscam estudar a formação de subgrupos entre estes. Estas, em geral, indicam que os agrupamentos nos quais os perfis mais graves de delinquência se concentram, em termos de frequência e de tipos de delitos praticados, são também os que reúnem os jovens que apresentam mais problemas relacionados ao uso de substâncias (Kohler, et al., 2009; Vaughn et al., 2007). Essas investigações, corroboradas pelos resultados apresentados aqui, indicam a existência de um grupo de adolescentes, em geral menos numeroso, que apresenta problemas importantes, relacionados ao uso de substâncias e com maior engajamento infracional, que merece atenção diferenciada, tendo por base a análise de suas necessidades e uma intervenção bastante especializada.

Com relação ao Domínio II do DUSI-R, que avalia os problemas associados ao uso de substâncias aglutinados na área dos “comportamentos”, novamente verificaram-se diferenças significativas entre os três *clusters*. Tem-se mais uma vez que o III reúne os componentes com maiores índices de problemas atrelados à manifestação de comportamentos considerados divergentes e/ou antissociais, envolvendo desrespeito às outras pessoas e aos animais, participação em brigas, entre outros. Este resultado é bastante coerente, uma vez que o III elencou adolescentes que mostraram-se mais engajados nas condutas delituosas.

Um dado interessante observado, nessa seara, é o de que o *cluster* I, nesse quesito, não se diferenciou estatisticamente do II. Ou seja, apesar de os componentes deste poderem ser considerados com tendo comportamentos mais graves que os do cluster I, em termos de engajamento infracional e de uso de substâncias e problemas associados, estes apresentam dificuldades em níveis semelhantes ao I, no que diz respeito a alguns comportamentos considerados antissociais. Este dado pode sinalizar que determinados comportamentos antissociais, envolvendo desrespeito a pessoas e a animais, não se associam direta e necessariamente à prática posterior de delitos. Na contramão disso, o III, caracterizado pela apresentação de uma diversidade muito maior de delitos já cometidos, teria uma proporção maior de problemas nesse plano e, com isso, uma probabilidade aumentada de envolver adolescentes com padrão de conduta mais violenta.

No tocante ao terceiro Domínio do instrumento DUSI-R, o qual avalia problemas de saúde física dos adolescentes, novamente percebe-se que os agrupamentos formados se diferenciaram significativamente. Na medida em que estes apresentam níveis de engajamento infracional maior, mais parecem ter problemas relacionados à saúde, como prejuízos causados por doenças e acidentes. Interessante notar que este dado é consistente com a literatura disponível, a qual demonstra que jovens judicializados apresentam mais e mais graves necessidades de saúde, quando comparado a qualquer outra amostra de jovens na população (Sedlak & McPherson, 2010). O que se verificou aqui, além disso, é que aqueles que praticam mais delitos e utilizam mais substâncias também apresentam mais problemas de saúde. Não é difícil hipotetizar que tal acontece porque os mais engajados nas condutas delituosas se expõem mais a diversos riscos, aumentando a probabilidade de verem sua saúde física afetada direta e negativamente. A título de exemplo, pode-se imaginar que um adolescente envolvido no tráfico de drogas desempenhe atividades em horários diferenciados e isso altere os ciclos adequados de sono; a implicação em prática de furtos e de roubo, por vezes, imponha o enfrentamento de resistências e obstáculos, o que pode concorrer para agravos à saúde, por meio de ferimentos e fraturas. Além disso, um padrão de uso de

substância mais problemático, como foi percebido com maior ênfase no *cluster* III, agride a saúde de alguma maneira, tendo como consequência a falta de alimentação adequada, o descuido com a higiene pessoal, além das consequências orgânicas decorrentes da ingestão das próprias substâncias, algumas atreladas a danos fisiológicos conhecidos.

No tocante ao Domínio IV do DUSI-R, que avalia sintomas com possíveis transtornos psiquiátricos, observou-se que os agrupamentos formados também se diferenciaram significativamente nestes quesitos. Desta forma, foi possível perceber que os níveis de engajamento infracional considerados mais graves e, conseqüentemente, os padrões de uso de substâncias também considerados mais graves, mostraram-se associados a mais problemas de ordem de saúde mental. O *cluster* III apresentou as maiores densidades médias de dificuldades desta natureza, indicando que os reunidos neste agrupamento podem experimentar mais problemas psiquiátricos e psicológicos, além de necessitar de intervenções especializadas nesta área. Coerentemente, como já mencionado, este agrupamento também reuniu o maior número de adolescentes com o padrão de uso de substâncias passível de ser considerado dependente. A literatura disponível tem consistentemente demonstrado que este padrão de uso está, geralmente, associado a outros problemas de saúde mental (Margari et al., 2015; Plattner et al., 2012; Robertson et al., 2004). Interessantemente, de maneira específica, o II não se diferenciou do III de modo significativo nestes quesitos. Apesar de o II apresentar diferenças importantes em termos de níveis de engajamento infracional, em comparação ao III, mais uma vez observa-se que estes *clusters* não são tão diferentes no tocante a outras problemáticas, como as representadas no domínio em questão. É possível que os membros do II também vivenciem importantes problemas no plano da saúde mental devido ao fato de apresentarem padrões comportamentais de uso de substâncias considerados problemáticos, lembrando também que a frequência de uso de maconha neste é bastante parecida àquela verificado no *cluster* III.

Com relação ao Domínio V do instrumento DUSI-R, no qual se investiga questões ligadas à “competência social”, constatou-se que os agrupamentos não se diferenciaram com significância estatística. Competência social, de acordo com o estipulado no instrumento, refere-se às habilidades sociais, em geral, e àquelas relacionadas às interações com outras pessoas, sendo estas avaliadas por meio de perguntas que indagam sobre dificuldades de fazer amizades, sobre sentir-se pertencente a algum grupo, entre outras. É possível que tais questões sejam sensíveis para aferir diferenças entre adolescentes da população geral e jovens infratores e/ou apresentando outros problemas de comportamentos, como o de uso de substâncias; todavia, parecem demasiadamente gerais para sinalizar diferenças intragrupos.

Segundo apontamentos da literatura, adolescentes infratores apresentam, de forma geral, dificuldades nesta área, as quais podem impulsioná-los ainda mais à participação em contextos antissociais, em que não são muito requisitados em termos de competências nas interações sociais (Tarter et al., 2011). Assim, na medida em que estes, ainda que mais ou menos engajados na prática delituosa, estão inseridos em contextos que lhes exigem pouco ou quase nada em termos de habilidades sociais, estes podem ter uma percepção diminuída quanto ao nível e à natureza de problemas vivenciados nestes quesitos.

Da mesma maneira, as questões ligadas ao contexto familiar, avaliadas no Domínio VI do DUSI-R, não diferenciaram os agrupamentos formados de forma significativa. Os adolescentes da presente pesquisa parecem vivenciar, em geral, problemas bastante parecidos nesta seara, independentemente do nível de engajamento infracional e dos padrões do uso de substâncias. Ressalta-se que os problemas no contexto familiar são investigados com respeito à existência, neste contexto, de modelos criminalizados e/ou que fazem uso de substâncias, bem como com respeito às qualidades das relações neste ambiente (sondando, por exemplo, a comunicação do adolescente com os pais/responsáveis e a realização de atividades em conjunto, entre outros aspectos). Vale lembrar que na amostra geral já se havia denotado uma densidade média baixa de dificuldades neste domínio, o que, provavelmente, refletiu-se na não diferenciação dos agrupamentos neste. Interessantemente, estes dados parecem contrariar o esperado; supõe-se, de modo geral, que os infratores têm muitos problemas familiares e quanto mais engajados em termos infracionais e mais problemáticos em termos de uso de substâncias, mais problemas familiares deveriam ter. Este aspecto merece mais investigação, empregando, talvez, instrumentos mais específicos, que permitam uma observação direta do funcionamento familiar dos jovens em conflito com a lei.

No tocante aos problemas relacionados à escola, mensurados no Domínio VII do DUSI-R, observou-se que os agrupamentos formados se diferenciaram com significância estatística nos quesitos avaliados. Assim, pode-se dizer que na medida em que os argumentos se diferenciavam em relação aos níveis de engajamento infracional e aos padrões de uso de substâncias, diferenciaram-se também no que respeita à quantidade de dificuldades vivenciadas no contexto escolar. O *cluster* III, com membros em níveis mais grave em relação ao engajamento infracional e ao padrão de uso de substâncias, apresentou densidade média mais alta de problemas nestes quesitos. Interessantemente, esta área da vida dos adolescentes foi também uma das que se mostrou mais associada a problemas na amostra total, e agora se mostra capaz de distinguir os agrupamentos aqui apresentados. Assim, pode-se afirmar a

importância das questões escolares, quando se trata de adolescentes infratores mais engajados e que usam drogas de forma mais problemática.

Vale lembrar que os dados atinentes à vida escolar investigados no plano da caracterização da amostra, referentes à média de anos de estudo, defasagem escolar e evasão, não diferenciaram os *clusters* de modo significativo. Estes podem parecer contraditórios aos outros, mas podem-se entender as diferenças entre os resultados, considerando o fato de os quesitos avaliados pelo DUSI-R referirem-se mais propriamente a aspectos qualitativos, atrelados às relações estabelecidas na e com a escola. Assim, ainda que os jovens reunidos nos três *clusters* pouco se diferenciem quanto aos aspectos mais objetivos, relativos à progressão escolar, pode-se dizer que aqueles mais implicados em comportamentos antissociais têm experiências escolares mais negativas, e parecem mais distanciados dos valores que ali circulam, já que estão mais voltados aos valores divergentes e às práticas antissociais.

De maneira específica, o *cluster* I não se diferenciou estatisticamente do II nestes quesitos. Na realidade, estes dois agrupamentos se mostraram bastante parecidos em relação à média de densidade de problemas. Estes podem ser mais parecidos com relação à pouca participação nas atividades escolares, coerentemente com que denotaram os dados sociodemográficos referentes à escola. Conforme o já adiantado, este dado sugere que as questões que investigam a qualidade das relações no contexto escolar podem estar mais relacionadas aos níveis de engajamento infracional, ao passo que a defasagem e a evasão escolar são características comuns aos adolescentes infratores em geral.

No tocante às questões relacionadas ao trabalho, mensuradas no Domínio VIII do instrumento, observou-se que os agrupamentos se diferenciaram estatisticamente nesse. Desta maneira, os adolescentes do *cluster* III apresentaram as maiores densidades de dificuldades nessa área. Na realidade, quando se observa a amostra total, esta área chamou a atenção por apresentar a mais baixa densidade de problemas, quando comparada às demais. Isso possivelmente se deve ao fato de a maioria dos adolescentes ter referido não estar trabalhando, no momento das entrevistas. Ademais, em se considerando as idades médias é possível cogitar que a maioria nem tivesse tido, ainda, experiências anteriores de trabalho. É possível também que o *cluster* III reúna a maior quantidade de jovens com experiência de trabalho, considerando serem estes, em geral, os mais velhos (M=16,1 anos). Isto pode, em parte, explicar o fato destes demonstrarem mais problemas nesta área, se comparados aos outros. Obviamente não se pode descartar a hipótese de as dificuldades indicadas na seara do trabalho, em intensidade significativamente maior nesse subgrupo, refletir de igual modo as dificuldades de funcionamento e adaptação social que parecem marcar, de modo geral, o

desenvolvimento dos participantes deste grupo. Vale lembrar que são eles a apresentar um padrão de uso de substâncias mais grave, o que pode ter concorrido para a apresentação de problemas no ambiente de trabalho.

No tocante ao Domínio IX, “relação com os pares”, avaliado no DUSI-R, teve-se como resultado que as variáveis componentes deste constructo distinguiram com significância estatística os três *clusters*. Assim, percebe-se que aqueles agrupamentos com adolescentes com maiores níveis de engajamento infracional e padrões comportamentais de uso de substâncias também mais preocupantes são os agrupamentos nos quais os jovens parecem gastar mais tempo com aqueles que também apresentam condutas divergentes/antissociais, demonstrando ter com estes relações de cunho criminalizado. Tais dados são bastante coerentes com o que aponta a literatura disponível, que indica ser esta área um importante fator de risco, tanto para comportamentos delitivos como para o uso de substâncias psicoativas (Bernat et al., 2012; Donovan & Molina, 2011; Gagnon et al., 2011; Hemphill et al., 2011; Hicks et al., 2010; Maruschi et al., 2012). Associar-se a pares com comportamentos antissociais pode aumentar a probabilidade de os adolescentes também manifestarem comportamento antissocial, além de que, posteriormente, aumentar a probabilidade destes comportamentos persistirem no tempo. O comportamento antissocial e a associação a pares antissociais influenciam-se mutuamente, retroalimentando-se. Neste espectro, é possível que os membros do *cluster* III pertençam a grupos de pares bastante criminalizados, em que valores de subcultura divergente/antissocial prosperam.

No entanto, vale sublinhar que estes não se diferenciaram estatisticamente dos adolescentes do *cluster* II, informando mais uma vez que estes dois *clusters* são distintos em relação ao nível de engajamento infracional, mas bastante parecido em relação aos outros problemas associados. É possível hipotetizar que os relacionamentos com pares divergentes, no caso do *cluster* II, ocorra mais em razão do comportamento de uso de substâncias e dos problemas associados a tal uso.

Contudo, e também coerentemente ao exposto até aqui, os agrupamentos formados se diferenciaram estatisticamente no tocante à variável “lazer/recreação”, mensurada pelo Domínio X do instrumento DUSI-R. Nesta área investiga-se a qualidade das atividades cotidianas dos adolescentes, sendo que o *cluster* III reuniu os que mostraram as maiores densidades de dificuldades nestes quesitos. Possivelmente, os participantes deste agrupamento, por estarem mais engajados em comportamentos antissociais, estão mais distanciados de contextos convencionais, em que o tipo de lazer e de recreação investigado pelo instrumento podem acontecer. Atividades de lazer e de recreação em ambientes pró-

socias, supervisionadas por adultos não divergentes, concentram-se em ambientes não criminalizados. Mais uma vez, os *clusters* II e III não se diferenciaram com importância estatística neste caso. Novamente hipotetiza-se que no caso do II, os problemas relativos às atividades de lazer e de recreação se associem mais propriamente aos comportamentos do uso de substâncias que aos infraconais, tendo em conta o fato de apresentarem menor nível de engajamento em atividades delituosas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, podemos perceber que a maioria dos adolescentes em conflito com lei revelou ter se implicado em outras atividades delituosas, além daquela referente ao fato em função do qual encontravam-se sob custódia por ocasião da pesquisa. De modo geral, ressalta-se que eles relataram ter se implicado em uma gama diversificada de delitos, em idades anteriores àquela que possuíam no momento. Vale, contudo, notar, que a maioria referiu não ter se implicado em delitos classificados como violentos.

No que concerne às análises específicas sobre o uso de substâncias, as porcentagens de jovens que referiram já ter consumido uma ou outra das substâncias investigadas foram altas e, em geral, superiores às encontradas nos jovens da população em geral. Nesse panorama, a referência ao uso da maconha se sobressai, como mais utilizada, em termos de prevalência e de frequência. Na realidade, a alta frequência de utilização desta substância entre os infratores estudados é um ponto de importante diferenciação dos adolescentes infratores, em vista aos da população geral. Em meio a estes últimos, as substâncias lícitas, como álcool, são as prevalentes. Todavia, o uso de cocaína e crack não foi relatado em prevalência e em frequência significativas, contrariando uma possível opinião de senso comum, quanto ao fato de os infratores usarem sempre e mais drogas consideradas mais pesadas.

Ademais, a maioria dos participantes do presente estudo não apresentou um padrão de uso que denotasse importantes problemas relacionados (33% seriam abstinentes e 15% teriam uso experimental). Um padrão de uso abusivo caracterizaria 37% dos participantes, ao passo que um padrão considerado mais grave (de provável dependência) caracterizaria apenas 15%.

Apesar disso, os adolescentes em conflito com a lei estudados apresentam um padrão de uso preponderantemente mais problemático que aqueles encontrados na população geral de jovens, associado a mais dificuldades, em diferentes áreas da vida. Nesse contexto, as dificuldades relacionadas ao grupo de pares e à escola são as mais relevantes. Os problemas associados ao uso de álcool e outras drogas per si não figuraram entre as de maior destaque, indicando a necessidade de se observar o comportamento de uso destas para além das prevalências, das frequências, focalizando os problemas e os prejuízos em outras áreas da vida, principalmente em se tratando de adolescentes.

O padrão comportamental de uso descrito pelos resultados encontrados junto aos pesquisados neste estudo parece ser bastante peculiar. Estes iniciaram o uso de substâncias mais precocemente se comparado aos da população em geral. Além disso, a primeira

substância utilizada foi, em geral, a maconha, outro ponto que os diferencia. Interessantemente, de acordo com as revisões aqui realizadas, quando adolescentes da população geral passam a utilizar substâncias de maneira precoce, tendem a usar mais de uma simultaneamente, o que não necessariamente se verifica com aqueles que estão em conflito com a lei. Estes parecem eleger uma como preferida e a utilizam com bastante frequência, normalmente a maconha.

Como ponto central deste estudo, considerando que os adolescentes apresentaram importante variabilidade, tanto nos comportamentos considerados delituosos, como nos de uso de substâncias, objetivou-se observar e descrever grupos heterogêneos, tendo por base as variáveis focalizadas. Desta maneira, foi possível identificar na amostra três agrupamentos que se diferenciaram em razão dos níveis de engajamento infracional, indo do menor ao maior engajamento. Interessantemente, foi possível observar que os agrupamentos se diferenciaram em relação aos padrões de uso de substâncias, tanto no plano comportamental, como no psicossocial. Assim, um grupo composto por 41 adolescentes se caracterizou por apresentar padrões de comportamento delituoso e de uso de drogas mais leve, ou menos problemático. Estes também mostraram as menores densidades médias de dificuldades nas diversas áreas investigadas. O segundo grupo, o maior, foi formado por 49 jovens com níveis medianos de engajamento infracional e de uso de substâncias psicoativas, assim, como de dificuldades associadas. Interessantemente, este agrupamento revelou uma frequência alta de uso de maconha, praticamente igual ao agrupamento seguinte, sugerindo que a quantidade de uso de substâncias per se, não necessariamente se associa a níveis mais elevados de engajamento infracional.

Por fim, o último grupo agregou o menor número de participantes ($n= 28$), caracterizados por apresentar o mais alto engajamento infracional e os padrões mais problemáticas de uso de substâncias, com as maiores densidades médias de dificuldades relacionadas ao uso.

Desta forma, embora este estudo exploratório não tivesse como objetivo indicar tipologias, os achados aqui expostos sugerem que as avaliações com esta população específica devem à existência de importantes diferenças intragrupo. O trabalho nos contextos associados ao sistema de justiça juvenil deve ser projetado para atender às necessidades dos adolescentes, tendo em mente que se está lidando com diferenças que se estendem ao longo de um *continuum*: em uma extremidade está-se diante de adolescentes que, embora tendo cometido delitos, não apresentam grandes problemas comportamentais e psicossociais; em outra depara-se com jovens com muitos problemas e dificuldades que se retroalimentam.

Grosso modo, a visualização de diferentes perfis de adolescentes, em nossa amostra, nos permite concluir que um número importante destes mostra níveis menores de engajamento infracional e padrão de uso de substâncias menos grave, enquanto um grupo menor mostra níveis importantes de problemas, em todas as áreas avaliadas. É claro, portanto, que as intervenções na área do infrator, além de especializadas, devem ser diferenciais. Estas questões são, contudo, incipientes nas discussões sobre a intervenção com esta população, no Brasil.

Como muitos jovens podem não exigir intervenções em algumas áreas, os recursos poderiam ser direcionados àqueles que realmente necessitam. Essa noção é extremamente importante, especialmente na realidade brasileira, carente em quantidade e em qualidade de intervenções nesta área. Assim, os adolescentes do *cluster* I poderiam se beneficiar de intervenções com foco na prevenção secundária, baseadas em intervenções de promoção da saúde. Os componentes do II poderiam se beneficiar de intervenções em um sistema cruzado, envolvendo intervenções especializadas tanto na área dos comportamentos delituosos, como na área do uso de substâncias, uma vez que os participantes deste grupo mostraram frequência alta de uso de substâncias e níveis importantes de sintomas de saúde mental e problemas psicossociais associados.

Já o *cluster* III, apesar de ser o agrupamento com o menor número de participantes, abarca aqueles que parecem requerer um conjunto de intervenções especializadas e intensivas, no sentido de atingir as diferentes áreas em que mostram ter problemas. Para além do alto nível de engajamento infracional, os elementos deste grupo apresentam necessidades emergentes de intervenção especializada no tocante ao uso de substâncias, sendo esse padrão considerado, para a maioria, como abusivo/dependente. Neste caso, uma maior integração de serviços, sob a forma de colaboração entre os setores da justiça juvenil, por meio dos profissionais que executam as medidas socioeducativas, e os diferentes setores da saúde (incluindo os da saúde mental), parece particularmente importante para atender às multinecessidades expostas nesse grupo.

Na esteira das intervenções especializadas, um foco específico deve ser a melhor compreensão das razões pelas quais a maconha seja uma substância tão consumida em meio aos infratores, considerando que tal dado pode estar associado, não só à acessibilidade a esta droga, nos contextos em que os adolescentes se encontram inseridos, mas também aos efeitos produzidos, relativos à diminuição ou à exacerbação dos sintomas de saúde mental.

Outrossim, a aplicação dos principais instrumentos utilizados nesta pesquisa, a Entrevista Estruturada de Delinquência Autorrevelada e o DUSI-R, parece bastante adequada

à avaliação dos jovens, no sentido de apreender as mais importantes diferenças entre os eles/ou os mesmos. A avaliação bem feita dos adolescentes infratores, seja no plano do engajamento infracional, seja no tocante aos padrões de uso de substâncias e dificuldades associadas, pode servir eficientemente para indicar adolescentes que necessitam de intervenções mais intensivas, com destaque à sua utilidade no uso eficiente dos escassos recursos interventivos na realidade brasileira.

Considera-se, ainda, que tal instrumental deve ser cogitado, até mesmo, em termos de aplicação clínica, uma vez que as informações que produz, além de úteis e sistematizadas, são suscetíveis de orientar a elaboração dos planos individualizados de intervenção. Ressalta-se que ambos os instrumentos são simples e de rápida aplicação, sendo, portanto, passíveis de integração nas rotinas cotidianas dos serviços da justiça juvenil, especialmente aqueles relacionados às portas de entrada do sistema.

A defesa deste tipo de conhecimento, com possibilidade de aplicação prática direta, é especialmente importante nesse momento da história do Brasil, quando, às cegas, os legisladores, alegando cumprir a demanda popular, vislumbram um tratamento mais massificado que o já existente, de natureza meramente punitiva, optam pelo encarceramento dos jovens, com o rebaixamento da maioridade penal para 16 anos.

No que respeita os aspectos científicos do presente trabalho, há considerações a serem feitas quanto às limitações. Uma primeira refere-se ao fato de se ter trabalhado tão somente com dados de autorrelato, coletados por meio de entrevistas. Tais dados, assim, colhidos padecem, como sempre, dos possíveis vieses gerados por falhas de memória e por distorções não controláveis, o que implica tomá-los com parcimônia. Nesta esteira, há de se considerar também o local e o momento em que as entrevistas foram realizadas. Apesar de, no momento da coleta de dados, já se estar em uma situação anterior àquela, altamente estressante, referente à apreensão e à lavragem do Boletim de Ocorrência, é possível que os adolescentes ainda estivessem sob o impacto da situação e, ademais, ansiosos com a espera de notícias sobre as decisões do Ministério Público. De todo modo, percebe-se que os resultados obtidos via diferentes instrumentos juntamente com as análises implementadas apresentam total coerência e tal fator, de algum modo, aponta na direção da validade das informações obtidas.

Nessa esteira, há que se destacar o fato de a Entrevista de Delinquência Estruturada, no escopo dos métodos disponíveis, de delinquência autorrevelada, mostrar-se como técnica eficiente, ao trazer uma gama de informações sobre o comportamento delituoso do adolescente que, efetivamente, transcende o que se poderia saber e dizer sobre ele, tendo por base tão somente os dados oficiais, relativos à conduta com delitos. O presente estudo,

juntamente com os outros desenvolvidos e em desenvolvimento no GEPDIP, ao servir-se desta técnica, oferece tal contribuição adicional à ciência, referente à utilidade de abordar o fenômeno por esse meio.

Um segundo aspecto referente a uma limitação da presente pesquisa diz respeito ao tamanho da amostra. Esta pode ser considerada bem menor que aquelas normalmente utilizadas, principalmente nos estudos internacionais. Tal aspecto deve ser considerado ao se pensar em generalização dos resultados, no sentido de fazê-las com parcimônia. Neste eixo, é preciso referir o grau de dificuldade enfrentado pelos pesquisadores brasileiros atuantes nessa área, tendo em vista os desafios para obter autorizações de diferentes instituições atreladas ao sistema de justiça juvenil, de modo a ter contato com os adolescentes infratores, para poder convidá-los à colaboração com as pesquisas. Nesse contexto, há também que se ressaltar a dificuldade adicional, normalmente vivenciada pelos pesquisadores, para contatar os pais/responsáveis dos mesmos, e solicitar a autorização para que estes participem da pesquisa, mesmo estando sob custódia judicial. Será importante, posteriormente, estabelecer acordos ou convênios de pesquisas entre as instituições de pesquisa e as envolvidas no sistema de justiça juvenil, de modo que os pesquisadores possam ter um acesso mais facilitado aos adolescentes infratores, sem abrir mão dos preceitos éticos, obviamente. Do contrário, a produção de conhecimento específico e especializado brasileiro continuará a passos lentos e, muitas vezes, fragmentada, sem condição de contribuir verdadeiramente à prática.

Um terceiro aspecto referente a limites inerentes ao presente estudo, não menos importante, diz respeito ao tipo de amostra utilizada. Não se deve esquecer que o conceito “adolescentes em conflito com a lei” pode abarcar amostras de adolescentes bastante diferenciadas, como aqueles à porta de entrada do sistema de justiça (como no caso da presente pesquisa), os que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto ou fechado e, até mesmo, jovens da população geral, que cometeram delitos, sem se fazer apreender pela polícia e/ou sancionar pela justiça. Tal aspecto, juntamente com aquele relativo ao tamanho da amostra, deverá ser considerado ao se fazer generalizações dos resultados aqui apresentados.

A despeito de tais limitações e de todos os necessários aperfeiçoamentos para futuras pesquisas, os dados aqui apresentados trazem contribuições importantes no sentido de melhor conhecer e compreender o fenômeno da delinquência juvenil, e os adolescentes apreendidos pela polícia, no contexto estudado. Assim, considera-se que o presente trabalho conta com dois pontos fortes, que se destacam. O primeiro foi o fato de se ter coletado dados e realizado análises para além daquilo normalmente feito em estudos correlatos, que se atêm, em geral, às

estimativas de taxas de usuários de drogas em meio aos infratores. Até onde se sabe, este é o primeiro estudo nacional a conduzir análises, visando às frequências de uso de substâncias no último mês e que, além disto, observa os padrões comportamentais de uso e os problemas atrelados, bem como as densidades de dificuldades psicossociais. Tais dados oferecem muitos detalhes sobre a amostra, e denotam claramente a complexidade das variáveis envolvidas no estudo. O segundo ponto forte refere-se à opção por realizar análises de *clusters*, tendo em vista a importância de se considerar a existência de uma acentuada heterogeneidade em meio aos infratores, seja no tocante à conduta delituosa, seja no que se refere ao comportamento de uso de drogas. Tal análise revela e reitera as diferentes possibilidades de relação droga-crime, o que parece ser de fundamental importância social e acadêmica. Conforme o já mencionado, os resultados assim obtidos ajudam, no âmbito da justiça juvenil, a conceber e a propor avaliações mais pertinentes, que podem indicar as reais necessidades de cada adolescente no conjunto de suas características pessoais e sociais e, desta forma conduzir a intervenções ajustadas e eficazes.

8 REFERÊNCIAS

- Abdalla, M. A. (2014). *Uso de substâncias psicoativas entre estudantes universitários da área da saúde e avaliação de gravidade de problemas através do instrumento DUSI-R*. Dissertação de Mestrado Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (2008). Critério de Classificação Econômica Brasil. Brasília, DF: Autor.
- Abadi, M. H., Shamblen, S. R., Thompson, K., Collins, D. A., & Johnson, K. (2011). Influence of Risk and Protective Factors on Substance Use Outcomes Across Developmental Periods: A Comparison of Youth and Young Adults. *Substance Use & Misuse*, 46(13), 1604-1612.
- Agra, da C. (1998). *Entre Droga e Crime*. Porto: Casa das Letras.
- Andrade, R. C. d., Assumpção Junior, F., Teixeira, I. A., & Fonseca, V. A. d. S. (2011). Prevalência de transtornos psiquiátricos em jovens infratores na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): estudo de gênero e relação com a gravidade do delito. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16(4).
- Atilola, O. (2012). Different Points of a Continuum? Cross Sectional Comparison of the Current and Pre-contact Psychosocial Problems among the Different Categories of Adolescents in Institutional Care in Nigeria. [Article]. *Bmc Public Health*, 12, 11.
- Aytaclar, S., Erkiran, M., Kirisci, L., & Tarter, R. (2003). Substance abuse and associated psychosocial risk factors among Turkish male adolescents *Addict Behav* (Vol. 28, pp. 1419-1429). England.
- Baltieri, D. A., & Andrade, A. G. d. (2011). Comparando agressores sexuais seriais e não seriais: consumo de álcool e outras drogas, impulsividade e história de abuso sexual. *Revista Brasileira Psiquiatria*, 30(1).
- Barberet, R., Bowling, B., Junger-Tas, J., Rechea-Arberola, C., & Zurawan, A. (2004). Self-Reported Juvenile Delinquency in England and Wales, The Netherlands and Spain. Helsinki: HEUNI.
- Bazon, M. R., Silva, J. L., & Ferrari, R. M. (2013). Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. *Educação em Revista*, 29(2), 175-199.

- Bazon, M.R., & Estevão, R. (2012). Juvenile Criminal Behavior and Peers' Influences: A Comparative Study in the Brazilian Context. *Universitas Psychologica*, v. 11, p. 1157- 1166.
- Beck, A. (1993). *Cognitive Therapy of Substance Abuse*. New York: The Guilfort Press.
- Becker, S. J., Nargiso, J. E., Wolff, J. C., Uhl, K. M., Simon, V. A., Spirito, A., et al. (2012). Temporal relationship between substance use and delinquent behavior among young psychiatrically hospitalized adolescents. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 43(2), 251-259.
- Bergman, L. R., & Magnusson, D. (1997). A person-oriented approach in research on developmental psychopathology. *Dev Psychopathol*, 9(2), 291-319.
- Bernat, D. H., Oakes, J. M., Pettingell, S. L., & Resnick, M. (2012). Risk and Direct Protective Factors for Youth Violence Results from the National Longitudinal Study of Adolescent Health. *American Journal of Preventive Medicine*, 43(2), S41-S50.
- Boden, J. M., Fergusson, D. M., & Horwood, L. J. (2013). Alcohol misuse and criminal offending: Findings from a 30-year longitudinal study. *Drug and Alcohol Dependence*, 128(1-2), 30-36.
- Braverman, P. K., Adelman, W. P., Breuner, C. C., Levine, D. A., Marcell, A. V., Murray, P. J., et al. (2011). Health Care for Youth in the Juvenile Justice System. [Article]. *Pediatrics*, 128(6), 1219-1235.
- Brian, S. E. (2011). Cluster Analysis. United Kingdom.
- Briere, F. N., Fallu, J. S., Descheneaux, A., & Janosz, M. (2011). Predictors and consequences of simultaneous alcohol and cannabis use in adolescents. *Addict Behav*, 36(7), 785-788.
- Brochu, S. (1995). Drogue et criminalité: une relation complexe. Quebec: Les Presses de l'Université de Montréal.
- Brochu, S., Cousineau, M.-M., Provost, C., Erickson, P., & Fu, S. (2010). Quand drogues et violence se rencontrent chez les jeunes: Un cocktail explosif? [When youth combine drugs and violence: An explosive cocktail.]. *Drogues, santé et société*, 9(2), 149-178.
- Brook, D. W., Brook, J. S., Rubenstone, E., Zhang, C. S., & Saar, N. S. (2011). Developmental Associations Between Externalizing Behaviors, Peer Delinquency, Drug Use, Perceived Neighborhood Crime, and Violent Behavior in Urban Communities. *Aggressive Behavior*, 37(4), 349-361.

- Brook, J. S., Lee, J. Y., Finch, S. J., Koppel, J., & Brook, D. W. (2011). Psychosocial Factors Related to Cannabis Use Disorders. [Article]. *Substance Abuse*, 32(4), 242-251.
- Brook, J. S., Brook, D. W., Kats, N., Arencibia-Mireles, O., & Finch, S. J. (2009). Ecology And Drug Use: Universal Predictors Across Time And Place. *Psychological Reports*.
- Brunelle, N. (2000). Trajectoires déviantes à l'adolescence: usage de drogues illicites et délinquance. Thèse présentée à la Faculté des études supérieures en vue de l'obtention du grade de Philosophiæ Doctor (Ph.D.) en Criminologie. École de criminologie. Université de Montreal, Montreal.
- Brunelle, N., Bertrand, K., Beaudoin, I., Ledoux, C., Gendron, A., & Arseneault, C. (2013). Drug trajectories among youth undergoing treatment: The influence of psychological problems and delinquency. *Journal of Substance Abuse*, 36(3), 705-716.
- Bye, E. K., & Rossow, I. (2010). The impact of drinking pattern on alcohol-related violence among adolescents: An international comparative analysis. *Drug Alcohol Rev*, 29(2), 131-137.
- Carlini, E. L. d. A., Noto, A. R., Sanchez, Z. v. d. M., Carlini, C. M. d. A., Locatelli, D. P., Abeid, L. R., et al. (2010). *VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino*. Disponível em <www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca> Acessado em: Janeiro, 2014.
- Carvalho, H. B., & Seibel, S. D. (2009). Crack cocaine use and its relationship with violence and HIV. *Clinics (Sao Paulo)*, 64(9), 857-866.
- Carvalho, M. C. N. d., & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estud. psicol. (Campinas)*, 22(3).
- Castro, J., Cardoso, C., & Agra, C. (2010). Projecto: Observatório da Delinquência Juvenil. Relatório Final. Escola de Criminologia, Faculdade de Direito da Universidade do Porto.: Não Publicado.
- Chartier, K. G., Hesselbrock, M. N., & Hesselbrock, V. M. (2010). Development and Vulnerability Factors in Adolescent Alcohol Use. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 19(3), 493-515.
- Chassin, L. (2008). Juvenile justice and substance use. *Future Child*, 18(2), 165-183.
- Chermack, S. T., Murray, R. L., Walton, M. A., Booth, B. A., Wryobeck, J., & Blow, F. C. (2008). Partner aggression among men and women in substance use disorder

- treatment: correlates of psychological and physical aggression and injury. *Drug Alcohol Depend*, 98(1-2), 35-44.
- Childs, K. K., & Sullivan, C. J. (2013). Investigating The Underlying Structure And Stability Of Problem Behaviors Across Adolescence. *Criminal Justice and Behavior*, 40(1), 57-79.
- Childs, K., Dembo, R., Belenko, S., Sullivan, C., & Cochran, J. (2011). A group-based modeling approach to examining sociodemographic variation in the association among risky sexual behavior, drug use, and criminal involvement in a sample of newly arrested juvenile offenders, 9(1), 313-332.
- Choquet, M., Menke, H., & Manfredi, R. (1991). Interpersonal aggressive behaviour and alcohol consumption among young urban adolescents in France. *Alcohol Alcohol*, 26(4), 381-390.
- Claro, H. E.; De Oliveira, M. A. F.; Paglione, H. B.; Pinho, H. P.; Pereira, M. O.; Vargas, D. (2012). Tradução e adaptação cultural do global *appraisal of individual needs – initial*. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, 46(5).
- Conselho Nacional de Justiça. (2012). *Panorama Nacional: A execução das medidas socioeducativas de internação Programa Justiça ao Jovem*. Brasília, DF: Autor.
- Colins, O., Vermeiren, R., Vahl, P., Markus, M., Broekaert, E., & Doreleijers, T. (2011). Psychiatric disorder in detained male adolescents as risk factor for serious recidivism. *The Canadian Journal of Psychiatry / La Revue canadienne de psychiatrie*, 56(1), 44-50.
- Copur, M., Turkcan, A., & Erdogmus, M. (2005). Substance abuse, conduct disorder and crime: Assessment in a juvenile detention house in Istanbul, Turkey. *Psychiatry and Clinical Neurosciences*, 59(2), 151-154.
- Cruz, L. R. d., Welzbacher, A. I., Freitas, C. L. S. d., Costa, L. X. S. d., & Lorini, R. A. (2010). Medidas socioeducativas em meio aberto no município de Santa Cruz do Sul/RS: entre as diretrizes legais e as políticas sociais públicas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(1).
- D'Abreu, L. C. F. (2011). Delinquência Auto-Revelada em Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Brasil. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 2(2), 154-170.
- Day, D. M., Wanklyn, S. G., & Yessine, A. K. (2014). A Review of Terminological, Conceptual, and Methodological Issues in the Developmental Risk Factor Literature

for Antisocial and Delinquent Behavior. [Review]. *Child & Youth Care Forum*, 43(1), 97-112.

De Looze, M., Janssen, I., Elgar, F. J., Craig, W., & Pickett, W. (2015). Neighbourhood crime and adolescent cannabis use in Canadian adolescents. *Drug Alcohol Depend*, 146, 68-74.

De Micheli, D., & Formigoni, M. L. (2002). Psychometric properties of the Brazilian version of the drug use screening inventory. *Alcohol Clin Exp Res*, 26(10), 1523-1528.

De Micheli, D., & Formigoni, M. L. O. S. (2000). Screening of drug use in a teenage Brazilian sample using the Drug Use Screening Inventory (DUSI). *Addictive Behaviors*, 25, 683-691.

Dean, D. O., Cole, V., & Bauer, D. J. (2015). Delineating prototypical patterns of substance use initiations over time. [Article]. *Addiction*, 110(4), 585-594.

Dembo, R., & Schmeidler, J. (2003). A classification of high-risk youths. *Crime & Delinquency*, 49(2), 201-230.

Dembo, R., Briones, R., Gullledge, L., Karas, L., Winters, K. C., Belenko, S., et al. (2012). Stress, Mental Health and Substance Abuse Problems In a Sample of Diversion Program Youth: An Exploratory Latent Class Analysis. *J Child Adolesc Subst Abuse*, 21(2), 130-155.

Dietze, P., Jenkinson, R., Aitken, C., Stoove, M., Jolley, D., Hickman, M., et al. (2013). The relationship between alcohol use and injecting drug use: impacts on health, crime and wellbeing. *Drug Alcohol Depend*, 128(1-2), 111-115.

Doherty, E. E., Green, K. M., & Ensminger, M. E. (2008). Investigating the long-term influence of adolescent delinquency on drug use initiation. *Drug and Alcohol Dependence*, 93(1-2), 72-84.

Donovan, J. E., & Molina, B. S. G. (2011). Childhood Risk Factors for Early-Onset Drinking. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, 72(5), 741-751.

Dória, G. M. S., Antoniuk, S. A., Assumpção Junior, F. B., Fajardo, D. N., & Ehlke, M. N. (2015). Delinquency and association with behavioral disorders and substance abuse. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 61(1), 51-57.

DSM-IV-TR – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (Trad. Cláudia Dornelles); 4 e.d. rev. – Porto Alegre: Artmed, 2002

- Ellickson, P. L., & Morton, S. C. (1999). Identifying adolescents at risk for hard drug use: racial/ethnic variations. *J Adolesc Health*, 25(6), 382-395.
- Eschmann, S., Zimprich, D., Metzke, C. W., & Steinhausen, H. C. (2011). A developmental trajectory model of problematic substance use and psychosocial correlates from late adolescence to young adulthood. [Article]. *Journal of Substance Use*, 16(4), 295-312.
- Fagan, J. (1993). Interactions among drugs, alcohol, and violence. *Health Aff (Millwood)*, 12(4), 65-79.
- Farrington, D. P. (2001). What has been learned from self-reports about criminal careers and the causes of offending? London: Home Office Online Report.
- Farrington, D. P. (2008). Introduction to Integrate Developmental and Life-Course. In D. P. Farrington (Ed.), *Integrated Developmental and Life-Course Theories of Offending*. London: Transaction.
- Felson, R., Savolainen, J., Aaltonen, M., & Moustgaard, H. (2008). Is the association between alcohol use and delinquency causal or spurious? *Criminology*, 46(3), 785-808.
- Ferigolo, M., Barbosa, F. S., Arbo, E., Malysz, A. S., Stein, A., & Barros, H. M. (2004). Prevalencia do Consumo de Drogas na FEBEM, Porto Alegre. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 26(1).
- Fernandez, M. (2012). The socioeconomic impact of drug-related crimes in Chile. *Int J Drug Policy*, 23(6), 465-472.
- Figlie, N., Fontes, A., Moraes, E., & Paya, R. (2004). Filhos de dependentes químicos com fatores de risco bio-psicossociais: necessitam de um olhar especial? *Revista Psiquiatria Clínica*, 31(2).
- Finlay, A. K., White, H. R., Mun, E. Y., Cronley, C. C., & Lee, C. (2012). Racial differences in trajectories of heavy drinking and regular marijuana use from ages 13 to 24 among African-American and White males. [Article]. *Drug and Alcohol Dependence*, 121(1-2), 118-123.
- Fisher, G., Harrison, T. (1992). Assessment of alcohol and other drug abuse with referred adolescents. *Psychology in the Schools*, 29, 172-178.
- Ford, J. A. (2005a). Substance use, the social bond, and delinquency. *Sociological Inquiry*, 75(1), 109-128.

- Ford, J. A. (2005b). The connection between heavy drinking and juvenile delinquency during adolescence. *Sociological Spectrum*, 25(6), 629-650.
- Formiga, N. S., Aguiar, M., & Omar, A. (2008). Busca de Sensação e Condutas Anti-Sociais e Delitivas em Jovens. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28(4), 668-681.
- Fréchette, M. & Le Blanc, M. (1987). Delinquência auto-revelada. Em M. Fréchette e M. Le Blanc (orgs.) *Délinquances et Délinquants* (pp.194-235). Gaëtan Morin Éditeur.
- Gaete, J., Labbe, N., Del Villar, P., Allende, C., & Valenzuela, E. (2014). [Prevalence of psychiatric disorders among teenage offenders]. *Rev Med Chil*, 142(11), 1377-1384.
- Gagnon, V., Fallu, J. S., Briere, F. N., & Janosz, M. (2011). Initiation of Ecstasy Use in Quebec Senior High School Adolescents: Distal and Proximal Predictors. *Canadian Journal of Psychiatry-Revue Canadienne De Psychiatrie*, 56(1), 62-70.
- Gatti, U., Soellner, R., Braker, A. B., Verde, A., & Rocca, G. (2015). Delinquency and alcohol use among adolescents in Europe: The role of cultural contexts. [Article]. *European Journal of Criminology*, 12(3), 362-377.
- Goldstein, P. J. (1985). *The Drugs/Violence Nexus: A Tripartite Conceptual Framework*. *Journal of Drug Issues*, 39, 143-174.
- Goldstick, J. E., Lipton, R. I., Carter, P., Stoddard, S. A., Newton, M. F., Reischl, T., et al. (2015). The Effect of Neighborhood Context on the Relationship Between Substance Misuse and Weapons Aggression in Urban Adolescents Seeking ED Care. *Subst Use Misuse*, 50(5), 674-684.
- Golub, A. L., & Johnson, B. D. (1999). Cohort changes in illegal drug use among arrestees in Manhattan: from the Heroin Injection Generation to the Blunts Generation. *Subst Use Misuse*, 34(13), 1733-1763.
- Gordon, M. S., Kinlock, T. W., & Battjes, R. J. (2004). Correlates of early substance use and crime among adolescents entering outpatient substance abuse treatment. *American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 30(1), 39-59.
- Gottfredson, M., & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Grant, B. F., & Dawson, D. A. (1997). Age at onset of alcohol use and its association with DSM-IV alcohol abuse and dependence: results from the National Longitudinal Alcohol Epidemiologic Survey. *J Subst Abuse*, 9, 103-110.

- Green, K. M., Doherty, E. E., Zebrak, K. A., & Ensminger, M. E. (2011). Association between adolescent drinking and adult violence: evidence from a longitudinal study of urban African Americans. *J Stud Alcohol Drugs*, 72(5), 701-710.
- Gretton, H. M., & Clift, R. J. (2011). The mental health needs of incarcerated youth in British Columbia, Canada. *Int J Law Psychiatry*, 34(2), 109-115.
- Grigorenko, E. L., Edwards, L., & Chapman, J. (2015). Cannabis use among juvenile detainees: Typology, frequency and association. [Article]. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 25(1), 54-65.
- Hair, E. C., Park, M. J., Ling, T. J., & Moore, K. A. (2009). Risky behaviors in late adolescence: co-occurrence, predictors, and consequences. *J Adolesc Health*, 45(3), 253-261.
- Hakansson, A., & Berglund, M. (2012). Risk factors for criminal recidivism - a prospective follow-up study in prisoners with substance abuse. *BMC Psychiatry*, 12, 111.
- Hanna, E. Z., & Grant, B. F. (1999). Parallels to early onset alcohol use in the relationship of early onset smoking with drug use and DSM-IV drug and depressive disorders: findings from the National Longitudinal Epidemiologic Survey. *Alcohol Clin Exp Res*, 23(3), 513-522.
- Hasking, P. A., Scheier, L. M., & ben Abdallah, A. (2011). The Three Latent Classes of Adolescent Delinquency and the Risk Factors for Membership in Each Class. *Aggressive Behavior*, 37(1), 19-35.
- Hawkins, J. D., Graham, J. W., Maguin, E., Abbott, R., Hill, K. G., & Catalano, R. F. (1997). Exploring the effects of age of alcohol use initiation and psychosocial risk factors on subsequent alcohol misuse. *J Stud Alcohol*, 58(3), 280-290.
- Hayatbakhsh, M. R., Najman, J. M., Bor, W., O'Callaghan, M. J., & Williams, G. M. (2009). Multiple Risk Factor Model Predicting Cannabis Use and Use Disorders: A Longitudinal Study. *American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 35(6), 399-407.
- Hemphill, S. A., Heerde, J. A., Herrenkohl, T. I., Patton, G. C., Toumbourou, J. W., & Catalano, R. F. (2011). Risk and Protective Factors for Adolescent Substance Use in Washington State, the United States and Victoria, Australia: A Longitudinal Study. *Journal of Adolescent Health*, 49(3), 312-320.
- Hendrickson, J. C., & Gerstein, D. R. (2005). Criminal involvement among young male ecstasy users. *Substance Use & Misuse*, 40(9-10), 1557-1575.

- Herrenkohl, T. I., Lee, J., & Hawkins, J. D. (2012). Risk Versus Direct Protective Factors and Youth Violence Seattle Social Development Project. [Article]. *American Journal of Preventive Medicine*, 43(2), S25-S40.
- Hicks, B. M., Iacono, W. G., & McGue, M. (2010). Consequences of an Adolescent Onset and Persistent Course of Alcohol Dependence in Men: Adolescent Risk Factors and Adult Outcomes. *Alcoholism-Clinical and Experimental Research*, 34(5), 819-833.
- Hirshi, T., & Gottfredson, M. (1994). *The Generality of Deviance*. New Jersey: Transaction.
- Hoge, R. D., & Andrews, D. A. (2005). *Youth Level of Service/Case Management Inventory: User's Manual*. Canada: Mult-Health Systems Inc.
- Hong, J. S., Huang, H., Sabri, B., & Kim, J. S. (2011). Substance abuse among Asian American youth: An ecological review of the literature. *Children and Youth Services Review*, 33(5), 669-677.
- Hove, M. C., Parkhill, M. R., Neighbors, C., McConchie, J. M., & Fossos, N. (2010). Alcohol consumption and intimate partner violence perpetration among college students: the role of self-determination. *J Stud Alcohol Drugs*, 71(1), 78-85.
- Hoeve, M., McReynolds, L. S., Wasserman, G. A., & McMillan, C. (2013). The influence of mental health disorders on severity of reoffending in juveniles. *Criminal Justice and Behavior*, 40(3), 289-301.
- Hunter, S. B., Miles, J. N. V., Pedersen, E. R., Ewing, B. A., & D'Amico, E. J. (2014). Temporal associations between substance use and delinquency among youth with a first time offense. *Addictive Behaviors*, 39(6), 1081-1086.
- Ibabe, I., Arnoso, A., & Elgorriaga, E. (2014). The Clinical Profile Of Adolescent Offenders Of Child-To-Parent Violence. [Proceedings Paper]. 3rd World Conference on Educational Technology Researches 2013, Wcetr 2013, 131, 377-381.
- Jessor, R., Donovan, J., & Costa, F. (1991). *Beyond Adolescence: problem behavior and young adult development*. United States: Cambridge University.
- Kandel, D. B., & Yamaguchi, K. (1985). Developmental patterns of the use of legal, illegal, and medically prescribed psychotropic drugs from adolescence to young adulthood. *NIDA Res Monogr*, 56, 193-235.
- Kandel, D., & Yamaguchi, K. (1993). From beer to crack: developmental patterns of drug involvement. *Am J Public Health*, 83(6), 851-855.

- King, K. M., & Chassin, L. (2007). A prospective study of the effects of age of initiation of alcohol and drug use on young adult substance dependence. *J Stud Alcohol Drugs*, 68(2), 256-265.
- Kinner, S. A., Degenhardt, L., Coffey, C., Sawyer, S., Hearps, S., & Patton, G. (2014). Complex health needs in the youth justice system: a survey of community-based and custodial offenders. *J Adolesc Health*, 54(5), 521-526.
- Kirschbaum, K. M., Grigoleit, L., Hess, C., Madea, B., & Musshoff, F. (2013). Illegal drugs and delinquency. *Forensic Science International*, 226(1-3), 230-234.
- Kohler, D., Heinzen, H., Hinrichs, G., & Huchzermeier, C. (2009). The prevalence of mental disorders in a German sample of male incarcerated juvenile offenders. *Int J Offender Ther Comp Criminol*, 53(2), 211-227.
- Komatsu, A. V. (2014). *Comportamentos antissociais em adolescentes do sexo masculino: um estudo exploratório na cidade de Ribeirão Preto – SP*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Komatsu, A. V., & Bazon, M. R. (2015). Caracterização de adolescentes do sexo masculino em relação a comportamentos antissociais. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 13(2), 331-341.
- Landry M., T. J., Guyon L., Bergeron J. et Brunelle N. (2004). La Grille de dépistage de la consommation problématique d'alcool et de drogues chez les adolescents et les adolescentes (DEP-ADO) : développement et qualités psychométriques. *Drogues, santé et société*, 3(1), 20-37.
- Latimer, W., & Zur, J. (2010). Epidemiologic Trends of Adolescent Use of Alcohol, Tobacco, and Other Drugs. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 19(3), 451-473.
- Le Blanc, M., & Fréchette, M. (1989). *Male Criminal Activity, from Childhood through Youth: Multilevel and Developmental Perspectives*. New York: Springer-Verlag.
- Le Blanc, M., & Morizot, J. (2000). Trajectoires délinquantes commune, transitoire et persistante : une stratégie de prévention différentielle. In F. V. a. C. Gagnon (Ed.), *La prévention des problèmes d'adaptation chez les enfants et les adolescents* (Vol. 2, pp. 291-394). Québec: Les Presses de l'Université du Québec.

- Le Blanc, M., & Bouthillier, C. (2003). A developmental test of the general deviance syndrome with adjudicated girls and boys using hierarchical confirmatory factor analysis. *Crim Behav Ment Health*, 13(2), 81-105.
- Le Blanc, M. (2002). The Offending Cycle, Escalation and De-escalation in Delinquent Behavior: A Challenge for Criminology. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 26(1).
- Le Blanc, M. (2004). A Generic Control Theory of Criminal Phenomenon: the structural and dynamic statements of an integrative multilayered Control Theory. In T. Thornberry (Ed.), *Developmental theories of crime and delinquency*. New Jersey: Transaction.
- Le Blanc, M. (2008). An Integrative Personal Control Theory of Deviant Behavior: Answers to Contemporary Empirical and Theoretical Developmental Criminology Issues. In D. P. Farrington (Ed.), *Integrated Developmental and Life-Course Theories of Offending*. London: Transaction.
- Lee, C. Y. S., Winters, K. C., & Wall, M. M. (2010). Trajectories of Substance Use Disorders in Youth: Identifying and Predicting Group Memberships. *Journal of Child & Adolescent Substance Abuse*, 19(2), 135-157.
- Lennox, C., Bell, V., O'Malley, K., Shaw, J., & Dolan, M. (2013). A prospective cohort study of the changing mental health needs of adolescents in custody. *BMJ Open*, 3(3).
- Lightowlers, C. (2011). Exploring the temporal association between young people's alcohol consumption patterns and violence behavior. *Contemporary Drug Problems: An Interdisciplinary Quarterly*, 38(2), 191-212.
- Loeber, R. (1990). Development and Risk-Factors of Juvenile Antisocial-Behavior and Delinquency. *Clinical Psychology Review*, 10(1), 1-41.
- Loeber, R., Burke, J. D., & Pardini, D. A. (2009). Development and Etiology of Disruptive and Delinquent Behavior *Annual Review of Clinical Psychology* (Vol. 5, pp. 291-310). Palo Alto: Annual Reviews.
- Loeber, R., & Ahonen, L. (2013). Invited address: Street killings: prediction of homicide offenders and their victims. *J Youth Adolesc*, 42(11), 1640-1650.
- Loeber, R., Farrington, D. P., & Petechuk, D. (2013). Bulletin 1: From Juvenile Delinquency to Young Adult Offending (Study Group on the Transitions between Juvenile Delinquency and Adult Crime). Report U.S. Department of Justice.

- Luengo, M. A., Otero, J. M., Romero, E., Gómez-Fraguela, J. A., & Tavares-Filho, E. T. (1999). Análisis de ítems para la evaluación de la conducta antisocial: un estudio transcultural. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación Psicológica*, 1, 21-36.
- Maddahian, E., Newcomb, M. D., & Bentler, P. M. (1985). Single and multiple patterns of adolescent substance use: longitudinal comparisons of four ethnic groups. *J Drug Educ*, 15(4), 311-326.
- Madruga, C. S., Laranjeira, R., Caetano, R., Pinsky, I., Zaleski, M., & Ferri, C. P. (2012). Use of licit and illicit substances among adolescents in Brazil-a national survey. *Addict Behav*, 37(10), 1171-1175.
- Malbergier, A., Cardoso, L. R. D., & do Amaral, R. A. (2012). Adolescent substance use and family problems. [Article]. *Cadernos De Saude Publica*, 28(4), 678-688.
- Malouf, E., Stuewig, J., & Tangney, J. (2012). Self-control and jail inmates' substance misuse post-release: Mediation by friends' substance use and moderation by age. *Addictive Behaviors*, 37(11), 1198-1204.
- Maniglio, R., & Innamorati, M. (2014). Psychosocial correlates of adolescent cannabis use: data from the Italian subsample of the second International Self-Reported Delinquency study. *J Addict Dis*, 33(3), 210-220.
- Manita, C. (2000). Das descobertas privadas aos crimes públicos: evolução dos significados em trajetórias de droga-crime. *Revista TOXICO DEPENDENCIAS*, 2, 17-31.
- Margari, F., Craig, F., Margari, L., Matera, E., Lamanna, A. L., Lecce, P. A., et al. (2015). Psychopathology, symptoms of attention-deficit/hyperactivity disorder, and risk factors in juvenile offenders. [Article]. *Neuropsychiatric Disease and Treatment*, 11, 343-352.
- Martínez, D., Gloria, I., Martínez, S., Lina, M., Rodríguez, G., María, A., et al. (2011). Características del consumo de sustancias recreativas en establecimientos nocturnos del Valle de Aburrá. *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, 29(2), 182-188.
- Martinez, L. C., Banqueri, V. M., & Lozano, M. C. C. (2012). Drug abuse in adolescent offenders: analysis of the psychosocial variables involved. [Article]. *Adicciones*, 24(1), 31-38.
- Martins, M. C., & Pillon, S. C. (2008). A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. *Cadernos de Saúde Publica*, 24(5).

- Maruschi, M. C., Estevão, R., & Bazon, M. R. (2012). Risco de persistência na conduta infracional em adolescentes: estudo exploratório. *Estudos de Psicologia*, 29, 679-688.
- McGue, M., Iacono, W. G., Legrand, L. N., Malone, S., & Elkins, I. (2001). Origins and consequences of age at first drink. I. Associations with substance-use disorders, disinhibitory behavior and psychopathology, and P3 amplitude. *Alcohol Clin Exp Res*, 25(8), 1156-1165.
- Menard, S., & Mihalic, S. (2001). The tripartite conceptual framework in adolescence and adulthood: Evidence from a national sample. *Journal of Drug Issues*, 31(4), 905-939.
- Montgomery, K. L., Vaughn, M. G., Thompson, S. J., & Howard, M. O. (2013). Heterogeneity in Drug Abuse Among Juvenile Offenders: Is Mixture Regression More Informative Than Standard Regression?. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 57(11), 1326-1346.
- Morgado, A. M., & Vale-Dias, M. D. (2013). The antisocial phenomenon in adolescence: What is literature telling us?. *Aggression and Violent Behavior*, 18(4), 436-443.
- Moss, H. B., Chen, C. M., & Yi, H. Y. (2014). Early adolescent patterns of alcohol, cigarettes, and marijuana polysubstance use and young adult substance use outcomes in a nationally representative sample. [Article]. *Drug and Alcohol Dependence*, 136, 51-62.
- Mun, E. Y., Windle, M., & Schainker, L. M. (2008). A model-based cluster analysis approach to adolescent problem behaviors and young adult outcomes. *Dev Psychopathol*, 20(1), 291-318.
- Murray, R. L., Chermack, S. T., Walton, M. A., Winters, J., Booth, B. M., & Blow, F. C. (2008). Psychological aggression, physical aggression, and injury in nonpartner relationships among men and women in treatment for substance-use disorders. *J Stud Alcohol Drugs*, 69(6), 896-905.
- Murray, J., Irving, B., Farrington, D. P., Colman, I., & Bloxsom, C. A. J. (2010). Very early predictors of conduct problems and crime: results from a national cohort study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 51(11), 1198-1207.
- Nardi, F. L., Cunha, S. M. d., Bizarro, L., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Drug use and antisocial behavior among adolescents attending public schools in Brazil. *Trends Psychiatry Psychother*, 34(2).

- Nelson, S. E., Van Ryzin, M. J., & Dishion, T. J. (2014). Alcohol, marijuana, and tobacco use trajectories from age 12 to 24 years: Demographic correlates and young adult substance use problems. *Dev Psychopathol*, 1-25.
- Neto, A. D. M., Andrade, T. M., Fernandes, G. B., Zacharias, H. P., Carvalho, F. M., Machado, A. P. S., et al. (2010). Reliability of a questionnaire on substance use among adolescent students, Brazil. [Article]. *Revista De Saude Publica*, 44(5), 830-839.
- Nota do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, (2007). Drogas em destaque, 2. Disponível em: <WWW.emcdda.europa.eu> Acesso em: 12 abril 2011.
- Odgers, C. L., Caspi, A., Nagin, D. S., Piquero, A. R., Slutske, W. S., Milne, B. J., et al. (2008). Is it important to prevent early exposure to drugs and alcohol among adolescents? *Psychol Sci*, 19(10), 1037-1044.
- Olate, R., Salas-Wright, C., & Vaughn, M. G. (2012). Predictors of violence and delinquency among high risk youth and youth gang members in San Salvador, El Salvador. *International Social Work*, 55(3), 383-401.
- Oliveira, M. B., & Assis, S. G. (1999). Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os "ressocializam". A perpetuação do descaso. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(4), 831-844.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- Pacheco, J. T. B., & Hutz, C. S. (2009). Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2).
- Patock-Peckham, J. A., & Morgan-Lopez, A. A. (2010). Direct and mediational links between parental bonds and neglect, antisocial personality, reasons for drinking, alcohol use, and alcohol problems. *J Stud Alcohol Drugs*, 71(1), 95-104.
- Pedersen, W., & Skardhamar, T. (2010). Cannabis and crime: findings from a longitudinal study. *Addiction*, 105(1), 109-118.
- Perez-Luco, R., Lagos, L., & Baez, C. (2012). Recidivism and Desistance in Young Offenders: Criminal Trajectory Analysis from Self-Reported Offenses, Substance Use and Professional Judgment. [Article]. *Universitas Psychologica*, 11(4), 1209-1225.

- Pilatti, A., Godoy, J. C., Brussino, S., & Pautassi, R. M. (2013). Underage drinking: Prevalence and risk factors associated with drinking experiences among Argentinean children. [Article]. *Alcohol*, 47(4), 323-331.
- Plattner, B., Giger, J., Bachmann, F., Bruhwiler, K., Steiner, H., Steinhausen, H. C., et al. (2012). Psychopathology and offense types in detained male juveniles. *Psychiatry Research*, 198(2), 285-290.
- Popovici, I., Homer, J. F., Fang, H., & French, M. T. (2012). Alcohol use and crime: Findings from a longitudinal sample of U.S. adolescents and young adults. *Alcoholism: Clinical and Experimental Research*, 36(3), 532-543.
- Potter, C. C., & Jenson, J. M. (2003). The co-occurrence of mental health problem symptoms and substance abuse among delinquent youth. *Criminal Justice and Behavior*, 30, 230-250.
- Reingle, J. M., Jennings, W. G., & Komro, K. A. (2013). A Case-Control Study of Risk and Protective Factors for Incarceration Among Urban Youth. [Article]. *Journal of Adolescent Health*, 53(4), 471-477.
- Ribeiro, M.; Laranjeiras, R. ;Messas, G. (2004). Transtornos relacionados ao consumo de álcool e outras drogas. No Prelo, 1-26.
- Robertson, A. A., Dill, P. L., Husain, J., & Undesser, C. (2004). Prevalence of mental illness and substance abuse disorders among incarcerated juvenile offenders in Mississippi. *Child Psychiatry Hum Dev*, 35(1), 55-74.
- Sapientza, G., & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216.
- Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (2011). *Levantamento Nacional de Atendimento Socioeducativo aos jovens em conflito com a lei*. Brasília, DF. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/SinaseLevantamento2011.pdf>>. Acessado em: Outubro,2013.
- Sedlak, A.J., & Mcpherson K.S. (2010). *Youth's needs and services*. Juvenile Justice Bulletin. U.S Department of Justice: U.S.
- Seffrin, P. M., & Domahidi, B. I. (2014). The Drugs-Violence Nexus: A Systematic Comparison of Adolescent Drug Dealers and Drug Users. [Article]. *Journal of Drug Issues*, 44(4), 394-413.

- Shader, M. (2009). *Risk Factors for Delinquency: An Overview*. Report U.S. Department of Justice.
- Shedler, J., & Block, J. (1990). Adolescent drug use and psychological health. A longitudinal inquiry. *Am Psychol*, 45(5), 612-630.
- Silva, R. A., Jansen, K., Godoy, R. V., Souza, L. D., Horta, B. L., & Pinheiro, R. T. (2009). [Prevalence of weapons possession and associated factors and involvement in physical aggression among adolescents 15 to 18 years of age: a population-based study]. *Cad Saude Publica*, 25(12), 2737-2745.
- Slade, E. P., Stuart, E. A., Alkever, D. S. S., Karakus, M., Green, K. M., & Ialongo, N. (2008). Impacts of age of onset of substance use disorders on risk of adult incarceration among disadvantaged urban youth: A propensity score matching approach. *Drug and Alcohol Dependence*, 95(1-2), 1-13.
- Smith, D., Visher, C.A. & Roger, J. (1991). *Dimensions of Delinquency: Exploring the Correlates of Participation, Frequency and Persistence of Delinquent Behavior*. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 28, 6-32.
- Sullivan, C. J., Childs, K. K., & O'Connell, D. (2010). Adolescent risk behavior subgroups: an empirical assessment. *J Youth Adolesc*, 39(5), 541-562.
- Swahn, M. H., Bossarte, R. M., West, B., & Topalli, V. (2010). Alcohol and drug use among gang members: experiences of adolescents who attend school. *J Sch Health*, 80(7), 353-360.
- Swartout, K. M., & White, J. W. (2010). The relationship between drug use and sexual aggression in men across time. *J Interpers Violence*, 25(9), 1716-1735.
- Takahashi, M., Mori, T., & Kroner, D. G. (2013). A Cross-Validation of the Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS/CMI) Among Japanese Juvenile Offenders. *Law and Human Behavior*, 37(6), 389-400.
- Tarter, R. E. (1990). Evaluation and treatment of adolescent substance abuse: a decision tree method. *Am J Drug Alcohol Abuse*, 16(1-2), 1-46.
- Tarter, R. E., & Vanyukov, M. (1994). Alcoholism: a developmental disorder. *J Consult Clin Psychol*, 62(6), 1096-1107.

- Tarter, R. E., Kirisci, L., Mezzich, A., & Patton, D. (2011). Multivariate comparison of male and female adolescent substance abusers with accompanying legal problems. [Article]. *Journal of Criminal Justice*, 39(3), 207-211.
- Temple, J. R., & Freeman, D. H., Jr. (2011). Dating violence and substance use among ethnically diverse adolescents. *J Interpers Violence*, 26(4), 701-718.
- Teplin, L. A., Abram, K. M., McClelland, G. M., Dulcan, M. K., & Mericle, A. A. (2002). Psychiatric disorders in youth in juvenile detention. *Arch Gen Psychiatry*, 59(12), 1133-1143.
- Thornberry, T. P. (2004). Same Advantages of Developmental and Life-Course Perspectives for the Study of Crime and Delinquency. In T. P. Thornberry (Ed.), *Advances in Criminological Theory* (pp. 352). New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers.
- Torok, M., Darke, S., & Kaye, S. (2012). Predisposed violent drug users versus drug users who commit violence: Does the order of onset translate to differences in the severity of violent offending? *Drug and Alcohol Review*, 31(4), 558-565.
- Toledo, G. W. (2006). A delinquência juvenil no Estado de São Paulo: características, evolução e tendências observadas entre os anos de 1950, 1960, 1979, 1985, 1995, 2000, 2001 e 2002. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Valois, R. F., Vincent, M. L., McKeown, R. E., Garrison, C. Z., & Kirby, S. D. (1993). Adolescent risk behaviors and the potential for violence: a look at what's coming to campus. *J Am Coll Health*, 41(4), 141-147.
- van der Laan, A. M., Blom, M., & Kleemans, E. R. (2009). Exploring Long-Term and Short-Term Risk Factors for Serious Delinquency. [Article]. *European Journal of Criminology*, 6(5), 419-438.
- van der Put, C. E., Creemers, H. E., & Hoeve, M. (2014). Differences between juvenile offenders with and without substance use problems in the prevalence and impact of risk and protective factors for criminal recidivism. *Drug Alcohol Depend*, 134, 267-274.
- Vaughn, M. G., Freedenthal, S., Jenson, J. M., & Howard, M. O. (2007). Psychiatric symptoms and substance use among juvenile offenders - A latent profile investigation. [Article]. *Criminal Justice and Behavior*, 34(10), 1296-1312.

- Wagner, E. F. (1996). Substance use and violent behavior in adolescence. *Aggression and Violent Behavior, 1*(4), 375-387.
- Walters, G. D. (2014). Crime and substance misuse in adjudicated delinquent youth: The worst of both worlds. *Law and Human Behavior, 38*(2), 139-150.
- Ward, A. K., Day, D. M., Bevc, I., Sun, Y., Rosenthal, J. S., & Duchesne, T. (2010). Criminal Trajectories And Risk Factors In A Canadian Sample Of Offenders. *Criminal Justice and Behavior, 37*(11), 1278-1300.
- White, H. R., Fite, P., Pardini, D., Mun, E.-Y., & Loeber, R. (2013). Moderators of the dynamic link between alcohol use and aggressive behavior among adolescent males. *41*, 211-222.
- White, H. R., Nagin, D., Replogle, E., & Stouthamer-Loeber, M. (2004). Racial differences in trajectories of cigarette use. *Drug Alcohol Depend, 76*(3), 219-227.
- Ybrandt, H. (2010). Risk Alcohol Use, Peer and Family Relationships and Legal Involvement In Adolescents with Antisocial Problems. *Journal of Drug Education, 40*(3), 245-264.
- Yi, S. Y., Poudel, K. C., Yasuoka, J., Palmer, P. H., Yi, S. K., & Jimba, M. (2011). Risk vs. protective factors for substance use among adolescents in Cambodia. [Article]. *Journal of Substance Use, 16*(1), 14-26.
- Young, A. M., King, L., Abbey, A., & Boyd, C. J. (2009). Adolescent peer-on-peer sexual aggression: characteristics of aggressors of alcohol and non-alcohol-related assault. *J Stud Alcohol Drugs, 70*(5), 700-703.
- Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2012). Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. *Estud. psicol. (Natal), 17*(3).
- Zapert, K., Snow, D. L., & Tebes, J. K. (2002). Patterns of substance use in early through late adolescence. *Am J Community Psychol, 30*(6), 835-852.
- Zhou, J., Witt, K., Zhang, Y., Chen, C., Qiu, C., Cao, L., et al. (2014). Anxiety, depression, impulsivity and substance misuse in violent and non-violent adolescent boys in detention in China. *Psychiatry Res. 216*, 379-384.

ANEXO

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Comitê de Ética em Pesquisa

Campus de Ribeirão Preto

Of. CEP/FFCLRP-USP/078-vjmc

Ribeirão Preto, 04 de outubro de 2013

Prezada Pesquisadora,

Comunicamos a V. Sa. que o projeto de pesquisa intitulado "ATOS INFRACIONAIS E CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA ADOLESCÊNCIA: INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES EXISTENTES" foi reanalisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, em sua 124ª Reunião Ordinária, realizada em 26.09.2013, e enquadrado na categoria: **APROVADO** (CAAE n.º 19457313.4.0000.5407).

Solicitamos que eventuais modificações ou emendas ao projeto de pesquisa sejam apresentadas ao CEP, de forma sucinta, identificando a parte do projeto a ser modificada e suas justificativas, e que relatórios parciais e final sejam entregues, via Plataforma Brasil, conforme os itens X.1.3.d e XI.2.d, da Res. CNS nº 466/2012.

Atenciosamente,

 Prof.ª Dr.ª **ANDRÉIA SCHMIDT**
 Coordenadora

Ao Senhor
Elvio Luciano Bono
 Programa de Pós-graduação em Psicologia da FFCLRP USP

c/c:
 Prof.ª Dr.ª **Marina Rezende Bazon**
 Departamento de Psicologia da FFCLRP USP

Recebi o(s) original(is)

15.10.13

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP USP
 Fone: (16) 3602-4811
 Fax: (16) 3633-2660 (direto) ou 3633-5015
 Avenida Bandeirantes, 3900 - bloco 3 - sala 16 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
 Homepage: <http://www.ffclrp.usp.br> - e-mail: ceetp@ffclrp.usp.br

Zimbra

elviobono@usp.br

Re: Projeto de Pesquisa

De : elviobono@usp.br

Ter, 01 de Out de 2013 17:27

Assunto : Re: Projeto de Pesquisa

Para : acbastos@sp.gov.br

Ok! Confirmando ciência.

----- acbastos@sp.gov.br escreveu:

> Presado Sr. Elvio

>

>

> Em atendimento à PN 155/2008, especificamente o Artigo

> 9º, informamos que seu projeto de pesquisa intitulado Atos infracionais

> e consumo de álcool e outras drogas na adolescência: investigação das

> relações existentes foi APROVADO para ser realizado nesta Fundaç

> ão

> CASA.

>

>

> Em breve faremos novo contato para comunicar data

> da reunião para assinatura do Termo de Responsabilidade (cf. mesma

> portaria) em local e horário definidos por este CPDoc.

>

>

> No mais, solicitamos, por gentileza, que confirme

> sua ciência.

>

>

> Att.,

>

>

> **Ana Cristina do Canto Lopes Bastos**

>

> **Coordenadora do CPDOC**

>

> EFCP - Escola para Formação e Capacitação

> Profissional

>

> Fundação CASA - SP

E-mail: acbastos@sp.gov.br

>

Tel.: (11) 2618-3498

>

>

"Antes de imprimir

> esse e-mail, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente.

>

Verifique se o equipamento

> possui recursos como impressão frente e verso, modo econômico, entre outros."

>

>

----- Repassado por Ana

> Cristina do Canto Lopes Bastos/FUNDACAO CASA/BR em 01/10/2013 15:10 -----

>

>

(ANEXO 3) *TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO*

Pesquisador: Elvio Bono (elviobono@yahoo.com.br)

Orientadora: Marina Rezende Bazon (mbazon@ffclrp.usp.br)

Endereço e telefone: Av. Bandeirantes, 3900 – Ribeirão Preto/SP – Fone: (0xx16)6023830 / Fax: (0xx16) 36023632

Local da Pesquisa: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Meu nome é Elvio Bono, sou psicólogo e estou desenvolvendo um projeto de pesquisa intitulado “Atos infracionais e consumo de álcool/drogas na adolescência: investigação das relações existentes”. A pesquisa é coordenada pela Professora Marina Rezende Bazon, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da USP.

Esta pesquisa tem o objetivo de melhor conhecer os adolescentes que chegam à Delegacia por terem cometido algum ato infracional. Serão feitas perguntas referentes ao ato infracional atual e aqueles que já aconteceram e também perguntas sobre o possível consumo de substâncias (drogas). O tempo aproximado para responder tudo é de 30 minutos.

Todos os dados coletados serão mantidos na confidencialidade, ou seja, a identidade do adolescente será guardada em sigilo e não será divulgada. Os dados, utilizados em conjunto, ou seja, de todos os adolescentes juntos, serão usados em publicações científicas sobre o desenvolvimento na adolescência. Porém, as identidades não serão reveladas.

O propósito deste documento é dar a você as informações sobre a pesquisa e, se assinado, dará a sua permissão para a participação de seu filho no estudo. **Ele só poderá participar do estudo se ele quiser e se você autorizar.** Você ou seu filho podem se recusar a participar ou parar de participar deste estudo a qualquer momento. Por favor, nos peça para explicar qualquer palavra ou procedimento que você não entender claramente. Sua decisão de permitir a participação de seu filho neste estudo é voluntária, portanto, não haverá pagamento pela participação e não haverá nenhum custo para você ou seu filho. Você pode decidir por não autorizar seu filho, e ele pode decidir não participar. **Isso não causará nenhum problema para vocês aqui no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI – Rua Alice Alem Saad, 950 Ribeirão Preto), tampouco na Fundação CASA (situada neste Núcleo) ou com o Juiz de Direto.** Uma vez que você autorize e seu filho decida participar, vocês podem também desistir da participação a qualquer momento. Se alguém decidir não continuar no estudo e parar de participar, não há problema ou consequências.

É importante ressaltar que esta pesquisa tem somente propósitos científicos.

Se você ou seu filho tiver alguma dúvida com relação ao estudo, você deve me contatar (Elvio Bono /8147 4816) e/ou à minha orientadora (Marina Rezende Bazon/ 3602-3830). Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)¹ da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto. O CEP é um grupo de indivíduos com conhecimentos científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada do estudo de pesquisa, visando garantir àqueles que decidem colaborar com pesquisas científicas todos os seus direitos e a proteção necessária.

¹ Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP
Avenida Bandeirantes, 3900 - bloco 3 - sala 16 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Fone: (16) 3602-4811 / Fax: (16) 3633-2660
E-mail: coetp@ffclrp.usp.br

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE

Eu li este documento e entendo que meu filho é livre para aceitar ou recusar a participação, e que ele pode interromper a participação a qualquer momento sem dar qualquer razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para publicação em congresso e/ou em revistas especializadas da área de estudos de adolescentes.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas minhas dúvidas foram esclarecidas.

Eu receberei uma cópia assinada e datada deste Documento de Consentimento Informado.

_____	_____	_____
Nome do Responsável	Assinatura	Data
_____	_____	_____
Nome da Pesquisador	Assinatura	Data

(ANEXO 4) *TERMO DE ASSENTIMENTO*

Pesquisador: Elvio Bono (elviobono@yahoo.com.br)

Orientadora: Marina Rezende Bazon (mbazon@ffclrp.usp.br)

Endereço e telefone: Av. Bandeirantes, 3900 – Ribeirão Preto/SP – Fone: (0xx16)6023830 / Fax: (0xx16) 36023632

Local da Pesquisa: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Oi, meu nome é Elvio, sou psicólogo e estou fazendo uma pesquisa que chama: “Ato infracionais e consumo de álcool/drogas na adolescência: investigação das relações existentes”. A pesquisa é coordenada pela Professora Marina Rezende Bazon, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da USP.

Esta pesquisa tem o objetivo de conhecer melhor os adolescentes que chegam à Delegacia por terem cometido algum ato infracional. Eu farei algumas perguntas sobre o que aconteceu agora com você e algumas perguntas sobre sua vida. Eu também irei perguntar sobre drogas. Nós vamos levar no máximo 30 minutos.

Tudo o que eu te perguntar ficará entre a gente, ou seja, ninguém saberá que é você quem respondeu estas perguntas. As respostas serão utilizadas todas juntas, de todos os adolescentes juntos. Poderei utilizá-las em publicações científicas sobre o desenvolvimento na adolescência. Porém, as identidades não serão reveladas.

O propósito deste documento é dar a você as informações sobre a pesquisa e, se assinado, dará a sua permissão para a participação no estudo. **Você participará do estudo se quiser e se autorizar.** Você pode se recusar a participar ou parar de participar deste estudo a qualquer momento. Se tiver alguma palavra ou procedimento que não entendeu, por favor, nos peça para explicar.

Sua decisão em participar da pesquisa é voluntária, portanto, não haverá pagamento pela participação e não haverá nenhum custo para você. Você pode decidir em não participar. **Isso não causará nenhum problema para você aqui no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI – Rua Alice Alem Saad, 950 Ribeirão Preto), tampouco na Fundação CASA (situada neste Núcleo) ou com o Juiz de Direto. As perguntas que serão feitas a você não tem nenhuma relação com polícia ou Juiz.** Uma vez que você decida participar, poderá desistir a qualquer momento. Se alguém decidir não continuar respondendo as questões e parar de participar, não há problema algum.

É importante ressaltar que esta pesquisa tem somente propósitos científicos.

Se você tiver alguma dúvida, você deve me ligar (Elvio Bono /36023830) e/ou à minha professora (Marina Rezende Bazon/ 3602-3830). Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) ² da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto. O CEP é um grupo de indivíduos da

² Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP
Avenida Bandeirantes, 3900 - bloco 3 - sala 16 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Fone: (16) 3602-4811 / Fax: (16) 3633-2660
E-mail: coetp@ffclrp.usp.br

faculdade que acompanham todas as pesquisas para garantir todos os direitos e a proteção necessária a vocês, os participantes.

DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu li e discuti com o pesquisador responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que sou livre para aceitar ou recusar a participação, e que possa deixar de participar a qualquer momento sem qualquer razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para publicação em congresso e/ou em revistas especializadas da área de estudos de adolescentes.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas minhas dúvidas foram esclarecidas.

_____	_____	_____	_____
Nome do Participante	Idade	Assinatura	Data
_____	_____	_____	_____
Nome da Pesquisador	Assinatura	Data	